

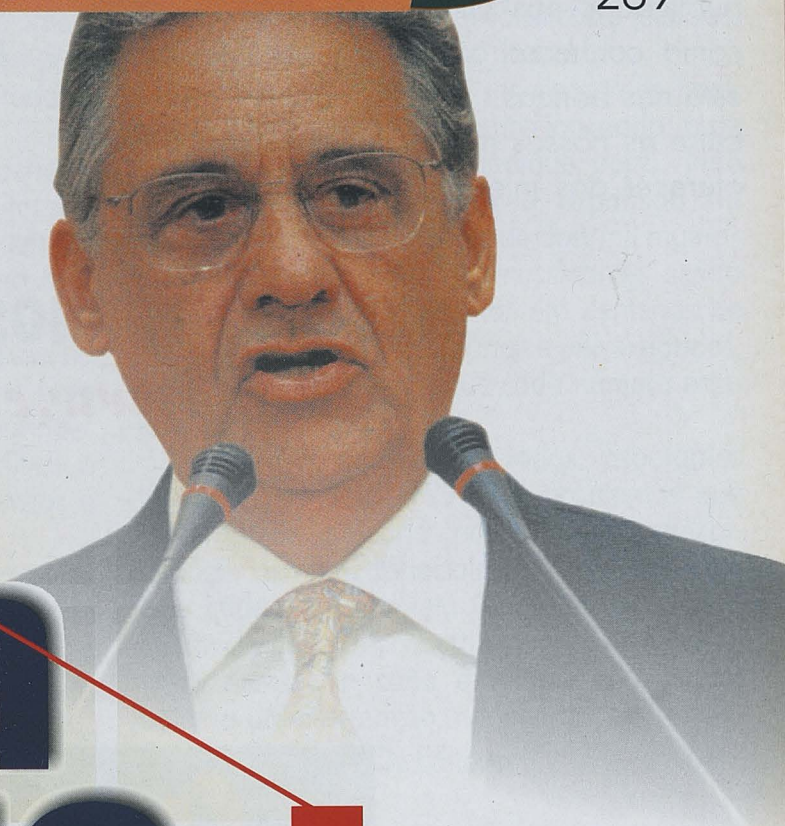
CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

209



A queda de FHC



Iugoslávia
As bombas
de Clinton

Venezuela: O furacão Chávez

VISITE O NOSSO SITE NA INTERNET

Desde dezembro de 1996, a revista **CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** tem um site na Internet.

O site permite assinar a revista, enviar comentários e sugestões, e ler os textos publicados nos últimos 12 números, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.

Entre as nossas metas, a médio prazo, está oferecer aos interessados pesquisas on line

sobre temas correlatos aos das matérias publicadas.

Em breve, para tornar o site mais dinâmico, vamos incluir um serviço de chat - conversa com os editores que informarão e discutirão os assuntos em pauta, a linha editorial, e as fontes utilizadas para as notícias setoriais.

Nosso e-mail:
etm@etm.com.br

NAVEGUE EM NOSSAS PÁGINAS

<http://www.etm.com.br>

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Para obter os números mais recentes entre em contato com a **EDITORA TERCEIRO MILÊNIO** ou através do formulário de pedidos.

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122, gr 105/106 • Glória • 20.241-180 • Rio de Janeiro • RJ
Tel. (021) 221-7511 • Fax (021) 252-8455

Aplicar a receita de Confúcio



Estamos retomando nossa circulação depois de uma breve interrupção, a que fomos forçados pela crise que se abate sobre todo o país.

Embora tenha sido um período constrangedor para todos os leitores e companheiros que juntos fazemos **cadernos**, teve também o seu lado positivo. Não fomos tragados pela crise.

Confúcio, o grande sábio chinês, dizia há mais de dois mil anos ser melhor acender uma vela do que apenas clamar contra a escuridão. Pois bem, aproveitamos esse período difícil e desanimador para avaliar nossas deficiências e planejar melhor o futuro.

Foi positivo contar não apenas com o irrestrito e decisivo apoio dos companheiros de trabalho, como também com sua expressiva colaboração para vencermos os problemas. E os leitores? Esses foram igualmente extraordinários, mantendo seu apoio a **cadernos**, oferecendo

idéias para que a revista supere as dificuldades e atinja melhores níveis jornalísticos e técnicos, propondo idéias e projetos de trabalho.

E é um deles que incorporamos hoje, numa campanha que estamos lançando: a de que cada assinante nos indique outro. Não contribuirão apenas para a expansão da revista, já presente em mais de dois mil municípios do país com milhares de assinantes, sendo indicada como texto auxiliar em centenas de escolas primárias, secundárias e universidades, mas colaborando para que cada número esteja mais próximo do leitor.

Muito obrigado a todos. Esperamos vencer, neste difícil 1999, os problemas que enfrentamos no ano passado. E avançar. Avançar sempre. Especialmente este ano, em que **cadernos** completa 25 anos de luta e coerência editorial, desempenhando um papel na decisiva e a cada dia mais desafiadora batalha da informação independente.

Os Editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 209 Abril/Maio 1999

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano
(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
DEPTO DE ASSINATURAS: Tel: (5521) 221-7511/ Fax: (5521) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
PAGAMENTOS: cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - Cep:20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil - Tel: (021) 221-7511- Fax: (021) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766
URUGUAI: Magazine, 18 de Julio 1120 - Montevideo-Uruguay Tel/Fax: (005982) 903-1950

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

FOTOS: Agence France Presse (AFP)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

Filiada à **ANER**

Cadernos

Li a carta aos assinantes de 24 de novembro. **Cadernos & Cia.** vão continuar contando com minha assinatura. Desejo que vocês superem o momento. A sua linha editorial me passa muita seriedade. Um grande abraço e um 1999 de mais justiça social.

Rogério Dardeau
Via correio eletrônico

Agradeço-lhes as explicações sobre os atrasos de **cadernos**. Acabada a vigência do meu período de assinante, quero renová-la, assim como quero assinar as duas outras revistas: *Mercosul* e *Ecologia*, pois não há uma matéria que não esteja impregnada de competência analítica, por parte dos autores e competência editorial.

Sonia Ferreira Jobim de Carvalho
Rio de Janeiro - RJ

Real

Gostaria de ver publicada na revista uma análise sobre as causas da crise do real.

Cristiane de Moraes Dias
Via correio eletrônico

Da Redação: Você encontrará ampla análise do assunto nesta edição.

Lá e cá

Está a merecer análise uma contradição do capitalismo. Nos países desenvolvidos, as fusões de empresas são receita para enfrentar a globalização. Já nos países do Terceiro Mundo, eles recomendam as cisões. Esta receita contraditória em relação ao que eles praticam nós podemos observar na chamada reestruturação do setor elétrico na América Latina, onde se impõem as cisões das companhias, particularmente as estatais.

R. Queiroz
Via correio eletrônico

Com as próprias pernas

Precisamos discutir - e sugiro como matéria para a revista - uma saída para a crise e que resulte de uma busca nossa. Precisamos de um governo de ampla participação popular e democrática. A questão da dívida externa do Brasil é um tema que deveríamos debater urgentemente, sobretudo quando temos um governo incapaz e cínico.

Manoel Nunes
Via correio eletrônico

A hora do Attac

Cinco debates lançaram no Brasil movimento internacional contra a ditadura dos mercados financeiros. Este movimento pode ser a alternativa para quem crê na existência de vida após o neoliberalismo. Criada no ano passado, a Associação Attac é um organização não-governamental internacional que se propõe a debater alternativas ao neoliberalismo, coordenado pelo editor do jornal *Le Monde Diplomatique*, Bernard Cassen.

Antônio Martins
Via correio eletrônico

Da Redação: A Associação para Taxa Tobin de Ajuda à Cidadania (Associação Attac) prega a adoção, em âmbito internacional, de uma taxa sobre o capital especulativo - trilhões de dólares - cujo esfomeado fluxo atrás dos juros pagos pelos governos do Terceiro Mundo vem provocando a desestabilização financeira mundial e um reforço do poder dos países centrais, à frente os Estados Unidos. A sugestão do Nobel de Economia James Tobin representaria a criação de um fundo destinado a ajudar as economias em desenvolvimento, de modo a eliminar a fome e a pobreza em poucas décadas. A Taxa Tobin tornaria disponíveis mais de 150 bilhões de dólares anuais para a luta contra a pobreza no Planeta. Inverteria o atual processo, pelo qual o mundo que luta por se desenvolver se vê sugado pela voraci-

dade dos capitais internacionais descontrolados e empobrece cada vez mais. Com a Taxa Tobin, o próprio fluxo de capitais apresentaria o antídoto a seu veneno econômico. Voltaremos ao tema.

Direito à informação

Gostaria de chamar a atenção para a necessidade de uma informação mais democrática em nosso país. Há muitos anos admiro a luta desta excelente publicação, que procura mostrar as informações com independência e profundidade sobre os assuntos mais diversos. Somente a unidade de todos os setores que lutam pela democratização dos meios de comunicação no Brasil poderá ser suficiente para conseguirmos alcançar nossa libertação do poder da grande imprensa. Proponho que **cadernos do terceiro mundo**, o jornal *Inverta*, as rádios e tevês comunitárias, o Fórum Nacional pela Democratização da Informação e outros veículos se reúnam para traçar uma estratégia comum de luta. E formar um projeto alternativo aos grandes monopólios da mídia.

Júlio César de Freixo Lobo
Rio de Janeiro - RJ

Amapá esquecido

Espero um dia saber o motivo dessa revista, com tamanha capacidade de falar a verdade aos leitores, não trabalhar com a Região Norte, em especial o Amapá.

Newton Marcelo N. dos Santos
Via correio eletrônico

Da Redação: Sua observação, Newton Marcelo, é para nós um estímulo. Estamos presentes em cerca de 2.500 municípios brasileiros, quase metade do país, e sabemos que precisamos cobrir todo o Brasil. Trabalhamos para isso e chegaremos lá, com o apoio dos leitores.

Intercâmbio

Núbia Renata Duarte

Travessa Josina Silveira, 36 casa 7 - Cep: 24421-170
Rocha - S. Gonçalo - RJ - Brasil

Marcelo Giovani

Caixa Postal 13.526 - Cep: 20.217-970
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Jurandir Barreto e Silva

Rua Dr. Cassiano, 593 - Cep: 96015-700
Pelotas - RS - Brasil

Jorge Luis Hernández

Ramon Ruiz, 24 - Cascajal
54490 (V.C.) - Cuba

José Roberto Bezerra de Araújo

Rua Agapito dos Santos, 660
Cep: 60010-250 - Bairro Fernandes Vieira
Fortaleza - Ceará - Brasil

Carlos Alay Quindemil Cainzos

Apartado Postal # 6960
La Habana 6 C.P: 10600 - Cuba

Eugenio Romero Campos

Avenida Gendis # 53 e/ Céspedes y Maceo
Cueto - C.P. 82900
Holguín - Cuba

Yoleinis Cruz Rodríguez

Línea # 541 e/ 36 y 42
Rpto: Camilo Cienfuegos Bayamo - Granma
Código Postal 85100 - Cuba

Yanier Godoy Roque

Calle 9 # 1 B e/ Paseo Martí y Orlando Gómez
Cumanayagua - Cienfuegos - Cuba

Roberto Delgado Valero

Apartado Postal 6248
Zona Postal 6 C.P. 10600 La Habana - Cuba

Raquel Andino Pérez

San Octavio # 77 esq. San Javier Manzanillo
Granma - C.P. 87510 - Cuba

Roberto Cruz Jimenez

Calle 14 # 917 e/ 9 y 11
Caibarién - C.P. 52600 Villa Clara - Cuba

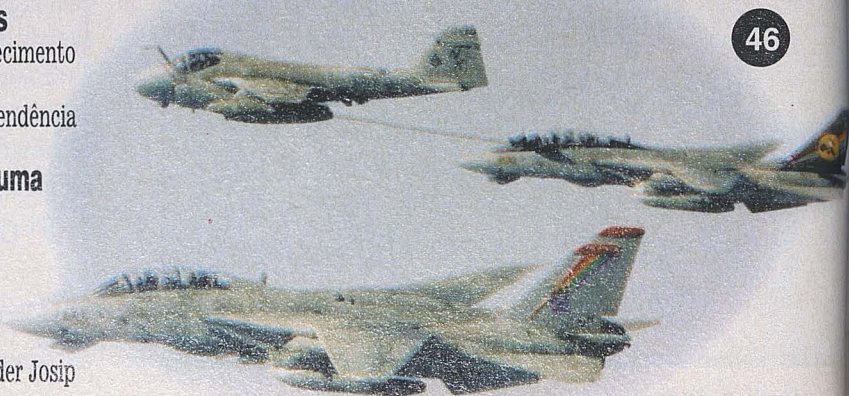
Reydé González González

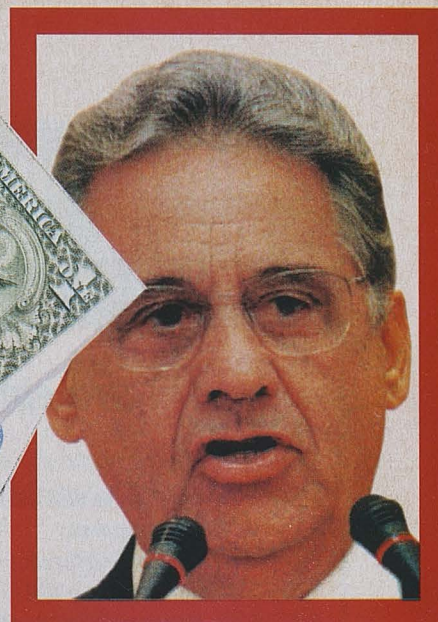
Calle Seibabo, entre Escuela y Línia # 53 A
Cumanayagua - C.P. 57600
Cienfuegos - Cuba

Sumário

Abril/Maio de 1999 Nº. 209 Ano XXIV

- 2 **CARTAS**
- 6 **PLANALTO**
- 12 **PANORAMA NACIONAL**
- EDUCAÇÃO**
- 38 **Negros: A Educação vai ao Quilombo**
- 40 **PANORAMA INTERNACIONAL**
- EUROPA**
- 46 **Guerra de Kosovo: As bombas de Clinton**
À margem da ONU e arrastando governos europeus a desafiarem a legalidade internacional, os Estados Unidos restauram na Iugoslávia os velhos estilos do imperialismo
- AMÉRICA LATINA**
- 52 **Venezuela: O furacão Chavez**
A convocação de uma Constituinte e a mobilização das Forças Armadas, servidores públicos e voluntários para atender as necessidades dos excluídos marcam os primeiros meses da administração do jovem e controverso oficial do exército que em 1992 se sublevaria contra a corrupção
- 57 **Colômbia: "Não queremos um novo Vietnã"**
O lendário chefe das Farc, Manuel Marulanda, fala sobre a troca de prisioneiros e as difíceis negociações entre a guerrilha e o governo de Pastrana
- ÁFRICA**
- 62 **Angola: De novo, a guerra**
Modernas armas compradas no mercado negro com dinheiro dos diamantes facilitaram à Unita o lançamento de ofensivas
- Ásia**
- 66 **Timor Leste: Momento de definições**
Pressões internacionais e internas e o fortalecimento da resistência timorense levam o governo da Indonésia a aceitar a possibilidade da independência
- 71 **O papel do Brasil: José Aparecido, uma posição atuante**
- PÁGINA ABERTA**
- 72 **Iugoslávia: Punição por heresia**
A Iugoslávia está sofrendo o castigo do qual conseguiu escapar na época de seu grande líder Josip Broz, o general Tito





MATÉRIA DE CAPA

14 A queda de FHC

16 A crise da Federação

A moratória decretada por Itamar Franco atua como denúncia do mau estado da federação brasileira

18 A alternativa da renúncia

As fórmulas em discussão no Parlamento e nas ruas

21 Saturnino Braga: o Brasil está de joelhos

O novo senador do Rio, eleito pela coligação oposicionista, faz o diagnóstico da política econômica do governo

24 A crise tem saída?

As opiniões de Aloísio Mercadante, Aécio Neves, Delfim Neto e Luís Salomão

26 Como Juscelino rompeu com o FMI

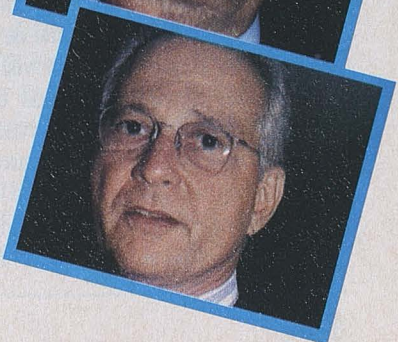
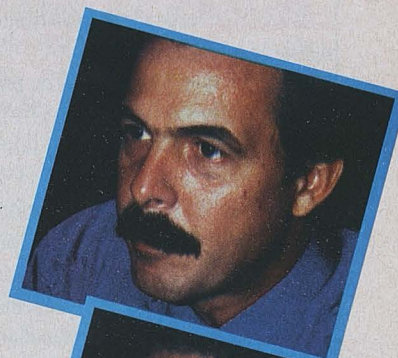
A política das grandes potências para os países subdesenvolvidos

30 Brasil, um imenso Porto Rico?

O ex-governador Miguel Arraes afirma que a crise, há muito anunciada, desaba agora, com força sobre o país, com efeitos cada vez mais negativos

32 Real: um congelamento de alta sofisticação

Esgotou-se o modelo, mas o governo insiste em mais dívidas e maior dependência



Prefeitos: fim da reeleição?

Quatro emendas constitucionais correm na Câmara

Em menos de dois meses de funcionamento da Câmara, deputados que tomaram posse em fevereiro já começaram a apresentar propostas de emenda constitucional, proibindo a reeleição.

Já tramitam pela Câmara os projetos de José Roberto Batochio (PDT-SP), Paulo Octávio (PFL-DF), Osvaldo Reis (PMDB-TO) e Fernando Ferro (PT-PE). As propostas de Batochio e Osvaldo Reis restabelecem a inelegibilidade em todos os níveis do Executivo, a partir do próximo ano, enquanto a emenda proposta por Paulo Octávio estende o mandato dos chefes dos executivos para cinco anos e prorroga o mandato dos atuais prefeitos, para que as eleições municipais coincidam com os demais pleitos.

A principal preocupação do deputado José Roberto Batochio tem como base as eleições de 98, quando "os mandatários deixaram de governar pelo interesse público e se tornaram apenas candidatos". Acredita também o parlamentar paulista que a reeleição seja um dos principais fatores de falência dos municípios.

Sua proposta conta com mais de 200 assinaturas de deputados de diferentes partidos. Para justificar seu argumento, Batochio pergunta: "Como se analisar o fato de que somente após o pleito de outubro de 1998 é que se tornou visível a abissal crise financeira em que fomos lançados por uma política que privilegia o capital financeiro em detrimento dos meios de produção, que despreza o social e que insiste em pagar juros obscenos?"

Na sua justificativa, Batochio afirma

que "é enorme o poder de cooptação dos executivos - na União, nos estados e municípios - permitindo-lhes formar maiorias nos legislativos, mesmo quando eleitos minoritariamente.

Na Câmara dos Deputados, desde a redemocratização, a oposição não conseguia aglutinar mais do que 120 representantes num total de 513 deputados. Dadas as circunstâncias em que funciona a Câmara, esse número era suficiente (principalmente quando as deliberações se tomam por maioria qualificada) para evitar a aprovação de algumas matérias, ou permitir negociações.

Esse quadro mudou: com a eleição de Fernando Henrique, a oposição, desfalcada dos deputados do PSDB, viu-se reduzida e parlamentarmente impotente. Arrastando consigo vários setores médios e da intelectualidade, o presidente desarticulou a já frágil oposição brasileira.

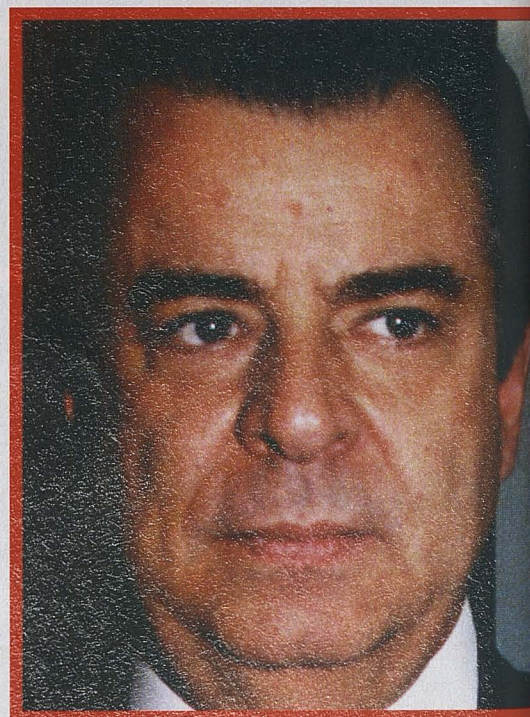
Por outro lado, o sindicalismo, enfraquecido pela conjuntura do desemprego, recebeu um golpe fatal com a perseguição governista aos sindicatos do petróleo. A oposição desarticulou-se".

Diz ainda o deputado pedetista que a reelegibilidade do presidente, na América Latina, ainda que constitucional, é um passo para a ditadura, ou, no mínimo, um elemento de distorção do processo eleitoral.

Batochio cita os exemplos dos presidentes Carlos Menem, da Argentina, e Alberto Fujimori, do Peru, que estão encerrando seus

segundos mandatos e já articulando uma nova reforma constitucional que lhes permita mais tempo no poder. Nada impede, observa o deputado, que "no Brasil, Fernando Henrique repita o exemplo de seus dois colegas".

Já o deputado Paulo Octávio, que apresentou proposta semelhante à de Batochio, defende sua posição, afirmando que a mudança constitucional que permitiu a reelegibilidade de Fernando Henrique Cardoso e dos governadores (os prefeitos ainda não foram beneficiados pela mudança feita) "prejudica o rejuvenescimento da política brasileira e perpetua no



José Roberto Batochio (PDT-SP)

poder líderes que, muitas vezes, usam a máquina a seu dispor em benefício de suas próprias candidaturas".

O deputado brasileiro diz que sua Proposta de Emenda à Constituição busca "proporcionar aos representantes eleitos uma posição mais nítida e aproximada dos anseios coletivos, além de uma maior estabilidade para persegui-los, em especial nos casos do poder Executivo das três esferas da federação.

Isso lhes permitirá um planejamento mais adequado de sua atuação política e administrativa, em favor do país, do estado ou município que representem, inclusive submetendo-se ao julgamento do eleitor, ao fim do período quinquenal, mediante a possibilidade da escolha do candidato que se comprometa com o prosseguimento de sua plataforma de atuação, apontando-o como seu sucessor".

De acordo com a proposta do deputado pefelista, as próximas eleições, inclu-

sive para prefeito, seriam realizadas no primeiro domingo de outubro de 2002 e os eleitos teriam, a partir de então, mandato de cinco anos. Paulo Octávio sustenta ainda que sua medida propondo a prorrogação dos mandatos de prefeitos "trata de unificar a manifestação da vontade nacional e estabelecer um prazo para a correlação de forças políticas e possa exteriorizar os seus anseios e produzir os seus efeitos em favor de um processo democrático, passando a ocorrer, simultaneamente, o processo eleitoral para preenchimento de todos os cargos eletivos dos poderes".

Nenhuma das duas propostas já chegou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De acordo com as informações de José Roberto Batocchio, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), garantiu-lhe o envio imediato da sua proposta para a análise da CCJ.

A emenda mais recente foi apresentada no dia 17 de março pelo deputado do Tocantins. Em três linhas, o peemedebista altera o texto atual do parágrafo quinto do artigo 14 da Constituição propondo que "o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos não poderão ser reeleitos para o período subsequente".

E o deputado Fernando Ferro pretende alterar os artigos 14 e 82, tornando inelegíveis para os mesmos cargos não apenas o presidente da República mas, também, os governadores do Distrito Federal, dos estados e os prefeitos "e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito". O parlamentar pernambucano mantém ainda o período de quatro anos para os chefes do Executivo.

Quilombos, os donos da terra

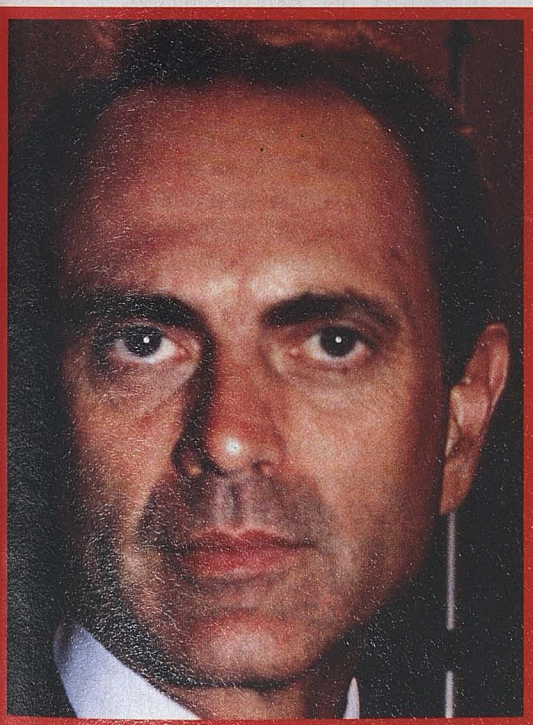
Os descendentes dos escravos africanos, que se reuniram em quilombos, poderão receber o título definitivo dos territórios ocupados.

A proposta de emenda constitucional foi apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que quer garantir as terras dos quilombolas, atribuindo ao Estado a proteção deste direito. Alcântara informa que sua proposta nasceu dos constantes conflitos fundiários envolvendo os remanescentes daquelas áreas de refúgio dos negros.

Há hoje, no Brasil, 511 comunidades de quilombolas em 22 estados. Há menos de dez garantidas por lei, entre elas, o de Rio das Rãs, na Bahia, e o dos Calungas, em Goiás.

A emenda do senador cearense é um substitutivo de proposta de reforma constitucional, apresentada pelo ex-senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), em 1997.

Durante seu mandato, Abdias concentrou-se na defesa dos valores culturais e sociais dos negros, tarefa a que dedicou toda a vida, desde as atividades teatrais da juventude até a militância política no país e no exterior (durante o exílio, nos anos 60 e 70), e nas diversas passagens pela Secretaria de Desenvolvimento das Populações Negras no Rio, cargo que voltou a exercer desde janeiro.



Paulo Octávio (PFL-DF)

Tempo novo na Câmara

A pauta não será mais elaborada no Planalto

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP) pronunciou discurso histórico, defendendo o direito constitucional do Legislativo em traçar as próprias pautas de votação.

Até o fim da legislatura anterior, a pauta vinha obedecendo ao comando do Palácio do Planalto, que anunciou estar mandando o projeto de reforma política, embora a tributária seja considerada mais urgente.

O discurso provocou não apenas aprovação no plenário e no Salão Verde da Câmara, que ouvia seu presidente como há muito tempo não acontecia na Casa, seguindo-se numerosas manifestações de apoio de todas as bancadas.

A decisão de Temer em instalar a Comissão da Reforma Tributária dividiu a opinião dos parlamentares gaúchos Alceu Collares (PDT) e Germano Rigotto (PMDB). Enquanto Collares pretende iniciar um amplo debate nacional sobre a reforma política, partindo da premissa de que "o Brasil vive um regime consentindo e institucionalizando princípios ditatoriais", Rigotto rechaça a proposta de seu colega, afirmando que o debate da reforma política vai "acabar atrapalhando uma ampla negociação em



Temer: pela autonomia do Congresso

torno da reforma tributária".

O peemedebista gaúcho está convicto de que este é o momento ideal para votar a reforma tributária, porque "no próximo ano, teremos eleições municipais e, em seguida, começamos a nos preparar para a sucessão presidencial. A reforma tributária é mais urgente, porque reduzirá, entre outros problemas, a dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro".

A instalação da Comissão, presidida pelo deputado Rigotto (PMDB-RS), com o pefelista piauiense Mussa Demes como relator, foi ato poucas vezes registrado no Congresso. Estiveram presentes ministros, centenas de parlamentares e numerosos líderes empresariais e dos trabalhadores.

Foro examinará Estatuto da Cidade

Imediatamente após assumir a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano, o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) decidiu transformar esta Comissão em foro de debates públicos sobre os problemas urbanos que, na sua opinião, "vêm se avolumando porque temos 70% da população brasileira vivendo nas cidades com tendências a chegarmos a 85,90%, particularmente nos grandes centros".

O principal projeto a ser discutido por esta Comissão é o Estatuto da Cidade que, entre outros pontos, confere maiores poderes aos municípios para atuar em toda a região urbana, tendo direito de preferência sobre os espaços ainda vazios e interferindo com o poder das grandes imobiliárias e empresas construtoras.

Ação Popular

Já foi distribuída a ação popular movida pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) contra o chefe do Gabinete Civil da presidência, Clóvis Carvalho, que, no carnaval, embarcou com a família para Fernando de Noronha. Chinaglia quer que o ministro devolva aos cofres públicos a quantia referente aos gastos da viagem.

A pilcha quer freqüentar plenário do Congresso

Cercado de seus próprios poemas e de quatro anões que compõem sua assessoria, o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT-RS) chegou à Câmara querendo revolucionar costumes e, principalmente, quebrar a monotonia dos trajes obrigatórios do plenário (paletó e gravata para os homens).

Ele quer ter direito de entrar em plenário com a pilcha, traje tradicional dos gaúchos. Para isso, Pompeo apresentou proposta de emenda regimental, acrescentando mais um parágrafo ao artigo 1º.

De acordo com o novo parágrafo seria permitido aos deputados federais o uso de "trajes típicos regionais", como já é aceito na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O parlamentar, de 39 anos, ex-prefeito de Santo Augusto e deputado estadual por dois mandatos, eleito federal com 88 mil votos, justifica sua proposta afirmando que a "mudança atende à diversidade das culturas regionais dando a seriedade que o assunto exige". Ainda sem resposta da Mesa da Câmara, Pompeo vai voltar ao presidente da Casa solicitando que o caso seja examinado o mais rápido pos-



sível. A solicitação vai em forma de versos que ele mesmo escreveu:

"Em resumo, presidente, esta é a saga de um povo e que agora vem de novo assim, perante a Nação, evocando a tradição do uso da indumentária, exigir uma plenária ou talvez uma reunião que tome uma decisão, nos dando consentimento que aqui no Parlamento se respeite a tradição"

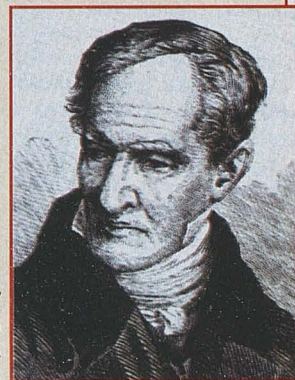
O roteiro de Humboldt

Dentro das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, a Universidade de Brasília reuniu pesquisadores brasileiros, alemães e franceses para repetir a viagem iniciada pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt, nascido em Potsdam e que em 1799 sonhou chegar ao rio Amazonas a partir do rio Orenoco e foi proibido pela Coroa Portuguesa de ingressar nas áreas indígenas do Brasil Colônia.

Humboldt fora incentivado pelo libertador Simón Bolívar, que queria a unificação da América do Sul.

No percurso da expedição, que conta com apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente, os cientistas convidados farão palestras em Puerto Ayacucho, em território venezuelano, e em São Gabriel da Cachoeira, Santarém e Manaus. O ponto final da viagem é Belém, onde Humboldt viveu quase um ano.

A expedição será monitorada por satélites e haverá informes diários para a imprensa.



Alexander
Von
Humboldt



Mudança nos fundos de financiamento

Imediatamente após assumir a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano, o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) decidiu transformar esta Comissão em foro de debates públicos sobre os problemas urbanos que, na sua opinião, "vêm se avolumando porque temos 70% da população brasileira vivendo nas cidades com tendências a chegarmos a 85,90%, particularmente nos grandes centros".

O principal projeto a ser discutido por esta Comissão é o Estatuto da Cidade que, entre outros pontos, confere maiores poderes aos municípios para atuar em toda a região urbana, tendo direito de preferência sobre os espaços ainda vazios e interferindo com o poder das grandes imobiliárias e empresas construtoras.

O deputado Waldir Ganzer (PT-PA) apresentou projeto de lei alterando dispositivo constitucional que criou os Fundos de Financiamento para atender às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes Fundos, regulamentados pela lei 7.827 de setembro de 1989, deveriam servir de estímulo às três regiões mais carentes

do País mas, segundo Ganzer, eles não atendem aos objetivos porque cobram alta taxa de juros, além de não oferecerem assistência técnica. Por essa razão, 300 milhões de reais alocados para os Fundos Constitucionais de Financiamento retornam aos cofres da União.

No projeto apresentado, o deputado paraense afirma que os bancos responsáveis pela administração destes recursos impõem dificuldades não apenas geradas pela tecnoburocracia mas "pela postura altamente refratária em relação aos segmentos locais, historicamente excluídos das políticas públicas". Ganzer quer que a nova lei obedeça aos mesmos critérios do Procer, um dos mais baratos financiamentos do setor rural e, além disso, que o Governo garanta assistência técnica aos agricultores para que estes possam se beneficiar do financiamento. O projeto, de acordo com seu autor, deve tramitar em regime de urgência urgentíssima para que os produtores rurais já utilizem os recursos na safra deste ano.

Agricultores de vários estados da Amazônia já começam a chegar

a Brasília para exercer pressão sobre a Câmara. O grupo de agricultores de Rondônia já se encontra na capital desde fim de março e espera que o projeto seja aprovado até final de abril. Embora aprovado em tempo recorde pelo Senado, o empréstimo a ser tomado pelo estado do Rio de Janeiro junto a instituições financeiras internacionais, entre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), num total de US\$ 366 milhões, o projeto provocou polêmicas entre os senadores da base do Governo mas foi defendido pelos opositores que lembraram o fato de o Senado ter aprovado empréstimos semelhantes em 98. Do PSDB, Osmar Dias (PR), foi contrário à licença para autorização do empréstimo, afirmando que o Rio gasta mais de 60% de sua receita com a folha de pessoal, enquanto seu colega, Artur da Távola (PSDB-RJ), foi favorável dizendo que o empréstimo "atenderá à população pobre porque concluirá obras inacabadas que, se não forem concluídas, prejudicarão a Baixada Fluminense".

O peemedebista Ney Suassuna (PB) também foi favorável à autorização dizendo ser verdade que outros estados se encontram na mesma situação mas o Rio "não está inadimplente mas estes empréstimos "são necessários ao desenvolvimento de um estado importante do Brasil". A voz destoante do PT veio do senador Lauro Campos (DF) que, em sua manifestação, disse: "Mais uma vez represento a voz solitária que votará contra, mas eu gosto da solidão. Continuarei a me manifestar contrário a todo e qualquer projeto que aumente o endividamento externo do Brasil porque acredito que a dívida externa é prejudicial como é o ópio que adormece a vontade."

CPI sob desconfiança

Com a relatoria entregue ao senador baiano Paulo Souto (PFL-BA), um dos principais aliados do presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães, a CPI do Judiciário nasceu sob o signo da desconfiança da oposição e até mesmo de alguns senadores da base governista. O primeiro a se rebelar foi o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que recusou a presidência da Comissão. No cargo ficou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Sem objeto específico de investigação, critério exigido pelo regimento das Comissões Parlamentares de Inquérito, a CPI do Judiciário foi provocada pelo senador Antônio Carlos Magalhães que, sem razão aparente, passou a desferir violentos ataques ao Judiciário brasileiro, chegando inclusive a fazer acusações genéricas contra os magistrados, classificando-os de "preguiçosos" e "corruptos". As acusações receberam dura resposta do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence.

Antes mesmo da instalação da CPI, o deputado Waldir Pires (PT-BA), que até hoje espera a recontagem dos votos das eleições de 1994, quando foi derrotado por

Waldeck Ornelas (atual ministro da Previdência) para o Senado, encaminhou requerimento com pedido de informações ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, sobre as investigações das contas bancárias de alguns políticos brasileiros no paraíso fiscal das ilhas Cayman, iniciada há mais de dois anos.

Pires disse em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, que a principal motivação de ACM é a "dominação do Judiciário, para repetir o exemplo da Bahia e exercer o poder sem respeito às regras democráticas".

"Ninguém acredita no interesse do senador em aprimorar e aperfeiçoar o Judiciário", acrescentou Pires. Na sua opinião, o exemplo maior de deterioração do Judiciário é na Bahia, apesar da resistência dos magistrados jovens e magistrados dignos. "Nesse Estado, procedeu-se à cooptação inescrupulosa de magistrados indignos. Mas Antônio Carlos Magalhães não repetirá a façanha no plano nacional".

A impressão dominante nos meios políticos é que serão escassos os resultados da CPI do Judiciário, como a extinção dos juízes classistas na Justiça do Trabalho.

A reforma do Judiciário que está em trâmite na Câmara ficaria com a tarefa de enfrentar o problema.

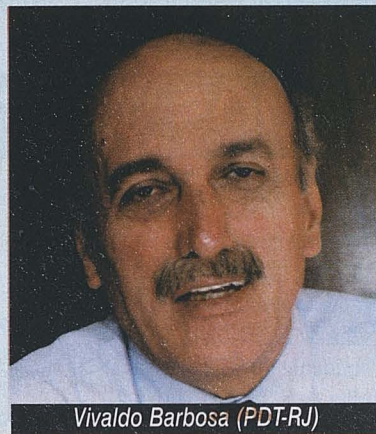
CPI dos Bancos:

Tropa de cheques?

A CPI dos Bancos também não parece destinada a um trabalho sério. O governo e os políticos de sua base se empenham em esvaziá-la.

A tentativa de convertê-la em uma CPI mista fracassou. ACM e as lideranças dos partidos da base do governo conseguiram que vários senadores retirassem suas assinaturas do projeto de resolução coordenado pelo senador Saturnino Braga (PSB-RJ) e pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Na composição da CPI falou-se muito, na Câmara, da necessidade de uma "tropa de choque" para garantir a sua independência. O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), autor das primeiras denúncias contra os milhões de reais desviados pelo Banco Central para os bancos Marka e FonteCindam, disse temer que a CPI dos Bancos, em vez de uma "tropa de choque", receba uma "tropa de cheques".



Vivaldo Barbosa (PDT-RJ)

Protesto contra torturador

Entidades de defesa dos direitos humanos estão indignadas com o procedimento da Câmara de Vereadores da cidade de Ipatinga, em Minas Gerais.

Sem olhar o passado de torturador do atual empresário da educação Ronaldo de Souza, dono de faculdades de direito e medicina na cidade, 15 dos 19 vereadores concederam-lhe o título de cidadão honorário local.

O Movimento Tortura Nunca Mais, de Minas, e o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, enviaram um protesto, sob a forma de carta aberta ao vereador Mauro Zanone, presidente da câmara e idealizador da homenagem, e à vereadora Ivanete Inácio da Costa, presidente da comissão de direitos humanos.

Na carta, as entidades assinalam que Ronaldo de Souza é citado não como suspeito, mas como torturador prova-

do de presos políticos, segundo consta do dossiê "Brasil, Tortura Nunca Mais".

"Consideramos no mínimo extrema ingenuidade o fato de quinze vereadores de Ipatinga (em um total de 19) terem se deixado convencer pelo próprio laureado, o torturador Ronaldo de Souza", afirma o documento.

"O que parece ter pesado mais é que este senhor controla a mídia local e é dono das faculdades de medicina e direito (???). A tortura é crime de lesa humanidade, portanto imprescritível, inafiançável e inaniistável. É para nós questão de imperativo ético tornar público o mais veemente repúdio a esta premiação. A população de Ipatinga, insistimos, tem longa tradição na luta pelos direitos humanos e não merece ser conspurcada desta forma", conclui a carta.

Minas com crédito

A moratória decretada em janeiro pelo governador Itamar Franco (veja reportagem à página 16) ressuscitou o debate em torno da natureza de nossa Federação.

Com a suspensão de pagamento das dívidas, Minas Gerais se confessava sem recursos para cumprir os compromissos financeiros, particularmente aqueles que contavam com aval da União.

No começo de abril, quando se fazia grande a expectativa em torno do fim ou manutenção da moratória, Itamar saiu-se com uma surpresa nova: anunciou que o inadimplente desta história é o governo federal e não Minas.

"O Governo de Minas vem a público informar que é credor de um montante da ordem de R\$ 20 bilhões junto ao Governo Federal", afirma a nota de Itamar Franco. Com base em

estudos do Tribunal de Contas mineiro e do Departamento de Estradas de Rodagem, a dívida resultou de compensações financeiras que a União deveria ter pago a Minas e não o fez, nos últimos oito anos e meio.

"A União é devedora do Estado de Minas Gerais e se faz necessário o acerto de contas. Trata-se de uma dívida líquida, vencida e exigível, enquanto que a dívida de Minas Gerais para com a União está parcelada em 30 anos", compara a nota do governador, quase insinuando que seria um bom negócio o Planalto fazer uma troca de débitos, o que deixaria a briga mais em conta.

O pronunciamento termina lembrando que "o Governo Federal está assim obrigado a suspender imediatamente o bloqueio dos recursos pertencentes a Minas Gerais".

Dos Jornais

Pib cresceu só 0,15% em 98

Jornal do Brasil, 20/02/99

Preços da cesta básica no Rio subiram 7,65% em um mês

O Globo, 02/03/99

Pesquisa aponta aumento da pobreza

Folha de S. Paulo, 02/03/99

Presidente do STF critica cortes sociais

Folha de S. Paulo, 02/03/99

Indústria paulista encolhe novamente

Jornal do Brasil, 03/03/99

CNBB diz que ingênuo tem sido o governo

Jornal do Brasil, 04/03/99

País perdeu 851 mil empregos no ano passado

O Globo, 06/03/99

Dívida externa do país cresceu 61%

Jornal do Brasil, 06/03/99

A recessão domina o semestre

Gazeta Mercantil, 08/03/99

Desemprego assusta AL

Puseram a chamada locomotiva em marcha lenta e a violência explodiu - hoje, o recorde paulista é altamente negativo. O principal centro industrial sul-americano é um retrato exato dos efeitos da política neoliberal, com a taxa de desemprego a caminho dos 20%.

É um fenômeno continental, segundo o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que calcula em 10 milhões a massa de desempregados na América Latina. Em conferência numa universidade norte-americana, o presidente do BID, Enrique Iglésias,

afirmou que o problema se agrava a cada dia, desencadeando problemas sociais de grande intensidade. Assinalou que o desemprego afeta sobretudo as mulheres e os mais jovens até 25 anos, tornando um drama o encontro do primeiro emprego e empurrando muita gente para a marginalidade.

Enrique Iglésias destacou ainda a contradição entre uma América Latina submersa no desemprego e na crise econômica e os Estados Unidos que vivem, no período atual, um auge de bem-estar, ostentando as maiores taxas de emprego desde 1970.

Brasileiro anda triste

O brasileiro anda desconfiado de muitas coisas e pessimista em relação ao resto.

Quando se coloca no papel de consumidor, então, ele vê tudo preto à frente. Esta é a conclusão que se pode tirar da pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Trata-se do levantamento trimestral Índice Nacional de Expectativa do Consumidor. O de janeiro a março, divulgado agora em abril, demonstrou que o brasileiro de hoje está mais pessimista do que em qualquer momento dos últimos três anos.

É a terceira queda consecutiva e "reflete a deterioração do sentimento dos consumidores causada pelo agravamento da crise brasileira no final de 98", diz a nota da CNI.

Confirmando o diagnóstico, o IBGE divulgou, no começo de abril, os resultados de con-

sumo no Rio de Janeiro, referente ao primeiro bimestre.

Em fevereiro, a queda de consumo foi de 8,7%. No bimestre, a queda chegou a 3,9% em relação ao primeiro bimestre de 1998. As maiores quedas foram registradas nos itens automóveis (-23,3%), móveis e bens eletrodomésticos (21,6%), material de construção (-15,5%) e combustíveis (-14,3%).

Segundo o IBGE, "a cautela dos consumidores, em função do novo cenário, vai se refletir principalmente sobre as vendas de bens duráveis, dependentes de financiamento (prejudicado pelos atuais níveis das taxas de juros) e de boas perspectivas para emprego e níveis reais de salários, variáveis que, provavelmente, terão seu comportamento comprometido com as medidas de ajuste econômico que estão sendo implementadas".

Café em alta

Com a baixa do real, as exportações de café dispararam em março, quando se vendeu 180% mais que em março de 1998. No primeiro trimestre, o café rendeu

US\$ 501 milhões, 14% a mais que no mesmo período do ano passado. Agora em abril, prevê-se receita de US\$ 170 milhões, com a venda de 1,7 milhão de sacas.

Inflação no Rio dobra em fevereiro

Jornal do Brasil, 09/03/99

Popularidade de FHC cai ao nível mais baixo

O Estado de S. Paulo, 11/03/99

Indústria tem pior queda com FMI

Folha de S. Paulo, 14/03/99

Novo câmbio custou R\$ 40 bi

Jornal do Brasil, 16/03/99

Greve de juizes vira ato contra ACM e FH

O Globo, 18/03/99

FMI diz que Brasil paga por erros cometidos na eleição

O Globo, 20/03/99

Serviços: queixas aumentam após a privatização

O Globo, 21/03/99

Desemprego em S. Paulo chega a 18,7%

Jornal do Brasil, 24/03/99

Juristas estudam impeachment de Fernando Henrique

Tribuna da Imprensa, 29/03/99

BC perde R\$ 7,6 bilhões especulando com dólar

Tribuna da Imprensa, 30/03/99



A queda Livre

de FHC

As pesquisas confirmam a forte tendência das ruas, onde desaba a popularidade do presidente. Segundo os levantamentos, a popularidade de Fernando Henrique e a confiança no seu governo estão em queda livre. Os números passaram de 56% e 54% de aprovação em dezembro de 1998 para 56% que desaprovam o seu governo e 54% que não confiam no presidente. Isso significa maioria absoluta nas duas respostas. Segundo rumores que correm no Congresso, o governo estaria de posse de pesquisas recentes, não divulgadas, ainda mais desfavoráveis ao presidente FHC

Procópio Mineiro

As pesquisas continuam implacáveis contra o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para os políticos e analistas que não as consideram infalíveis, o seu impacto pode ser menos contundente. No caso de FHC é o contrário. Poucos homens públicos demonstraram até há pouco maior preocupação com o que apuram os institutos de pesquisa do que ele.

Fernando Henrique reuniu no Palácio a "fina flor" da sabedoria da pesquisa ou que se atribuem essa condição. E durante quase todo o seu primeiro mandato usou e abusou dos números e dos quadros coloridos ou em preto e branco, numa maciça concentração de mídia decantando sua popularidade.

Nos últimos meses, os tempos mudaram. Os números não só não foram mais favoráveis, mas ao contrário, revelavam que sua popularidade desabou. A propaganda oficial que havia consagrado a autenticidade dos números anteriores não teve condições de negar a veracidade dos resultados atuais. O próprio presidente admitiu a preocupante estatística mas, quando surgiram os primeiros números negativos, passou a considerá-los um fenômeno provisório, de curta duração.

A recente pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Ibope já demonstrou o erro dessa avaliação sobretudo quando o sentimento das pessoas é de que os números vieram para ficar e sua tendência é refletir mais duramente a impopularidade do governo.

Mas não seria necessário ater-se às pesquisas. É só ir às ruas, às filas, inclusive da Previdência e da Saúde, aos trens, ônibus, barcas e aviões, aos sindicatos e outras entidades da sociedade civil, inclusive dos aposentados, às reuniões da classe média que, no último quadriênio e no começo do atual, perdeu os ganhos que os diferenciavam em relação aos trabalhadores.

Ali, sim, é que está a oposição mais cadente, que, freqüentemente, atinge a indignação e a revolta. E poderia ser de outra maneira?

O governo não muda a sua linha de ação voltada não para a solução dos problemas que, realmente, afetam a nação e o povo. Prefere seguir a cartilha do Fundo Monetário e se preocupar mais com os banqueiros internacionais, os especuladores, como se a oscilação favorável da Bolsa de Valores em Kuala Lumpur ou Jacarta tivesse qualquer significação para quem está

desempregado, não consegue escola para os filhos e vê o governo cortar os já miseráveis níveis dos salários ou das aposentadorias.

Dirigentes políticos e líderes da sociedade civil têm declarado que não jogam no aumento da inflação. Ao contrário, apóiam todas as medidas tomadas para combatê-la. O que não pode é considerar que o ritmo menos acelerado dos preços seja o resultado da resistência do real à sua crescente desvalorização mas, simplesmente, um sintoma grave da recessão. Os consumidores não compram porque não têm dinheiro e essa situação pode evoluir para o agravamento da crise econômica e do empobrecimento do país.

Na sua pregação contra o atual modelo econômico, o governador Itamar Franco tem feito graves denúncias contra os compromissos absurdos que o governo vem assumindo com o Fundo Monetário Internacional, inaceitável para qualquer nação soberana.

Falando no Rio para centenas de advogados na sua associação de classe, o governador de Minas demonstrou como as imposições do FMI são responsáveis pela crise, inclusive dos juros altos que podem atrair capitais voláteis "mas alienam a preços vis o patrimônio público".

Itamar vem chamando a atenção do país para os resultados ruinosos da privatização do sistema energético programado para 1999, e que vem encontrando fortes resistências não apenas no Congresso como na opinião pública. "Enquanto governar o estado não vou permitir essa ou qualquer privatização imposta pelo governo do Sr. Fernando Henrique. Em Minas" - diz ele - "para privatizar a Cemig terão que usar tropas federais".

Leia
nesta
matéria
de
capa:

A crise da
Federação

As alternativas:
parlamentarismo,
mandato curto ou
renúncia

A luta histórica de JK
com o FMI

A agonia do
modelo econômico:
ainda há
saídas?

A crise da

A moratória decretada por Itamar Franco atua como denúncia do mau estado da federação brasileira

Procópio Mineiro

O federalismo brasileiro voltou à discussão. Ao contrário dos debates plácidos na Constituinte, desta vez um clima de urgência e gravidade cerca o assunto.

É que o tema pulou inesperadamente, de carona, num comboio que ameaça descarrilar - o trem da quebra financeira do Brasil que não eliminou o tom imperial que envolve o Planalto.

À evidência de que o governo federal administrou mal e gerou condições críticas para o país, juntou-se a denúncia de que os estados também foram levados a situações que levam à inviabilidade as administrações recém-empossadas. Expôs-se, de um golpe, que há mecanismos inadequados na gerência federalista e mesmo nos conceitos que baseiam sua prática, entregue a "playboys internacionais", no dizer do governador piauiense Mão Santa, ou a "PHDeuses", na definição do supertucano Tasso Jereissati, do Ceará.

Revelou-se, ainda, que a nova situação política, na qual diversos estados -entre eles, alguns dos mais importantes estão entregues à oposição, permite a contestação de termos considerados injustos no relacionamento federativo.

O dedo na ferida

"O governador Itamar Franco, ao declarar a moratória das dívidas mineiras por 90 dias, pôs o dedo na ferida", disse o estreante governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB/AL), um dos integrantes do time dos insolventes e também um dos opositoristas.

A ferida a que se referiu o governador alagoano é o desequilíbrio que transformou os estados em reféns financeiros do governo federal.

Esta situação gera inúmeras situações de desconforto regional, desde a impossibilidade de se aplicar um programa estadual de governo próprio até mesmo pressões de ordem política que levem governadores, movidos pelo instinto de sobrevivência ou de rendição, a mudarem de legenda partidária, com o intuito de merecerem favores ou a inclusão em programas de ajuda federal.

A ferida inclui ainda uma concentração de renda que favorece a União e a imposição de renúncias fiscais aos estados. O modelo hoje em vigor dá à União 55% da arrecadação de impostos e aos estados 28%, ficando os 17% restantes para os municípios. Os governadores reclamam que a parcela dos estados poderia ser maior, envolvendo algo acima de mais R\$ 13 bilhões, além dos 59 bilhões que constituem hoje a parte global que se divide entre os estados.

Legislações e programas federais impuseram perdas aos estados, sem qualquer compensação. São os casos da Lei Kandir e do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). A Lei Kandir pretendia estimular as exportações (enquanto a política federal era a de praticar as fronteiras abertas aos produtos externos e sustentar a sobrevalorização do real, que dificultava as exportações). O estímulo



Há uma crise dos estados com a União e o problema precisa ser resolvido para todos
(Gov. Anthony Garotinho)

determinado pela Lei Kandir se faz com cortes no ICMS estadual. Já o Fundef orienta, de forma obrigatória, recursos estaduais para o programa, significando um engessamento uniforme de recursos.

Por conta da Lei Kandir, o governador Olívio Dutra, do Rio Grande do

Federação



Itamar assumiu com desassombro as dificuldades e inspirou os governadores oposicionistas. Na foto acima, Itamar com os governadores Garotinho (RJ), Jorge Viana (AC), Zeca do PT (MS) e e Olívio Dutra (RS). No destaque, Ronaldo Lessa (AL)

Saídas hão de ser encontradas para nossos problemas, sem que se sacrifique a altivez do Brasil
(Manifesto à Nação - OAB)

Sul, estima que as perdas anuais gaúchas cheguem a R\$ 970 milhões. No Rio de Janeiro, o governador Garotinho diz que a perda ultrapassa os R\$ 400 milhões.

O gaúcho Olívio Dutra queixa-se ainda da perda de R\$ 2 bilhões na área previ-

denciária, dinheiro que seria devido ao estado pela União.

É preciso mudar

“Essa ordem que aí está precisa ser alterada”, propôs no início de março o governador mineiro Itamar Franco, detonador da discussão e que acabou eleito inimigo número um do Planalto.

“Pela primeira vez na história, vemos um presidente da República comunicar a organismos externos problemas internos dos estados federados”, arrematou Itamar, denunciando, mais uma vez, que algo não vai bem na federação brasileira, ao apontar a iniciativa da União de pedir a entidades externas,

como o FMI, BID e Bird, que bloqueiam o acesso de determinados estados brasileiros, em especial Minas, a novos recursos. “Esta atitude é um arbítrio unilateral e inaceitável”, definiu o governador mineiro.

OAB: Reconstruir

Estudiosos do tema apontam desequilíbrios no federalismo brasileiro. Este padeceria de uma acidentada memória do percurso histórico, onde se alternaram períodos de centralização com outros de relativa tranquilidade de convivência. A memória mais recente é a do período militar, quando a ditadura não apenas subordinava os estados a suas políticas, como impunha os governadores. A federação formal vivia, na prática, a centralização.

Reafirmada a federação na Constituição de 1988, as práticas não mudaram inteiramente, sendo notórios os casos de governadores que se viram boicotados pelo governo central, por serem de partidos diferentes ou por serem considerados eventuais concorrentes nas eleições seguintes à Presidência. Outros eram beneficiados. Outros, ainda, se viram constrangidos a aderir a algum partido do bloco governante, para evitar o naufrágio de seus programas administrativos.

“A ameaça para as instituições político-constitucionais, para o sistema federativo e para a própria independência dos Poderes” é como define a atual situação nacional a Ordem dos Advogados do Brasil, em um Manifesto à Nação, lançado agora em março. A OAB propõe um amplo debate que leve a uma “reconstrução nacional”. ■

A alternativa da ren

As fórmulas em discussão no Parlamento e na

Udos temas agitados no bojo da luta contra o modelo político, econômico e social implantado no país pelo governo de Fernando Henrique Cardoso é o da renúncia do presidente. O governador Leonel Brizola lidera essa corrente, expressa não apenas nos programas eleitorais do PDT, como nas suas declarações e atos populares.

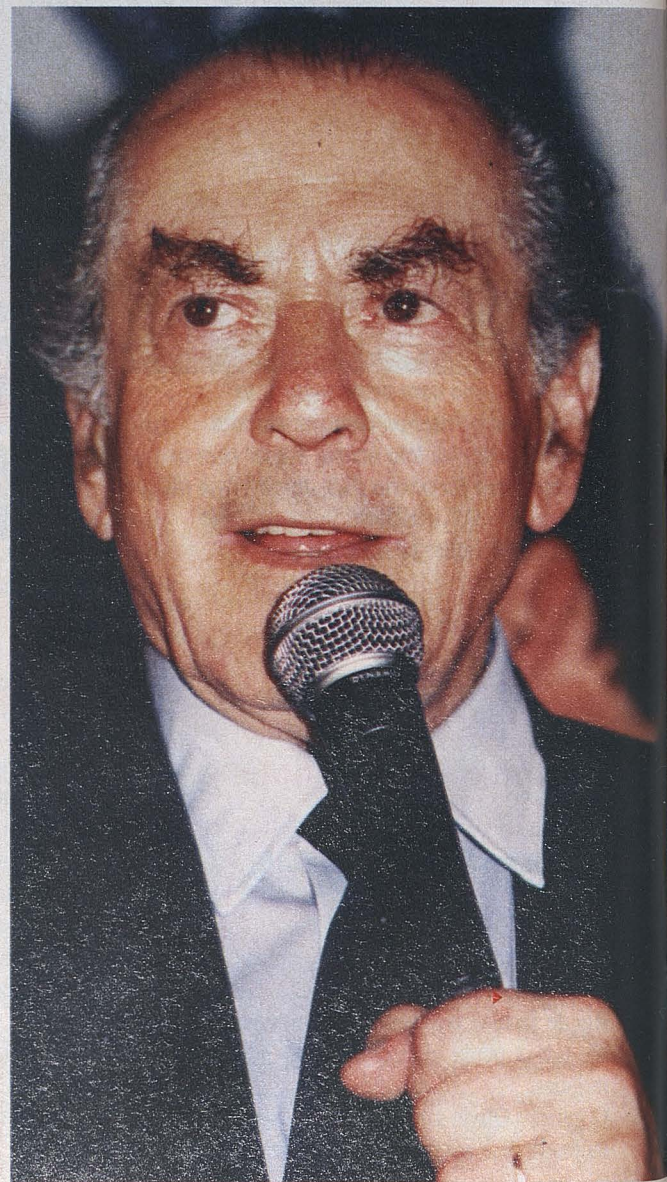
À *Tribuna da Imprensa* Brizola disse que "precisamos da renúncia de FHC para abrirmos uma nova perspectiva, até mesmo nas negociações que devemos fazer no exterior. Ele perdeu a credibilidade lá fora. Na região do Mercosul, ninguém tem mais qualquer confiança no que possa fazer o governo brasileiro. Acho que é na base do toma lá, dá cá. A gente vê que a doença que corroeu qualquer chance do governo FHC já no primeiro período foi sua fixação em querer continuar na Presidência.

Ele deve ter assimilado essa ambição doentia do seu amigo Menem, que é uma espécie de modelo político para ele. Tal foi a sua preocupação em continuar, que dominou todos os seus atos, sua política. Só lhe interessou decidir sobre aquilo que lhe conviesse para ajudar na sua fixação de continuar, FHC conseguiu ser eleito de forma desonesta, pois escondeu a crise para se tornar novamente presidente. Criou a situação, perdeu a chance de fazer um bom governo e nos jogou em uma crise profunda. Dentro da Constituição, de forma pacífica e civilizada, nós devíamos fazer compreender que ele devia renunciar.

Getúlio Vargas renunciou em 45, porque viu que sua continuidade não oferecia mais nenhuma perspectiva para o País. Dom Pedro I, que fundou esse País, proclamou a Independência, deu o Grito do Ipiranga, viu que era a hora de renunciar e voltar para Portugal. Alguém que foi um patriota, no sentido do amor que ele possuía pelo Brasil. Jânio Quadros também renunciou. Se o FHC se considerava um grande intelectual, deveria ver que não tem mais garra, credibilidade."

Nos meios políticos que apóiam a renúncia, o gesto de Raul Cubas, presidente paraguaio, foi muito aplaudido. "Para uma grande crise

como a do Paraguai, só um grande gesto, a renúncia", comentou um líder dessa campanha. "No Brasil, a crise vai tornar-se cada vez mais aguda e o pre-



Leonel Brizola:
"Fernando Henrique deve renunciar"

úncia

ruas

sidente pode concluir que o melhor para ele é o gesto de grandeza: renunciar".

Com uma variante na fórmula, mas empenhado também na saída de FHC, o ex-prefeito de Porto Alegre e um dos líderes do PT, Tarso Genro, defende a substituição do atual presidente, através de um ato legislativo encurtando o seu mandato.

A tendência contrária à presença dominadora de Fernando Henrique transita também, no Parlamento, através de uma fórmula amenizada, ou seja, a instituição do Parlamentarismo. Embora muitos considerem que a meta dos parlamentaristas é a Presidência em 2002, não poucos analistas opinam que a fórmula não deve ser descartada como uma espécie de saída para a crise.

Mesmo entre os partidários do governo o problema da crise e suas consequências é objeto de preocupações e análises contundentes. Teve grande repercussão no país, mas especialmente na área governamental, a clara e objetiva declaração do autor talvez mais seguido no oficialismo brasileiro, o presidente do Fundo Monetário Internacional, Sr. Michel Camdessus. Falando em Paris ao jornal *Les Echos* sobre a situação brasileira declarou ele: "A crise que o Brasil está atravessando é o resultado de erros cometidos pelo Governo durante e após as eleições do ano passado e não do problema de ajuste elaborado pelo FMI com o país."

Os brasileiros vão pagar o custo elevado das suas tergiversações econômicas durante o período eleitoral e pós-eleitoral. Nós não exigimos qualquer corte nas despesas sociais". ■



O protesto contra o pacote assumiu tons de galhofa, mas demonstrou a irritação popular

A sociedade toma posição

Prestigiosas entidades da sociedade civil, a ABI, o IAB, o Idid e o Modecon emitiram importantes declarações sobre o quadro nacional

O Dr. Barbosa Lima, presidente da ABI e do Modecon, emitiu aos seus colegas um documento em que declara:

"Muitas e diferentes lutas cívicas temos vivido, em campanha unificada com as entidades da sociedade civil organizada, em defesa do patrimônio público. Perdemos muitas batalhas, mas nunca a disposição de luta para barrar o desmonte que o governo vem fazendo de nossas empresas estratégicas e lucrativas e de conquistas sociais do trabalhador e do povo brasileiro em geral.

Agora, estão sendo alvo a Petrobras, o banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os Correios. O inimaginável poderá acontecer, como ocorreu, entre tantas outras, com a Vale do Rio Doce. Impõe-se, assim, a intensificação de nossa luta comum e organizada."

Assinada por seus presidentes e

outras prestigiosas figuras o IAB e o Idid lançaram o seguinte manifesto:

Manifesto dos juristas brasileiros

Juristas nacionais, unidos nos históricos espaços do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, com seu presidente, João Luiz Dubos Pinaud, autorizado em sessão plenária, tornam público o seguinte:

O atual governo continua comprometendo a riqueza nacional, para atender as políticas do FMI. A estrutura da República pelo desatar dos laços federativos, qual os Estados não integrassem a Federação, encontra-se ameaçada. Presenciamos a desconstitucionalização das práticas políticas do governo federal, o sucateamento dos bens públicos, o estilhaçamento da República pela submissão aos órgãos financeiros do capi-

talismo internacional. Não é nacional governo que entrega o câmbio, a moeda e o Banco Central do Brasil aos praticantes auxiliares da especulação internacional. Não vale acenar com a modernidade e oferecer a estagnação das atividades agrícolas, industriais e comerciais e, principalmente, do capital científico e tecnológico, a recessão, o desemprego e, sobretudo, a imobilizante ausência de perspectivas. No plano interno, suprimiu princípios historicamente arraigados e constitucionalmente definidos: soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político (art. 1º da Constituição Federal). Não buscou a efetivação do pleno emprego, para atender a projetos circunstanciais de caixa, aplicando receitas reconhecidamente envenenadas do FMI. O Executivo governa através de medidas provisórias, violando o art. 2º da Constituição Federal consagrador da independência e harmonia entre os poderes da União.

No plano internacional, a renúncia sistemática dos atributos da soberania é consumada mediante acordos internacionais sigilosos, excluindo a indispensável e legitimadora participação de setores organizados da sociedade brasileira. Nega eficácia ao art. 4º da Constituição Federal que determina seja a República regida, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção e cooperação entre as nações. A subordinação do destino nacional aos interesses econômicos internacionais atingiu níveis insuportáveis.

Um governo é eleito para administrar o bem público em benefício da população e não para dele desfazer-se como um pródigo que deita fora e fortuna que não lhe pertence mas que é comum. Entretanto, não foi praticado qualquer ato visando a apurar e sustar o inconstitucional e hipertrofiado endividamento externo. Nenhum governo se



A crise não poupou sequer o privilegiado setor automobilístico, que impôs condições mais duras a seus operários e desempregou massivamente

sustenta na submissão e interesses estranhos ao próprio país, dominantemente opostos a ele. Administra-se a estagnação nacional através da preponderância dos interesses de grupos financeiros. Com sua política submissa aos

A subordinação do destino nacional aos interesses econômicos internacionais atingiu níveis insuportáveis. É o momento histórico de união dos brasileiros, em favor de um Brasil soberano

interesses opostos à independência e ao desenvolvimento nacional, o governo viola, de maneira unipessoal e arrogante, o direito à autodeterminação do povo brasileiro, não só em seu conteúdo político mas principalmente em sua expressão econômica e social. A autodeterminação implica a soberania sobre os recursos naturais e a inadmissibilidade de um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência.

Portanto, o Brasil deve apoiar-se em seu próprio povo organizado, em

cooperação interna e externa, investindo nele mesmo, em sua riqueza e potencialidades, livrando-se das forçadas dependências contrárias ao seu crescimento econômico e social, desenvolvendo e participando do diagrama emancipatório dos países emergentes, em cooperação recíproca, de acordo com os princípios e normas do direito internacional positivo.

A riqueza e a autodeterminação de um País representam valores intocáveis. Soberania é, concretamente, controle da própria riqueza, definida e respeitada como patrimônio público, exercitada através da gestão política independente. Do mesmo modo não se pode ignorar o sofrimento de um povo subestimando a sua esperança.

É o momento histórico de união dos brasileiros, em favor de um Brasil soberano, dono exclusivo do seu raro e imenso potencial. Este não pode ficar à disposição de governo algum, seja a que título for. Um país pertence ao seu povo, historicamente considerado, porque é anterior e superior a qualquer governo. A República se define pela responsabilidade dos governantes, ou seja, sua responsabilização política nos termos da Constituição, exigindo esta a resoluta resistência da alma coletiva da Nação, para que não seja arrastada ao desespero e à desintegração das instituições.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1999

João Luiz Dubos Pinaud, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiro - IAB

Celso Antônio Bandeira de Mello, presidente do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas - Idid.

SATURNINO BRAGA

O Brasil está de joelhos

O novo senador do Rio, eleito pela coligação oposicionista, faz o diagnóstico da política econômica do governo

*Entrevista a
José Augusto Ribeiro*

Éa quarta vez, em 35 de seus 67 anos de vida, que o carioca, engenheiro e economista Roberto Saturnino Braga vai para o Congresso como representante dos eleitores fluminenses. Da primeira vez, em 1962, ele foi eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro do antigo estado do Rio de Janeiro, que compreendia todos os municípios atuais menos a cidade do Rio, que era o Distrito Federal (capital da República e, depois da construção e inauguração de Brasília, estado da Guanabara, até sua fusão em 1975 com o antigo estado do Rio, da qual resultou a constituinte).



■ ***Senador, a crise, que afinal pegou o Brasil, pode representar o que em termos econômicos e sociais?***

O Brasil continua de joelhos, porque o Governo não caracterizou ainda uma mudança na política econômica. O presidente continua a afirmar que a diretriz é a mesma, que não vai mudar, só houve uma mudança no câmbio, mas nos demais aspectos a política de abertura vai continuar, a contenção monetária vai continuar, a política de passar a fatura do ajuste fiscal para as classes mais empobrecidas e prejudicadas vai continuar.

■ ***Para garantir a reeleição, o presidente da República e o governo sacrificaram o Plano Real?***

Sem dúvida nenhuma, e esconderam a crise durante toda a campanha, houve a preocupação explícita de dizer que não havia crise e de fugir ao debate. O candidato Fernando Henrique fugiu ao debate com o candidato Lula porque não queria se expor a uma discussão, enfim, a uma polêmica, a uma controvérsia sobre a crise que era evidente e ele quis esconder de toda forma.

■ ***Se o governo tivesse adotado as medidas necessárias a tempo, o que o Brasil poderia ter deixado de perder?***

O Brasil poderia ter deixado de perder algumas indústrias que foram fechadas em 1998. É verdade que a desvalorização cambial produz uma pressão inflacionária e agrava a situação fiscal do Governo e de todas as empresas que devem em dólar - e o Governo tem muitos títulos indexados em dólar e, por conseguinte, vão aumentar

muito as suas despesas com esses títulos. Mas, apesar disso, a desvalorização cambial funciona como um obstáculo, quer dizer, uma dificuldade maior às importações. As importações ficaram mais caras e por conseguinte essa dificuldade em importar não deixa de proteger as indústrias brasileiras que estavam sendo liquidadas, que estavam sendo devastadas por uma onda de importação, na medida em que o país não tinha defesa alfandegária nenhuma e que o real, sobrevalorizado, facilitava ainda

"Durante o ano que se manteve o real sobrevalorizado, milhares de empresas brasileiras morreram"

mais essas importações, quer dizer, prejudicava as empresas brasileiras na concorrência com as empresas estrangeiras que vendiam suas mercadorias aqui no mercado brasileiro. Então, durante este ano que se manteve o real sobrevalorizado, milhares de empresas brasileiras morreram.

■ ***E também milhares de empregos.***

E dezenas de milhares de empregos ou centenas de milhares de empregos morreram, o que não teria acontecido se uma atitude tivesse sido tomada a tempo.

■ ***Agora, como evitar novos sacrifícios para os assalariados sobreviventes?***

Uma medida é o controle de câmbio, quer dizer, é preciso controlar o câmbio, especialmente as remessas de dólares para o exterior têm que ser centralizadas e controladas. Em segundo lugar, tem que se buscar realmente um equilíbrio fiscal, que não é zerar, mas controlar o déficit, quer dizer, impedir que o déficit público galgue patamares absurdos que levem à inflação. Este ajuste fiscal, que foi acertado com o FMI, já não vale mais nada, o rombo é muito maior do que os 40 bilhões de que se falava. Então é preciso reformular isso tudo e é preciso que a oposição de alguma forma colabore no esforço de se obter o equilíbrio fiscal. Aqui entra a grande questão política: eu diria que a oposição não deve fugir a esta colaboração, em nome do interesse nacional e da população, porém, exigir que a conta seja paga por quem deve pagar. Não é o aposentado que deve pagar essa conta, não é o funcionário público, a não ser os chamados marajás. Quem deve pagar a conta é quem é rico mesmo e não é cobrar isso também das empresas não, mas cobrar de grandes fortunas de grandes heranças de imposto de renda, criar uma nova alíquota de imposto de renda de 35%, de 50% até, se for o caso.

■ ***O Governo está nessa onda do FMI de que os fluxos de moeda não podem ser controlados. A maioria dos países entrou nessa.***

E quem não controla está sujeito a uma debacle, está sujeito a um cataclisma. E que país, hoje, controla? Parece que a China controla.

■ **A China controla, é evidente. Vai passar os Estados Unidos em 2013.**

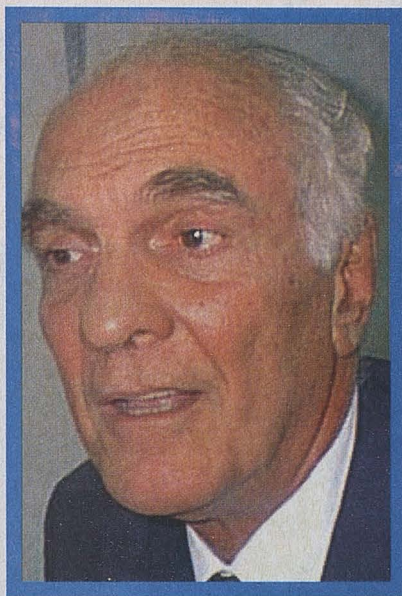
Vai, e tem controle absoluto sobre sua economia, abre no que quer abrir, e o quanto quer abrir, e ponto final. E discute aquilo que é do interesse da sua economia.

■ **A China tem hoje um poder econômico sui generis: continua um país controlado pelo partido comunista, mas importou uma série de instituições capitalistas.**

E abriu em grande parte. Abriu setores ao mercado porque nós, que somos socialistas, reconhecemos que o mercado é um mecanismo importante, ele não pode é ser inteiramente livre. A gente tem que manter o nosso mercado funcionando mais, buscar certas regulamentações dentro dele que sejam capazes de garantir um atendimento fundamental às necessidades de comida, de vestimenta, de moradia, de educação, de saúde da população. Isso tem que estar fora do mercado, tem que ser atendido fora do mercado.

■ **A desvalorização do real ajudará as exportações. Que segmentos se beneficiarão mais?**

O Brasil tem os seus setores que hoje estão muito desenvolvidos, como de celulose, papel, suco de laranja, e produtos como peças de automóveis, automóvel, produtos da indústria mecânica. O Brasil diversificou muito as suas exportações e todas essas vendas vão ser estimuladas fortemente. Porém, eu acho que isso vai ter um efeito positivo de redinamização dessas indústrias. Mas eu acho que o principal efeito vai ser o de conter as importações, e por conseguinte reservar mais o mercado interno para o desenvolvimento das indústrias brasileiras que sobraram nesse processo de globalização.



■ **Que setor industrial vem sendo liquidado, como no México?**

■ A indústria têxtil, sem ser a indústria mais sofisticada, ela desapareceu, indústrias de produtos alimentares, também. As nossas cooperativas leiteiras acabaram, porque, no processo de competição com os produtos importados e mesmo com as indústrias multinacionais aqui instaladas, como a Parmalat, liquidaram as nossas cooperativas e hoje o ambiente é desolador nessa área. A indústria de calçados, e muitos outros setores também. Centenas de milhares de empresas, se a gente computar as microempresas, foram fechadas, compradas ou fechadas.

■ **Os industriais de São Paulo se encantaram com esse modelo. Agora perceberam o caráter suicida do passo que o Brasil vinha dando.**

Eu acredito que sim. Essa manifestação clara e já explícita de discordância por parte da indústria paulista avançou muito. A Fiesp reuniu-se aberta e explicitamente com a CUT e os partidos de oposição sobre a criação de empre-

gos. Então eu acredito que, agora, com mais forte razão, a indústria vai querer sedimentar os ganhos que teve e impedir que haja um retorno a posições mais ortodoxas do neoliberalismo.

■ **Há algum denominador comum entre as oposições de esquerda, oposições propriamente ditas e esses grupos?**

Há, por exemplo, essa questão da mudança cambial, que era um ponto comum. Daí pra frente já vai ficando um pouco mais difícil porque as nossas exigências são em termos de um ajuste social. Disso o grupo do Delfim não gosta muito porque eles acham que isso vai diminuir a capacidade de investimento no país e a poupança interna. Conversa fiada, no fundo é defesa dos interesses...

■ **O senador acredita que possa vir a ocorrer pressão do Congresso que force o Governo a mudar de atitude?**

Eu acho que isso só vai surgir com o desdobramento da crise. As manifestações estão ganhando as ruas. Na reunião de Belo Horizonte, houve passeata de rua, principalmente de operários da Ford, do ABC, os demitidos. Essas manifestações começam a surgir isoladamente com o agravamento da situação. E vai se agravar ainda mais com essa manifestação popular. A figura de Fernando Henrique, que venceu uma eleição sem ter o voto da maioria do eleitorado, foi uma vitória fraca. Apesar de ter sido no 1º turno, ela já está se desgastando e vai se desgastar rapidamente daqui pra frente. Então a crise cria condições. Eu diria que, hoje, essas condições ainda não estão formadas. Mas rapidamente, por questão de 30 ou 60 dias, elas podem vir a se formar. ■

A crise econômi

Os deputados **Aécio Neves (PSDB)**, **Delfim Neto (PPB)**, **Luís Salomão (PDT)** e **Aloísio Mercadante (PT)** apontam soluções

Parlamentares respondem à pergunta de **cadernos**. Um deles, o deputado Aécio Neves, líder do PSDB, é otimista. Acha que sim e que o processo de reversão da crise já começou. Diz ele: "A saída é firmeza na condução do processo. Já começamos a ver uma luz brilhando no fim do túnel. O mais importante é eliminar os riscos do fantasma da inflação, evitando cair na armadilha da reindexação e criando novos postos de emprego. Superados estes problemas, o Brasil volta a crescer."

Governo atrapalha

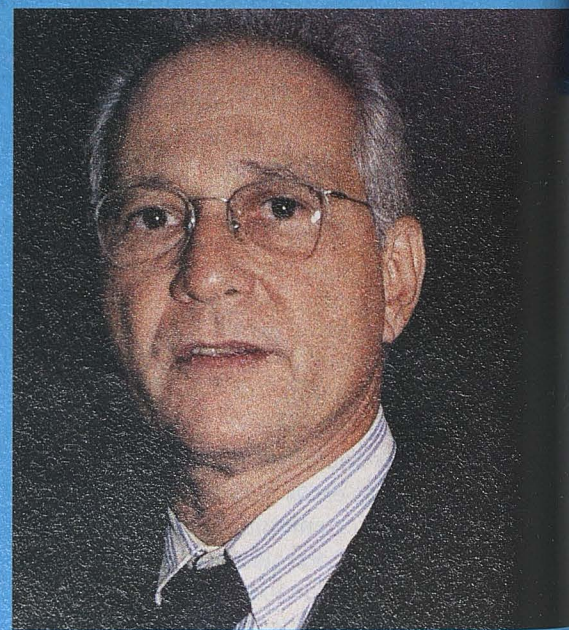
O deputado Delfim Neto (PPB-SP), muito assediado pelos meios de comunicação, foi lacônico, dando a impressão de que o Governo conhece o



Aécio (esq) é o único a justificar o governo, enquanto Salomão (abaixo), Mercadante e Delfim (à direita, pela ordem) identificam erros de administração pela equipe de governo

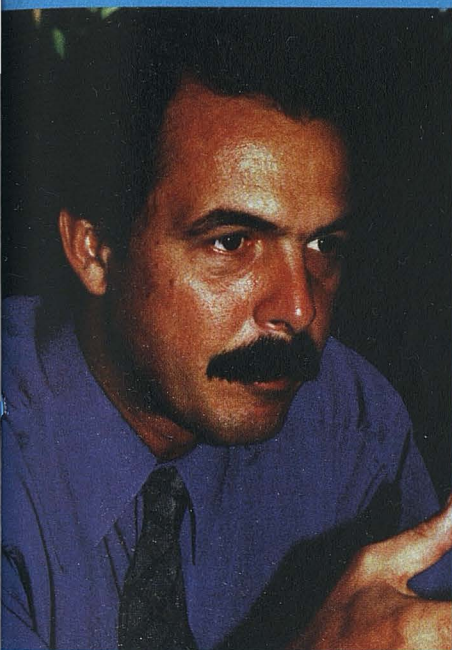
caminho, embora não o tenha priorizado: "O Governo conhece bem o caminho de saída para o País. Ele conhece os ingredientes para nos tirar da crise. Não sou eu, nesta idade, que vou dar uma receita. Já estou velho demais para isso", reclama o ex-ministro da Fazenda.

O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) concorda com Delfim Netto quanto à existência de muitos caminhos para a solução dos problemas. Mas, ao contrário do ex-czar da Economia, demonstra ainda dis-



por de reservas de paciência e não se furta a alguns conselhos: "Claro que existe saída para esta situação. O papel da autori-

ca tem saída ?



dade é a defesa da moeda nacional. Há muitas saídas. Uma delas é equilibrar a taxa de câmbio, reduzir as taxas de juros. Com juros altos, ninguém cria empregos, apenas especula. Se continuar dessa forma, cada dia será uma longa agonia", define Mercadante.

Já o deputado Luís Salomão (PDT-RJ) fez à Câmara uma longa e metódica exposição sobre as causas da crise e sua evolução. Para ele, o principal obstáculo político é a presença do atual presidente à frente do governo.

"Um dos resultados que agrava consideravelmente a

crise é o desemprego, que evoluiu de forma espetacular no país nos últimos quatro anos. Só isso já seria prova evidente da falência da política econômica e da falta de qualificação do governo para nos retirar do atoleiro em que nos colocou".

Mas Salomão elenca outras saídas para a crise que atormenta o País.

Ativar a própria força

"Para recuperar a soberania e autonomia relativa, precisamos substituir, tanto quanto possível, a poupança externa pela interna, o que significa austeridade na política econômica.

Investimento externo ou empréstimo estrangeiro aumentam a vulnerabilidade e dependência ao exterior", aponta.

Propõe ainda outra iniciativa recuperadora: "É preciso adotar políticas que provoquem intensa redistribuição da renda, através da reforma tributária e programas sociais bem executados. Esta é a principal questão política para o Congresso, como frisou o presidente da Câmara, Michel Temer. É também a mais difícil, devido à estrutura de privilégios a ser alterada."

Luís Salomão sugere investimentos maciços em educação, retomada do crescimento através de investimentos em infra-estrutura e política industrial e de comércio exterior, que promova as exportações.

Considera que o presidente preferiu a aliança com a banca internacional, celebrando o acordo com o FMI e aumentando a vulnerabilidade externa do país.

"Como nosso regime é presidencial, FHC é o único responsável por haverem desnacionalizado nossas empresas e aumentado enormemente o desemprego no País", completa Luís Salomão.

Como JK rompeu com o FMI

E denunciou a política das grandes potências contra os países subdesenvolvidos

O rompimento do governo do presidente Juscelino Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional produziu grande repercussão no Brasil e exterior.

No seu livro de memórias *Cinquenta anos em cinco (meu caminho para Brasília)*, JK descreve as razões e as repercussões desse fato. Transcrevemos a seguir alguns trechos desse registro histórico:

“O Fundo aceitara a contraproposta do Brasil. Contudo, os representantes do Governo brasileiro, enviados aos Estados Unidos, Casimiro Ribeiro e Paulo Pook Correia, foram tratados por alguns órgãos da imprensa norte-americana com incrível agressividade. Os jornais, ligados àquele organismo internacional, desencadearam uma campanha de descrédito contra o nosso país, declarando-o insolvente. “O Brasil está falido”, apregoavam em editoriais escandalosos.

O Fundo Monetário, porém,

preocupava-se tão-somente com as medidas restritivas que impunha, sem querer saber se, com o atendimento delas, o país resvalaria ou não para crise maior e bem mais complexa, que seria um processo de crescente tensão social.

Desde muito, vinha observando, com curiosidade, o comportamento do Fundo e as consequências da sua rígida atitude em relação principalmente aos países subdesenvolvidos. A Argentina, para obter os mesmos 300 milhões de dólares que estavam sendo recusados ao Brasil, havia se submetido a um Plano de Estabilização Monetária, imposto por aquele órgão, e estava às portas da bancarrota. Apesar do sacrifício feito, a Argentina não apresentava qualquer recuperação. Persistiria o déficit orçamentário, e o peso se aviltara até mesmo em relação ao nosso cruzeiro. No Chile, acontecera a mesma coisa. Não se conseguira a estabilização, e o país entrara num violento processo de agitação interna. E no

que dizia respeito à Bolívia (o terceiro mártir da estabilização monetária) as consequências ainda foram mais graves: além da crise financeira, a nação passara a apresentar seriíssimos sintomas de convulsão social.

Essa tríplice repetição do mesmo desastre deveria alertar os responsáveis pelo órgão. O que, antes, parecia estranho, tornava-se então altamente suspeito. Uma conclusão se impunha, portanto: a de que o seu comportamento obedecia a um esquema secreto, tendo por objetivo conservar as nações subdesenvolvidas na América Latina sempre subdesenvolvidas.

Os quatro itens que consubstanciavam as exigências do Fundo constituíam, sem qualquer dúvida, a súpula de um programa tendo como objetivo a aniquilação do Brasil. Pretendia-se paralisar o país (cujas extensões territoriais eram imensas) tornando proibitivo o uso da gasolina.

O rompimento foi feito dentro das normas de discrição e





Há 170 anos, os males sem remédio da economia

Em sua excelente seção "Memória", o *Jornal do Commercio*, em recente edição reproduz uma nota transcrita de jornal francês divulgada há 170 anos passados e que expressa bem a antiguidade de alguns dos nossos atuais problemas econômicos.

A nota publicada no "*Jornal do Commercio*" de 19 de março passado, com os títulos acima é a seguinte:

"Em número anterior assinalamos as causas verdadeiras do embaraço das finanças no Brasil e sobretudo na Corte, de acordo com as pautas que transcrevemos do *Courrier du Brésil* de 10/3 passado e que agora explicitamos. Por elas assentava-se que devíamos:

1) por excesso de importações de mercadorias estrangeiras;

2) à guerra com Buenos Aires e à emissão de bilhetes que nos obrigou;

3) ao acréscimo de importação de escravos, cuja compra é feita a dinheiro;

4) a incessante e indispensável cunhagem de moedas de cobre;

5) às secas periódicas que atingem o Império;

6) à usurpação da Coroa de Portugal pelo infante D. Miguel.;

7) aos ensaios de conspiração que fomentam a dúvida e fornecem base para a desconfiança geral;

8) à acumulação de capitais estrangeiros no mercado e à obrigação que trazem de recambiar fundos (lucros ou divisas);

9) ultimamente ao déficit do Tesouro Público, anualmente reconhecido. Basta percorrer este resumo para se certificar de que a maior parte destas causas já não existem; duas somente são perduráveis e sobre elas devem concentrar-se as atenções gerais, pois que somente a Assembléia as pode remediar; estas são a emissão de papel-moeda pelo banco com o prêmio ilegal (juros altos) que este custa ao Estado e ao comércio e o déficit anual do Tesouro".

(Comentário do *Jornal do Commercio*: Pouco mudou de lá para cá, na maneira da carruagem andar...)

compostura que a gravidade do assunto exigia.

A notícia estourou como uma bomba. No dia 17 de junho, o povo do Rio, através das suas organizações de classe, compareceu em massa ao Catete, a fim de me manifestar sua solidariedade.(...) Convém que se compreenda, de uma vez para sempre, que o desenvolvimento do Brasil não é pretensão ambiciosa, um desvario, um delírio expansionista, mas uma necessidade vital. Desenvolver, para nós, é sobreviver.

Na realidade, o que estava em jogo, naquele momento, não era a concessão de um empréstimo que poderia, de fato, nos ser útil em face da crise do café. Mas a defesa da soberania nacional, a preservação, pelo governo brasileiro, do direito de resolver, como bem entendesse, seus próprios problemas."

JK explica as imposições do FMI: "Por que o Fundo, dirigido por homens de indiscutível capacidade, não tinha olhos para ver a gritante reincidência do

"O rompimento do ilustre Presidente Juscelino Kubitschek com o FMI, se não tivesse acontecido, certamente Brasília não teria sido construída. No momento atual, creio que falta a coragem e decisão de um grande estadista, como foi o ex-presidente, para afastar o nosso Brasil do precipício em que está mergulhando."

Trecho da carta do governador Itamar Franco ao deputado Ricardo Maranhão (PSB-RJ)

erro? O que antes parecia estranho, tornava-se então altamente suspeito.

Uma única conclusão se impunha, portanto: a de que o seu comportamento obedecia a um esquema secreto, tendo por objetivo conservar as nações subdesenvolvidas na América Latina sempre subdesenvolvidas. E, corroborando esse raciocínio, havia a circunstância de que, em todos os três países, os produtos básicos de exportação haviam passado a ser vendidos a preços vis no mercado internacional. Assim aconteceu ao trigo da Argentina, ao cobre chileno e ao estanho da Bolívia.

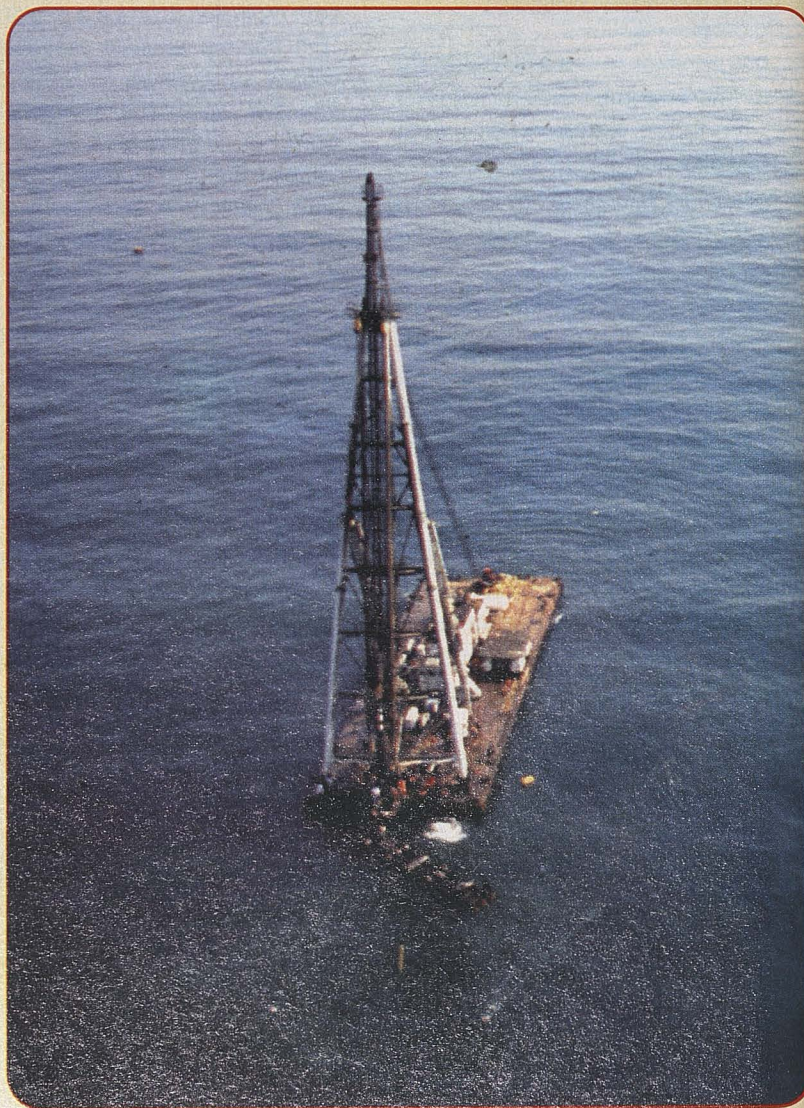
Amarrando os pobres

Não digo que essa política fosse o resultado de um plano, elaborado no interior do Fundo. Talvez fosse melhor defini-lo como a consequência de um *gentlemen-agreement*, estabelecido entre as grandes potências, com o objetivo de conservar as nações subdesenvolvidas como simples fornecedoras de matérias-primas, e fornecendo seus produtos a preços impostos pelos grupos financeiros internacionais.

E para que essa política fosse eficiente e tivesse resultados imediatos, existiam as sanções econômicas, consubstanciadas num teórico certificado de bom comportamento. Quem rompesse com o Fundo teria fechado, às suas pretensões, todos os bancos e agências financeiras internacionais”, completa Juscelino, ao lembrar um episódio de dignidade nacional. ■

Petrobrás,

O Congresso e as Forças Armadas desempenharam, naqueles tempos difíceis, um papel decisivo em defesa do interesse nacional



o objetivo real

As pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o nosso governo são muito antigas. Além dos seus conhecidos objetivos geoeconômicos e financeiros há uma presença real nas suas exigências, a Petrobrás parcialmente atendida pelo atual Governo quando da imposição do fim do monopólio estatal do petróleo.

Quando Juscelino Kubitschek reagiu à exigências do FMI recebeu um apoio maciço do Congresso.

Vejamos trechos do debate que então se travou na Câmara Federal ainda no Rio de Janeiro na sessão de 11 de junho de 1959:

(O Sr. Neiva Moreira)
"Quero transmitir ao senhor presidente da República, na pessoa do Líder da Maioria, a total solidariedade dos 110 membros da Frente Parlamentar Nacionalista. Achamos que neste momento expressamos o próprio pensamento da maioria desta Casa e da maioria do povo brasileiro..."

(O Sr. Fernando Santana) "É o pensamento do povo brasileiro."

(O Sr. Neiva Moreira)
"...na sua firme e inabalável disposição de não permitir que o truste internacional, na iminência de perder nova batalha com os resultados sensacionais que estão para ser anunciados, da duplicação da produção petrolífera brasileira e das reservas do

Recôncavo Baiano..."

(O Sr. Fernando Santana) "Viva a Bahia!"

(O Sr. Neiva Moreira)
"...nos imponha soluções que o nosso povo repele."

(O Sr. Almino Afonso)
"Há cerca de sete meses, quando aqui estiveram em conversa com o chefe do governo autoridades do Fundo Monetário

A posição dos militares enfurecia os inimigos da Petrobrás

Internacional, foi dito que esse organismo estabelecia como premissa para as suas negociações a modificação da política adotada no setor petrolífero em nosso país. Afirma-se, mesmo, que o presidente da República, naquele instante, dirigindo-se ao ministro da Fazenda, Sr. Lucas Lopes, teria indagado da viabilidade da alteração nesse setor fundamental para o nosso país. E aquele titular, embora muito a contragosto, teria dado a seguinte resposta: "Com o Parlamento aberto e o Exército Nacional presente, é impra-

ticável pensar-se em modificação da política petrolífera."

(O Sr. Franco Montoro)
"Nobre deputado Neiva Moreira, desejo transmitir a V. Exa. o aplauso, não apenas pessoal, mas de toda a bancada do Partido Democrata Cristão. Este é o momento em que o Parlamento se une, sem oposição, sem cores partidárias. V. Exa., neste momento, interpreta realmente o pensamento de todo o povo brasileiro, lançando um brado de alerta à população e uma advertência àqueles que pretendem impedir nosso desenvolvimento."

Para os entreguistas foi uma batalha perdida. Não conseguiram destruir o monopólio estatal, apesar de algumas brechas nele introduzidas.

O Congresso e as Forças Armadas desempenharam, naqueles tempos difíceis, um papel decisivo em defesa do interesse nacional. A posição dos militares enfurecia os inimigos da Petrobras.

Já em uma agitada discussão na Câmara, em dezembro de 1956, o então senador Assis Chateaubriand investia não apenas contra o monopólio, como atacava suas bases de sustentação, acusando as Forças Armadas de serem responsáveis, em grande parte, por "essa política obtusa e botocuda, por esse jacobinismo inconseqüente, sem contato com as realidades mundiais".

BRASIL

Um imenso Porto Rico?

A crise de há muito anunciada desaba agora com força sobre o país

Miguel Arraes

O atual governo inverteu de todo o curso da história, mudando intempestivamente as estruturas econômicas, desajustando ainda mais a sociedade e alienando instrumentos de que o País dispunha para assegurar um mínimo de autonomia. Entregou-se incondicionalmente ao sistema financeiro internacional e, com isso, agravou o endividamento, fortalecendo o poder dos que, em proveito próprio, montam moderno esquema de dominação e exploração.

Se países como o Brasil nunca se livraram totalmente da exploração externa, tiveram, pelo menos, em maior ou menor medida, condições de deslanchar um processo de desenvolvimento que lhes permitiu conquistar, no relacionamento internacional, o direito de reivindicar tratamento justo, com mínimo de equidade, superando a situação neocolonial. Esse tratamento só é conquistado na medida em que a nação se integra e se estrutura.

No Brasil, no decorrer do processo de afirmação e de estruturação de uma base econômica nacional, as forças políticas empenhadas nas conquistas populares conseguiram efetivar, desde 1930, avanços significativos, sem

embargo dos desvios e defeitos nascidos dos erros políticos cometidos em diversos momentos.

Os embates travados em torno dos rumos do nosso desenvolvimento foram se tornando cada vez mais agudos, sobretudo a partir da II Guerra Mundial quando, refeitos da crise de 1929 e vencedores do conflito, os Estados Unidos começaram nova etapa de expansão.

No período que vai até o golpe de 1964, apesar das intervenções militares que derrubaram Getúlio Vargas e tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek, as forças democráticas e populares conseguiram preservar, no essencial, as linhas gerais do desenvolvimento em bases nacionais, resultante do surgimento do setor industrial e do revigoramento da organização dos trabalhadores.

O general Castelo Branco, primeiro presidente do período autoritário pós-64, chegou a declarar que o golpe não visara apenas depor João Goulart, mas, também, anular a política implantada a partir da revolução de 30. Quando, no início do seu primeiro governo, o presidente Fernando Henrique profes-



sou o desejo de "sepultar a era Vargas", revelava sua intenção de dar continuidade aos propósitos dos golpistas de 64.

No curso da ditadura, as contradições no seio das Forças Armadas, nas quais havia remanescentes da esquerda, militares profissionais e até setores nacionalistas de direita, impediram a consumação dos desvios que ora se processam, preservando uma posição de afirmação nacional que serviu para resguardar certo grau de independência do País.

É possível afirmar que, até o fim do Governo Sarney, não obstante erros e concessões, o País ainda conservava instrumentos que possibilitavam a progressão do seu crescimento. O principal obstáculo era externo, o crescimento acelerado da dívida pela imposição de juros elevados, promovida pelo Governo Reagan, disposto a refazer as finanças afetadas pela guerra do Vietnã.

A partir de então, as barreiras opostas às investidas dos grupos internacionais, agora sob a hegemonia do setor financeiro, sobretudo dos especuladores, começaram a ser eliminadas.



Até o golpe de 1964, o legado de Getúlio Vargas foi preservado pelas forças populares que deram continuidade ao desenvolvimento em bases nacionais

No atual Governo, todos os mecanismos de defesa estão sendo derrubados. Na prática, desapareceram, com a subordinação ao FMI e a adesão informal ao Acordo Multilateral sobre Investimento (AMI), ainda em discussão mas já rejeitado até mesmo por países do mundo desenvolvido.

Isso leva o Brasil a perder o *status* de nação, transformando-se em mero território, sem condições de solucionar seus problemas internos e regionais, econômicos e sociais. Já se chega a cogitar da adoção do dólar como moeda desse novo território, desse imenso Porto Rico.

Em nenhum dos pronunciamentos do atual Governo existe qualquer menção, por menor que seja, ao propósito de alterar os rumos de sua política econômica. O que o presidente Fernando Henrique Cardoso faz é reivindicar apoio para os remendos que nela deseja fazer, através do aumento da carga tributária, dos descontos nas aposentadorias, da demissão de funcionários.

Nestas condições, seu apelo, para que todos se unam para que se possa fazer frente às dificuldades resume-se em um pedido para que cesse a oposição. O que deseja é ser deixado de

mãos livres, sem qualquer reação crítica, para que prossiga com sua política antipovo de desmantelamento do Estado brasileiro.

A manobra é por demais primária, conhecida de outras épocas. Caso as forças populares não aceitem os apelos à inércia, passarão a ser responsabilizadas pelo acontecido e pelo pior que está por acontecer. Fenômenos previsíveis e anunciados, como a evasão dos capitais especulativos que se movem apenas ao sabor dos seus interesses, são creditados na conta dos que fazem oposição ao Governo.

Esses rumos estão sendo delineados por vários ilustres brasileiros que voltaram a enfatizar seus pontos de vista após a crise, a começar pelo professor Celso Furtado, que sempre tem-se ocupado, com isenção, competência e credibilidade, das grandes questões do País.

Tanto quanto o Governo, entendemos necessária a união dos brasileiros. A diferença reside em que não a queremos para a sustentação de política econômica que visa única e exclusivamente a patrocinar interesses estranhos aos do povo. Queremos o País unido para mobilizar todas as energias em um grande esforço em busca de soluções

para o grave problema das desigualdades sociais e regionais. Enfim, para o soerguimento do País.

O bezerro de ouro da estabilidade financeira mostrou sua verdadeira face. Obtida ao custo do aumento da miséria e do enriquecimento fácil dos especuladores, tal estabilidade não interessa ao País, que deseja e precisa de estabilidade social. Temos de ir à população, chamá-la à discussão, fomentar um grande debate nacional sobre temas que vêm sendo escamoteados do conhecimento do povo.

As forças democráticas e populares têm a obrigação de respaldar e impulsionar um amplo movimento que surja da sociedade e que congregue não só os partidos, mas também os sem-partido, todos aqueles dispostos a lutar na direção do enfrentamento dos problemas da população brasileira. Em suma: a unidade dos partidos é importante e necessária mas insuficiente para uma tarefa dessa magnitude. Ela deve servir de argamassa para consolidar uma frente social que nascerá das condições decorrentes das velhas e novas contradições que a crise agudiza e gera.

Só essa ampla mobilização em torno das grandes causas nacionais terá força para redirecionar o debate e corrigir as dissensões internas dos agrupamentos políticos que tendem a voltar-se para si próprios. Sua tarefa é a de trabalhar junto à sociedade para organizar a reversão completa dos rumos impostos ao País.

É necessário articular as organizações da sociedade civil, as universidades, intelectuais, trabalhadores, empresários, todos os que, naturalmente, se posicionam na defesa do País. O ajustamento dos interesses dos diferentes setores sociais e das várias regiões darão rumo a um programa que vise à autonomia da nação, sem a qual é inviável o atendimento aos crescentes reclamos da população.

R \$

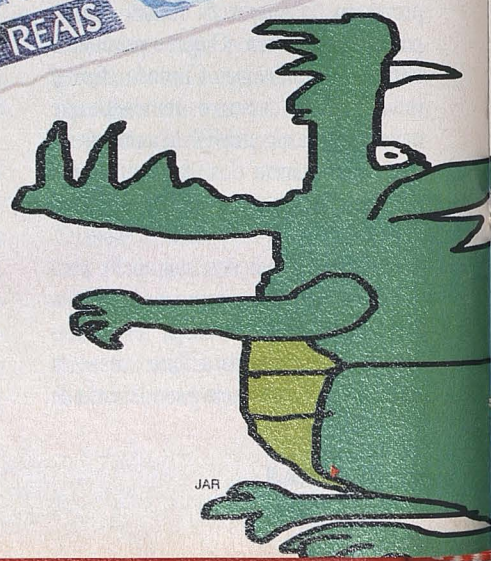
US \$

Plano Real: um congelame

Poupança externa e confiança dos mercados são os dois pilares principais do modelo neoliberal que orienta a política econômica — duas variáveis fora do controle do governo. Daí o pânico diante da exaustão do modelo. Sem condições de gerar os recursos para atender os compromissos internacionais, o governo vê saída apenas na fuga para a frente: mais dívida, dependência externa e concessões

Álvaro Queiroz

Anunciada faz pouco mais de quatro anos, conhecidos os primeiros efeitos do Plano Real, a crise aí está. Epílogo de mais uma década perdida, parece antecipar outra. O Fundo Monetário Internacional entrou em cena para resgatar a confiança que se tornou volátil. Mas impõe à Nação exigências que ferem a soberania nacional, como denunciam tanto os setores progressistas como os conservadores. Analistas de diversas tendências concluem que o Brasil pede urgência, pois agora é preciso reverter um retrocesso de 50 anos produzido nos últimos quatro.



ento de alta sofisticação

Nas matérias a seguir, o leitor acompanhará a trajetória da política econômica da Era do Real e entender alguns dos mecanismos que produziram as dificuldades em que se debate o Brasil.

Analistas de diversas tendências concluem que o Brasil pede urgência, pois agora é preciso reverter um retrocesso de 50 anos produzido nos últimos quatro.

A confissão de Chico Lopes

Pela primeira vez nos últimos quatro anos, uma autoridade monetária admitiu, explicitamente, que o “fim da inflação” resultou de um congelamento de preços, via âncora cambial: foi Francisco Lopes, quando sabatinado pelos senadores, depois da sua indicação para a presidência do Banco Central.

A existência do real como novo padrão monetário foi precedida da Unidade Real de

Valor (URV), fixada em 2.750 cruzeiros reais. Na etapa seguinte, definiu-se a igualdade 1 URV = US\$ 1,00. Até aí, nada a opor do ponto de vista técnico, embora, na época, economistas de seriedade e competência reconhecidas tenham detectado uma inflação em percentual significativo não incorporado à URV. Finalmente, o artifício da paridade R\$ 0,86 = US\$ 1,00.

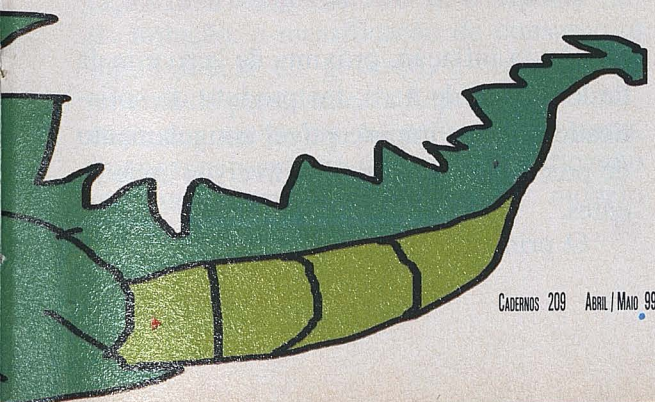
Nasceu assim o novo padrão monetário brasileiro, robusto, saudável, imune à inflação, mais forte do que o todo-poderoso dólar. Era como se o real, numa espécie de *fiat lux*, houvesse surgido com todos os atributos do pobre dólar, símbolo inconfundível da mais poderosa economia do mundo atual.

Nada, todavia, mudara em termos macroeconômicos capaz de abrir o caminho da prosperidade para a economia brasileira, então simbolizada pelo novo fenômeno monetário, reverenciado na sua própria pátria, é claro, e nos grandes centros econômicos.

Moeda forte, desenvolvimento fraco

Por quase dois anos, o dólar teve de se contentar como moeda inferior, através de cotações que variaram de R\$ 0,86 a R\$ 1,00, isto é, no máximo a igualdade.

Ao mesmo tempo, punham-se por terra as barreiras alfandegárias, no contexto do escancaramento do mercado interno para



os produtos de fora. Importou-se uma estrutura de preços incompatível com os custos de produção das empresas brasileiras, com o objetivo de nivelar os preços internos aos externos e fazer a inflação brasileira convergir com a inflação re-gistrada nos países centrais. Relevante salientar que o Banco Central mudara o papel da taxa de câmbio, de instrumento de ajuste do balanço de pagamentos para variável de política monetária.

Colado um ao outro, real e dólar tornaram-se uma espécie de gêmeos e passaram a ser confundidos um com o outro nesta sutileza que nem mesmo economistas dotados de grande vivacidade conseguiram identificar. Era indiferente referenciar o preço de um produto nacional ou importado em real ou em dólar. Ambos os símbolos monetários "se equivaliam entre si". Ponto para os tecnocratas.

Impossibilitadas de exportar, em face da supervalorização cambial e de outros desestímulos, as empresas brasileiras tiveram de redirecionar para o mercado interno toda a produção antes destinada aos mercados externos. Com a importação massiva de produtos de consumo corrente, acrescida do deslocamento dos produtos brasileiros de exportação para o mercado doméstico, os consumidores receberam um grande choque de oferta - uma superoferta que derrubou os preços.

Assim, preços baixos e em declínio e oferta abundante, além de crédito para aquisição de bens duráveis, a custos suportáveis no primeiro momento, promoveram a farra do consumo até mesmo das camadas desprivilegiadas da população. Estava consagrado o real forte, e consumida a inflação em marcha-à-ré até abaixo de zero, isto sem qualquer medida macro ou microeconômica que tivesse resultado em redução de custos de produção, em elevação dos índices de produtividade dos produtores nacionais.

Ora, se os bens importados, cujos custos



Uma tragédia em números

(Acumulados nos períodos - em US\$ bilhões)

	1991/94	1995/92
Saldo Comercial	+ 50,5	- 23,9
Saldo de Serviços	- 41,5	-96,6
Balanço de Pagamentos	-2,3	-123,8
Dívida Externa	Subiu 26,3	Subiu 200,0

Fontes: Min. Fazenda, Banco Central, F. Getúlio Vargas

finais eram, sem dúvida, mais baixos que os dos similares brasileiros, já desfrutavam dessa vantagem, provavelmente devido à sua baixa qualidade, o governo cuidou de ampliá-la com subsídios cambiais e tarifários. A competição evidenciou-se desigual, em detrimento dos bens produzidos no Brasil.

Espremidas entre a insensatez de um câmbio sobrevalorizado, que lhes frustrou as exportações, e as desvantagens na concorrência interna, de um lado, e as taxas de juros proibitivas de outro, as empresas de capital brasileiro viram reduzir-se os lucros, e em seguida, já com prejuízos, caminharam na direção do encerramento das atividades. Aquelas dotadas de maior resistência e de certa capacidade de sobrevivência não tiveram outro caminho senão o da absorção pelo capital estrangeiro.

A fórmula do congelamento

Assim, a inflação, próxima de zero e mais tarde abaixo de zero, foi produto de sofisticado e quase imperceptível congelamento de preços, que incorporou diversos ingredientes.

O primeiro deles foi um padrão mone-

tário novo, ainda não-contaminado pelo vírus inflacionário que extinguiu o seu antecessor, e artificialmente transformado em irmão gêmeo do dólar, com o qual foi confundido durante o tempo em que a insolvência externa não se fazia desenhar sequer num horizonte de longo prazo.

Outro ingrediente foi a ilusão do real igual ao dólar, mas que não conseguia intermediar trocas sequer entre agentes de comércio externo brasileiros e dos países mais subdesenvolvidos da própria América Latina.

Um terceiro ponto foi a não-incorporação, às taxas de câmbio, da inflação do real, por muito tempo e propositadamente, para oferecer a impressão de estabilidade monetária, em geral confundida com estabilidade econômica.

Dois anos mais tarde, houve a incorporação de parte diminuta da verdadeira inflação, depois da instituição do regime de bandas cambiais. Já não era possível camuflar as altas de preços.

Outro aspecto importante da fórmula do congelamento foi o câmbio sempre sobrevalorizado, para estimular as importações de produtos de consumo corrente, bugigangas e bens de lazer (aparelhos de som, TV, máquinas fotográficas etc.) e desestimular as exportações.

Com isso, garantia-se, por mais tempo, ofertas abundantes no mercado interno (*oferta externa + oferta interna de bens*), pois as exportações foram impossibilitadas pela sobrevalorização do câmbio.

Não se deve desconhecer, ainda, a mobilização da mídia (rádio, TV, jornais e revistas de grande circulação) para esconder a verdade, sonhando informações independentes e de boa qualidade, e levar à população uma realidade virtual, o suposto fim da inflação, a massificação do consumo, a infalibilidade do governo, a credibilidade externa do presidente da República, a confiança dos mercados no país - em resumo, impor o pensamento único, desqualificando qualquer proposta alternativa de modelo econômico. ■

FMI consoma o estrangulamento de nossa economia

Os novos termos do acordo do governo brasileiro com o FMI não folgam o garrote que ameaça estrangular a economia do país. Para começar, os juros elevados serão mantidos como instrumento de combate à inflação, que oscilará entre 15 e 20% até dezembro, segundo o novo texto.

As projeções para o superávit primário apontam para 3,5% do PIB e não mais 2,5%, meta que deverá ser alcançada, pelo lado das despesas, com novos cortes de gastos e, pelo lado da receita, com a aprovação da CPMF. Os cortes vão reduzir em R\$ 5 bilhões as verbas destinadas ao setor social, em particular educação e saúde, e também ao saneamento e à pavimentação de rodovias.

A redução dos investimentos das empresas estatais e dos créditos dos bancos federais destinados à geração de empregos são outras exigências do Fundo. A meta para o balanço comercial é de um superávit na faixa de 2,5 a 5 bilhões de dólares, muito ambicioso, se analisarmos a situação atual. A tendência nos mercados dos países asiáticos, ainda não-refeitos da crise cambial e financeira, para os quais se dirigem boa parte das nossas exportações, é de se protegerem. Outras áreas ainda terão de ser reconquistadas, e isso demanda tempo.

O FMI exige também a ampliação do programa de privatizações, com ênfase no que sobra do setor elétrico, na Petrobras e no setor financeiro: bancos estaduais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Depois de anunciada a revisão do acordo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, adiantou que a privatização do Banco do Brasil e da Petrobras não será efetuada de imediato, pois sequer teria entrado nas negociações com o Fundo. Dias mais tarde, entretanto, admitiu a venda já do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e, mais tarde, da Petrobras.

Em todo o mundo, nos mais recentes 10 anos, o Brasil é o único país com economia de grande porte que vem aceitando, passivamente, o seu próprio estrangulamento e o esquiteamento de suas estatais.

A falácia do modelo econômico

O primeiro efeito da sobrevalorização do real, associada à abertura do mercado interno, foi a expansão alucinada das importações, sem a contrapartida das exportações. Inaugurou-se um ciclo ininterrupto de quatro anos de déficit no balanço comercial - US\$ 3,5 bilhões em 1995; US\$ 5,5 bilhões em 1996; US\$ 8,4 bilhões em 1997 e US\$ 6,5 bilhões em 1998 - oposto aos superávits médios de US\$ 12 a US\$ 13 bilhões/ano nos quatro anos anteriores.

A conta de serviços do balanço de pagamentos, por sua vez, no rastro da abertura ampliada para outros setores da economia, também passou a ostentar expressivos e teimosos défices, em contraste com o equilíbrio até 1994. Em 1996, o saldo negativo dessa conta foi de US\$ 22 bilhões, ampliado no ano seguinte para US\$ 28 bilhões.

Ainda em 1997, só a contribuição dos fretes para o déficit superou os US\$ 6,2 bilhões. Com a chamada "abertura dos portos", todo o transporte de mercadorias envolvidas no comércio externo do Brasil passou a ser feito em navios de bandeiras estrangeiras. Tudo em nome do mercado, da competição, da inserção do País na economia mundial, da globalização e da "modernidade".

Somados os rombos das contas de mercadorias e de serviços, a conta-corrente do balanço de pagamentos (que reúne as duas contas) acusou saldos negativos, comprovando a imprudência do Governo ao insistir no endividamento externo (US\$ 31 bilhões em 1996 e 36 bi em 1997). No ano passado, o déficit (dados de outubro) havia chegado a US\$ 35 bilhões. É provável que os números definitivos, depois de fechada a conta, tenham ficado perto de US\$ 37 bilhões.

Qualquer economista sabe que, para cobrir

Reservas cambiais no Banco Central — 1994/ 1999 (em bilhões de dólares)

1994	→	36,5
1995	→	50,4
1996	→	61,0
1997	→	52,0
1998	→	73,0
1999	→	23,088*

*Até 6 de março de 1999

Com os ganhos espetaculares e a ajuda do BNDES, os especuladores se apropriaram das estatais e de muitas empresas privadas nacionais dos setores mais dinâmicos

saldos negativos, é preciso produzir superávits comerciais e na conta de serviços, se possível, ou com expressivos saldos comerciais, de modo a cobrir défices na conta de serviços. No Governo FHC, o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco, entendia isso como uma espécie de "teoria superada" pela "exitosa" renegociação da dívida externa. E os défices passaram a ser cobertos com o apelo à conta de capital.

Com a liberalização e a desregulamentação financeira, o Governo apostou firme, mas irresponsavelmente, nos recursos da conta de capital - novos empréstimos externos, entrada de dólares provenientes das aplicações especulativas no mercado financeiro e nas bolsas de valores, os conhecidos capitais voláteis-andorinhas (se faz bom tempo eles vêm, se faz mau tempo eles vão),

Dívida externa do Brasil

evolução (em bilhões de dólares)
de 1988 - 1999

1988	→	113,4
1992	→	132,2
1994	→	149,5
1995	→	159,2
1996	→	174,9
1997	→	192,8
1998	→	280,0
1999	→	350,0

* Até o mês de fevereiro

investimentos diretos - muito raros para a criação de novas riquezas etc.

Por conta dessa política, o estoque da dívida externa brasileira evoluiu de US\$ 64 bilhões, em 1994, para US\$ 192 bilhões em 1997, e US\$ 335 bilhões em outubro passado. Desse montante, US\$ 201 bilhões eram da responsabilidade do setor privado, que se viu impelido a abastecer-se de crédito no mercado externo para os seus investimentos, a juros significativamente mais baixos, a fim de escapar dos juros internos proibitivos.

Dizia a propaganda que o Brasil desfrutava da absoluta confiança dos investidores estrangeiros e dos mercados em geral, o que assegurava ao País a entrada de volumosos recursos por conta dos atrativos que a economia nacional oferecia com o seu grande potencial. A falácia ficou comprovada a um simples exame da qualidade dos chamados "investimentos externos", na verdade meras aplicações financeiras especulativas, alimentadas por altíssimas taxas de juros.

Com os ganhos especulativos nesses mercados, os titulares passaram a canalizá-los para compra de empresas estatais, com a ajuda do BNDES, que lhes concedeu financiamentos em condições de pai para filho.

Além de empresas estatais, foram parar nas mãos dos investidores estrangeiros empresas de capital privado brasileiro que a política econômica e monetária do Governo se incumbiram de inviabilizar. Nesse período, o Brasil cresceu a taxas muito

CAPA

Economia

A transferência da poupança

O Governo FHC já transferiu para o capital estrangeiro boa parte da poupança real do Brasil - o complexo Vale do Rio Doce, unidades do setor elétrico, as empresas de telecomunicações, algumas da área siderúrgica, entre outras. Sua política econômica comprometeu também empresas industriais privadas de capital nacional, algumas delas compradas por multinacionais.

Com esses ativos reais, foi transferida grande parte do poder de decisão de investir, já enfraquecido pelo domínio do capital internacional sobre os setores mais dinâmicos da economia brasileira. Os fornecedores nacionais das ex-estatais continuam sendo substituídos pelos chamados fornecedores globais. Agora, o FMI determina a venda do que resta nos setores de energia e financeiro.

Como se não bastasse o esbanjamento já consumado de significativa fatia da poupança do Brasil, o FMI impõe a transferência de mais poupança financeira através da venda do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e instituições financeiras estaduais a grupos internacionais.

O risco que corre o país é o de perder a prerrogativa de controlar a sua política monetária e de decidir a destinação da poupança interna.

discretas, porque as empresas privadas de maior porte obtiveram recursos junto a instituições financeiras em outros países.

Os pilares do modelo econômico neoliberal do governo (âncora cambial, âncora monetária, abertura, nova institucionalidade econômica, liberalização financeira e privatização) denunciavam, desde 1995, que o Governo envolvia a economia brasileira num processo de endividamento externo radicalizado até à insolvência. A fachada era a falsa estabilidade do real, fundamentada nos artifícios antes expostos, que acabaram operando como peça-chave do projeto político-eleitoral cristalizado no segundo mandato presidencial.

Educação vai

Comunidade que abriga a sétima geração de quilombolas ganha posse da terra em Parati e terá projeto especial de educação

Fernanda Cavalcanti

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEE/RJ) se une à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf/RJ) e promove um macroprojeto educacional com o objetivo de apoiar populações negras atendidas pelo artigo 68 da Constituição Federal que assegura aos remanescentes de quilombo (descendentes de negros escravos ou não) o reconhecimento da propriedade definitiva de terra, devendo o Estado emitir título correspondente.

Os parágrafos 215 e 216 deste artigo prevêm, além da titulação de terras, a necessidade de buscar parcerias onde as ações a serem desenvolvidas nestas comunidades iniciem um processo de desenvolvimento auto-sustentável, apoiando e orientando a implantação de infra-estrutura (como saneamento básico, energia e telefonia), e fomentando a discussão em várias áreas que ensejam cidadania, elevação de auto-estima, afirmação de valores culturais e históricos dos afrodescendentes.

Campinho da Independência, situado a 20 quilômetros da cidade histórica de Parati, foi a primeira comunidade no

estado do Rio de Janeiro (e a terceira no Brasil) a receber titulação, através de decreto assinado pela vice-governadora Benedita da Silva. A cerimônia de titulação ocorreu no dia seguinte à assinatura do decreto do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março.

As 85 famílias de remanescentes de escravos herdaram área de 287,94 hectares. Mas a consciência do direito a posse da terra conquistada sempre fez parte das ações da comunidade. A luta pela posse da área começou há quase 30 anos com um processo de usucapião. Desde então, o vale formado pela Mata Atlântica foi cobiçado por pretensos donos daquelas terras. A construção da

BR-101 (Rio-Santos), na década de 70, valorizou o local ainda mais. Mas a população manteve a tradição de seus antepassados e resistiu.

Segundo o laudo antropológico do Instituto de Terra e Cartografia, vinculado à Seaf/RJ, o processo de organização da comunidade de Campinho da Independência a coloca entre a população negra que mais valoriza a sua raça e preserva os seus valores culturais.

Os mais velhos mantêm a tradição oral de contarem para os mais jovens as façanhas das três mulheres fundadoras do Quilombo da Independência. E sempre contam como as diversas gerações resistiram ao êxodo rural, tão comum em comunidades economicamente sub-

Campinho da Independência foi a primeira comunidade fluminense a receber titulação, através de decreto assinado pela vice-governadora Benedita da Silva: uma vitória após 30 anos de luta pelo direito de usucapião



do quilombo



A pedido dos jovens, a Secretaria de Educação está reorganizando a grade escolar e incentiva o resgate cultural

Campinho da Independência

Município: Parati

Área: 287,94 ha

População: 286 habitantes

Atividade econômica: Artesanato, plantio de cana, produção de farinha e banana

Orçamento do projeto de Titulação: 6,841 milhões

Objetivos: Fortalecimento e organização comunitária e geração de renda no extrativismo e na produção agrícola

desenvolvidas e carentes de saneamento básico, educação e saúde.

Esta consciência de cidadania se fez sentir pelas autoridades no dia da cerimônia. Jovens da 7ª geração dos remanescentes de escravos gritaram em coro para a vice-governadora: "Queremos Educação". Benedita da Silva ouviu o apelo e solicitou ao secretário de Educação, Hésio Cordeiro, que olhasse pela comunidade.

Levantamento

São 14 comunidades fluminenses atestadas pelo ITRRJ a serem atendidas com o reconhecimento, pelo estado, da propriedade de terras à população negra da zona rural até o ano 2001, beneficiando cerca de 5.900 pessoas.

A professora Maria Amélia deu a largada no projeto piloto de Campinho da Independência nos primeiros dias de abril, enviando uma equipe da Secretaria de Educação à localidade com o objetivo de levantar as necessidades dos recém-empossados.

A escola prevê o ensino de 1ª à 4ª

série. O índice de analfabetismo entre as crianças em idade escolar é zero. A maioria dos jovens termina seus estudos nos municípios vizinhos, mas sempre retornam à terra conquistada, apesar de a única oportunidade de emprego para esses remanescentes do Quilombo ser o trabalho doméstico nos condomínios de luxo que surgem às margens da BR-101.

Ações conjuntas

A expectativa da comunidade de Campinho da Independência é aproveitar a vocação turística da região, construindo trilhas e guiando os visitantes para três belas cachoeiras. Eles pretendem transformar a cultura de subsistência - como produção da farinha, aguardente e banana - em atividades de agropecuária altamente comerciáveis, inclusive, com vistas à exportação. Os projetos são muitos, mas ainda faltam os meios para implementá-los.

As Secretarias pretendem formar parcerias com a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, para atingir as metas governa-

mentais com vistas ao fortalecimento das ações comunitárias, priorizando o resgate histórico-cultural, qualificando e gerando renda, através de projetos de Educação Ambiental e Ecoturismo. A idéia é fazer com que as comunidades assistadas pelo programa não tenham apenas suas terras regularizadas.

O ensino nessas comunidades não pode ser convencional. Nesta fase inicial do projeto, está prevista a reestruturação do conteúdo programático da grade de ensino da 1ª à 4ª série, expandir até a 8ª série o ensino de 1º grau e implantar o ensino supletivo para educação dos adultos. E, ainda, a promoção de cursos técnicos e o incentivo às iniciativas da população de resgate dos valores culturais e históricos.

Deve ser criado um Centro de Documentação e Preservação da Cultura Negra, para atender não só a Campinho da Independência, mas a todas as áreas que alcançadas pelo artigo 68 da Constituição. A idéia é incentivar o fortalecimento da autoconsciência e o enfraquecimento do preconceito racial.

África do Sul Herança do apartheid

Estudo realizado em regiões pouco conhecidas da África do Sul mostrou que o legado do *apartheid* resiste naquele país, onde muitas pessoas ainda vivem como no tempo do regime de segregação racial. A pesquisa "Os excluídos na África do Sul", feita pelo Centro do Desenvolvimento Empresarial (CDE), revelou que muitos membros da maioria negra vivem segregados e submetidos a um sistema econômico desigual.

"Os assentamentos urbanos são desprovidos de comércio ou qualquer tipo de atividade industrial característico das grandes cidades", disse Ann Bernstein, representante do CDE.

Enquanto em outros países as pessoas de baixo poder aquisitivo procuram se estabelecer perto do seu local de trabalho, na África do Sul ocorre o contrário. "Uma meta fundamental do *apartheid* era manter os negros longe das cidades", afirmou Bernstein.

Como resultado disso ainda existem 60 assentamentos do gênero abrigando cerca de quatro milhões de sul-africanos. Um desses lugares é Winterweld, que fica a 40 quilômetros ao norte de Pretória. Seus 220 mil habitantes vivem em cabanas rústicas colocadas em terrenos baldios, onde, desde os anos 60, sequer existe saneamento básico. O objetivo era retirar os negros da cidade.

A população economicamente ativa de Winterweld viaja todos os dias a Pretória, pois onde moram não há nenhum tipo de atividade industrial.

"Aqui não há nada para nós. Quando meu filho terminar a escola, iremos para Pretória. Fiz isso durante quase toda minha vida, e estou cansado", disse Ben Mmatli, que se levanta todos os dias às quatro da manhã para ir até a cidade.

O governo sul-africano resolveu investir nesse assentamento. Mas Bernstein



considera essa atitude um "desperdício de dinheiro que reforça decisões equivocadas do *apartheid*".

O destino desses assentamentos é um dos desafios que enfrenta o governo em sua estratégia para redistribuir os escassos recursos nacionais.

Uma parte desses recursos é investida no subsídio de sistemas de transporte coletivo, ainda que o estudo tenha comprovado que só uma parcela dos moradores desses assentamentos utiliza o serviço. Enquanto isso, indústrias que recebiam ajuda dos governos do *apartheid* para

estabelecer-se nessas zonas se retiraram, quando o subsídio foi extinto.

"O povo vive abaixo do nível socioeconômico médio do país. Isso ocorre porque são negros, e porque a raça continua sendo o fator que determina a qualidade de vida na África do Sul", advertiu Jeff McCarthy, um dos investigadores do CDE.

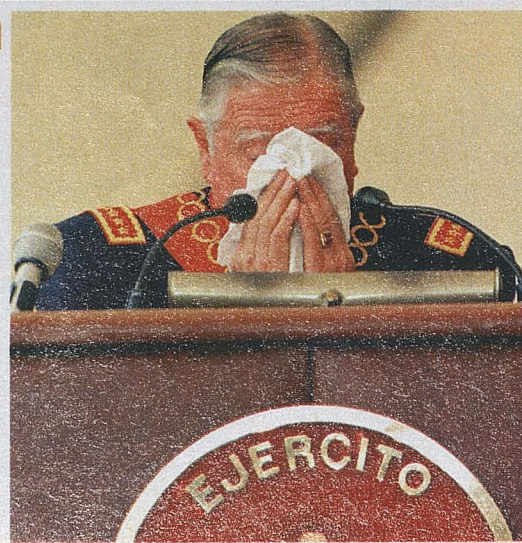
O relatório mostra ainda que um dos problemas básicos para enfrentar o desenvolvimento da África do Sul é a falta de estatísticas confiáveis e de informação sobre o que sucedeu com as comunidades submetidas à segregação racial.



Diplomacia

A diplomacia vaticana efetuou dois recentes lances considerados polêmicos. No primeiro, o papa intercedeu junto aos juizes ingleses em favor do ex-ditador chileno Augusto Pinochet.

No segundo, enviou mensageiro a Belgrado, pedindo boa vontade ao governo iugoslavo, mas sem fazer a mesma pressão contra os Estados Unidos e o resto da OTAN para que suspendessem os ataques à Iugoslávia



Congo

I Guerra Africana

O conflito armado na República Democrática do Congo (RDC), do qual participam nove estados do continente, foi chamado por analistas políticos de Primeira Guerra Mundial da África. "É provavelmente a guerra mais complexa que a África teve que enfrentar desde as lutas pós-coloniais", observaram os analistas sul-africanos Francis Kornegay e Chris Landsberg.

As hostilidades levaram Angola, Namíbia e Zimbábue a posicionar-se a favor do governo do presidente Laurent Kabila, contra forças rebeldes apoiadas por Ruanda e Uganda. Logo o Chade e o Sudão também enviaram tropas para apoiar Kabila.

Afirmou-se que muitos outros países africanos, incluindo Camarões, Gabão e Líbia, tomaram partido não aberto no conflito, e que também o fizeram potências, como a França e os EUA.

Outro fato preocupante relacionado com os conflitos na região centro-oriental dos Grandes Lagos (onde estão situados Burundi, a RDC, Ruanda, Tanzânia e Uganda) é a legitimação da força e a deslegitimação das negociações. Kabila e seus aliados evitaram constantemente a negociação de um cessar-fogo. Em termos gerais, o caminho da negociação não teve êxito em resolver os conflitos africanos. Em Angola, Burundi, Ruanda, Sudão e Uganda esse caminho fracassou ou não conduziu à formulação de programas

claros. Conforme famosa frase do escritor argelino Frantz Fanon, "a África tem a forma de um revólver e seu gatilho é o Congo".

A RDC abarca mais de dois milhões de quilômetros quadrados e seus grandes recursos minerais de cobre, cobalto, diamantes e ouro fazem com que se possa considerá-lo o país mais rico da África em termos de potencial. Sua extensão e sua população numerosa a converteram em alvo ideal para o saque. Foi explorada durante décadas por potências estrangeiras, sobretudo a partir da Conferência de Berlim de 1885, que transformou o então Estado livre do Congo em propriedade pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica.

Na realidade, a disputa sobre esse território é que gerou a conferência, na qual os países europeus negociaram a divisão do espólio da África para não ter que guerrear por eles entre si.

Quando Mobutu Sese Seko assumiu o poder em 1965, tornou-se o filho querido das potências ocidentais por declarar guerra contra o comunismo. Seu governo, apoiado por Bélgica, Estados Unidos e França, gerou um fluxo de "diamante-dólares", do então Zaire para os países do Norte. "Em 1997, quando Ruanda e Uganda deram apoio à rebelião de Kabila contra Mobutu, sua motivação estava ligada à riqueza do país e não a um sentimento de panafrica-



Alvo do interesse econômico e político norte-americano, o Congo Democrático (ex-Zaire) teve sua revolução submersa por uma guerra que já mobiliza grande parte do continente e ameaça alastrar-se

nismo", afirma o historiador congolês Claude Kabemba.

Os membros da etnia tutsi-banyamulengue, que habitam a leste do país e ajudaram Kabila na luta contra Mobutu, logo se voltaram contra ele e dividiram o país em dois. Foi então que entraram em cena o Zimbábue e a Namíbia para apoiar Kabila, alegando que estavam obedecendo à ordem da Organização da Unidade Africana, cujo estatuto proíbe a derrubada de governos legítimos mediante o uso da força militar.

A posição predominante na comunidade internacional

desde que a guerra começou (em 2 de agosto de 1998) é de que as forças de outros países da região devem retirar-se, para abrir espaço de negociações internas entre os beligerantes.

Na ausência desses poderes regionais, os rebeldes e o governo não contariam com recursos humanos e econômicos para sustentar suas campanhas militares durante muito tempo. "A conclusão é de que a intervenção de outras potências africanas contribuiu para piorar a situação na RDC", sublinhou o historiador.

(Gumisai Mutume)

Cepal

Os 50 anos de desenvolvimentismo

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) comemorou 50 anos de vida garantindo seu papel como precursora do paradigma desenvolvimentista da região. O "desenvolvimentismo cepalino", expressão depreciada pelos intelectuais radicais de esquerda dos anos 60, sobreviveu a cinco décadas, mas ainda tenta conseguir espaço nos governos e poderes empresariais.

Criada em 1948 como comissão regional do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Cepal comemora esse meio século com um processo de reflexão sobre sua trajetória e seu pensamento.

A comissão, cujo atual secretário-executivo é o colombiano José Antonio Ocampo, não tem sido "apenas uma caixa de ressonância de idéias, mas também formadora de quadros políticos e econômicos para a América Latina. O especialista Ricardo Bielschowsky assinala como contribuição fundamental da Cepal "a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano."

O argentino Raul Prebisch, falecido em Santiago do Chile em 1983, foi um dos economistas que introduziu uma proposta de desenvolvimento para a América Latina, desenhada de acordo com as especificidades da região em contraposição às economias centrais do Norte

industrializado.

O princípio "normativo" do nascimento da Cepal "é a necessidade de que o Estado contribua para o ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. Trata-se, em suma, do paradigma desenvolvimentista latino-americano", conceitua o economista Bielschowsky.

"A América Latina que emergia da Segunda Guerra Mundial no cenário da Guerra Fria necessitava de fórmulas próprias, não somente para relacionar-se com o mundo, mas também para enfrentar seus problemas sociais e econômicos. A industrialização que a Cepal promoveu desde então fez com que sua proposta passasse a ser identificada durante anos com o processo de substituição das importações, que entrou em crise nas décadas de 70 e 80.

No entanto, o debate histórico sobre esse tema não está resolvido. A substituição de importações deu à região taxas de crescimento econômico que não voltaram a se repetir sob as políticas da globalização.

Os responsáveis pela Cepal condenam a identificação do órgão com uma só proposta e sustentam que suas "idéias força" evolui-

ram ao ritmo das mudanças mundiais e na região, sem perder de vista o objetivo central do desenvolvimento.

Assim, nos anos 50, a industrialização impulsionada pelo Estado foi a "receita" que se precisava para reinserir a região no mundo do pós-guerra, com crescimento, progresso técnico, criação de emprego e distribuição de renda. Na década de 60 buscou-se remover os obstáculos para a industrialização substitutiva, em um mundo em que caíam os preços das matérias-primas, gerando assim o denominado deterioramento das relações de troca. Nessa década começou a integração regional, enquanto os países latino-americanos enfrentavam desequilíbrios estruturais em suas balanças de pagamento. A inflação e o desemprego adquiriam também um caráter estrutural.

Não obstante, essas duas primeiras décadas

coincideram com ciclos expansivos da economia mundial, interrompidos com a crise da década de 70, pré-âmbulo do crack do endividamento externo que levou à "década perdida" dos anos 80.

Nos anos 70, a Cepal instaurou uma "reorientação dos estilos de desenvolvimento visando à homogeneização social e à diversificação pró-exportadora". Na década de 80, as "idéias foça" apontaram para a superação da crise do endividamento externo mediante "o ajuste com crescimento", que buscou resistir ao impacto das políticas de choque nos setores pobres.

Quando terminar o milênio, e como proposta central para a década de 90, a Cepal defende uma "transformação produtiva com equidade", que tem o duplo objetivo de inserir a região na economia mundial e, ao mesmo tempo, atacar seus problemas sociais.



Grandes centros urbanos industriais surgiram neste século nos países latino-americanos, como o Brasil, que buscaram abrir caminhos próprios para o desenvolvimento e o progresso da sociedade. Fizeram isso com grandes planos e um sentimento nacional que o neoliberalismo quer hoje tornar condenável

Oriente Médio

Esperanças palestinas

AJordânia e o Líbano mudaram de atitude nos últimos meses com relação às dezenas de milhares de famílias palestinas que residem em ambos os países desde a criação do Estado de Israel em 1948, cujas condições de vida foram melhoradas.

O novo rei da Jordânia, Abdullah, é filho de mãe cristã e casado com uma palestina e quando foi nomeado herdeiro da coroa da Jordânia, pouco antes da morte de seu pai, o rei Hussein, os palestinos de Amman sentiram um alívio. A impressão geral entre os palestinos era de que a posição privilegiada que ocupavam na Jordânia ficaria em perigo se o herdeiro anterior do trono, o príncipe Hassan, irmão de Hussein, se tornasse rei.

Os palestinos representam aproximadamente 60% da população da Jordânia e

constituem uma força poderosa na economia da nação. Dividem-se em três grupos. Um deles é constituído pelos que fugiram para a Jordânia em 1948 e são considerados refugiados. O segundo é formado pelos que procedem da Cisjordânia, território que a Jordânia perdeu para Israel em 1967, e agora são considerados como "deslocados" de um lado da Jordânia ao outro. O terceiro grupo, finalmente, é formado pelos 400.000 palestinos jordanianos expulsos dos países do Golfo em 1991, quando o rei Hussein se aliou ao Iraque na sua guerra contra a coalizão multinacional liderada pelos Estados Unidos. Esses são os "retornantes".

Todos os palestinos têm cidadania jordaniana, mas são considerados refugiados pela Organização das Nações Unidas, um *status* que lhes permite reclamar seu direito a suas antigas casas e terras na Palestina, sua terra natal. Os palestinos podem ocupar qualquer cargo na Jordânia. O ex-

meiro-ministro Taher el Masri, por exemplo, é um palestino jordaniano.

Essa participação na vida e na política jordanianas é freqüentemente mencionada como argumento para fazer desse país um substituto da Palestina e solucionar a questão dos refugiados dessa origem. Mas as sugestões palestinas de uma confederação com a Jordânia foram descartadas pelo rei Abdullah como "muito apressadas".

No caso do Líbano, a maioria dos 360.000 palestinos que ali vivem chegaram quase ao mesmo tempo que seus conterrâneos à Jordânia, mas não têm razões para sentirem-se "libaneses". "Por que deveríamos nos sentir parte de um país que nunca quis que fôssemos parte dele?", pergunta Jamileh, de 61 anos, no acampamento de Ain el Helweh. De fato o Líbano abriga os palestinos contra a sua vontade. Os 12 acampamentos de refugiados - verdadeiras favelas na periferia das grandes cidades - estão super-

lotados, sujos e não possuem conexões com as redes nacionais de esgoto, eletricidade e água potável.

Os palestinos no Líbano representam a maior proporção de refugiados inscritos no programa especial da Organização das Nações Unidas para a Assistência e o Trabalho dos Palestinos Refugiados no Oriente Próximo (UNRWA). São, porém, considerados trabalhadores estrangeiros, embora a maioria deles tenha nascido ali. Essa situação os exclui de 75 profissões, o que dificulta que melhorem suas condições de vida.

Desde 1995, os palestinos tinham que pedir uma permissão de saída para cada viagem e um visto de entrada que, com freqüência, lhes era negado. O governo libanês adotou essas restrições para controlar o número de palestinos que entravam no país depois que o líder da Líbia, Mohammed Kaddafi, ordenara a deportação de milhares de palestinos que trabalhavam em seu país para enfatizar sua oposição ao Acordo de Paz do Oriente Médio feito em Oslo. Em janeiro, após a visita do líder do departamento político da OLP, Farouk Kaddoumi, ao Líbano, as restrições às viagens terminaram. "Esta é a direção certa para melhorar as relações entre libaneses e palestinos. Esperamos que seja seguida de decisões no sentido de outorgar aos refugiados palestinos seus direitos civis", assinalaram organizações dessa comunidade.

Do novo rei jordaniano Abdúl, espera-se maior apoio aos palestinos



Peru

Alimentos por votos?

Especialistas e autoridades discordam sobre os números da pobreza no Peru, mas concordam que se não fossem os programas de assistência, o número de pessoas na pobreza extrema seria muito superior aos quase 2,5 milhões reconhecidos oficialmente.

A difusão da rede de assistência alimentar dos programas sociais repercutiu na diminuição da pobreza extrema em 1997, assinala um informe da Cuánto, empresa privada de estatística para a qual existem mais de 3,5 milhões de peruanos em situação de pobreza crítica.

Também o ministro da Presidência, Tomás González Reátegui, reconheceu

implicitamente, ante o Congresso, o impacto dos programas sociais, principalmente de apoio alimentício, para impedir que o número de pobres extremos continue aumentando.

Sete dos 12 milhões de moradores pobres do Peru vivem nas zonas rurais, onde ainda se concentram 31,9% da população em pobreza extrema do país.

Atualmente "há programas sociais que ajudam as crianças não só a estudar, mas também a alimentar-se", mas a maior parte dos programas de alimentação espera por doações, indica o estudo.

Cerca de 42,5% da população dependem de algu-

ma forma de alimento doado. Quase um terço desses alimentos são repartidos entre a população da capital, o que, segundo analistas, evidencia uma bem planejada estratégia eleitoral para conquistar a reeleição do presidente Alberto Fujimori no ano 2000. "Manter uma alta taxa da população literalmente dependente dos programas de alimentos doados é garantia de alta porcentagem de votos em favor do candidato, assinalou Angel Paéz, numa análise sobre a evolução da pobreza nos quatro últimos anos. A campanha pró-reeleição de Fujimori trabalha com a ameaça de que um governo diferente cortaria a ajuda social", assinalou Paéz.

Mas é evidente que a pobreza que afeta mais da

metade da população peruana, de 23 milhões de habitantes, não mostra indícios de ceder. Segundo Cuanto, 50,7% da população peruana é pobre e, segundo o Inei, chega a 44,1%.

O Banco Mundial, no Informe 1997, diz que o Peru é o segundo mais pobre na América Latina, com 49,4%, depois da Guatemala, com 53,3%.

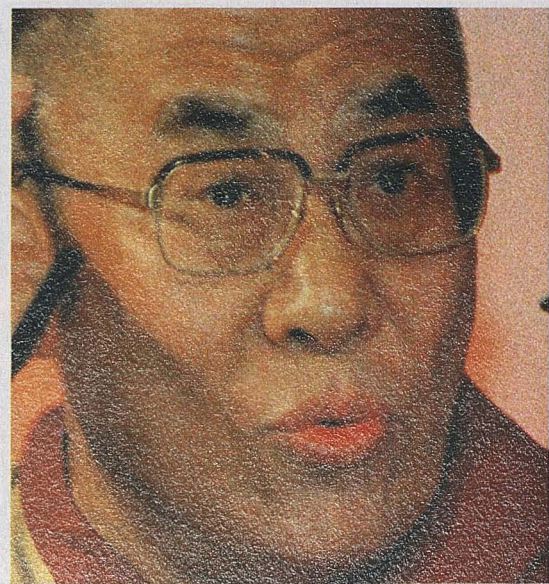
Podemos considerar população em extrema pobreza aquela cujos salários não conseguem cobrir o custo de uma cesta básica de alimentos que satisfaça as necessidades mínimas de calorias e proteínas.

Alguns especialistas assinalam que a população nesta situação tem nível de consumo inferior a 30 dólares mensais.

China



O primeiro-ministro chinês Zhu Rongji visitou os EUA em abril, onde debateu a entrada do seu país na Organização Mundial do Comércio, entidade de que os chineses desconfiam atuar como instrumento dos países ricos. Os EUA vêm estimulando um cerco político à China, agitando a questão do Tibete. Tema de filmes e concertos de rock, a questão do Tibete foi debatida recentemente no Brasil, que recebeu a visita do dalai-lama Tenzin Gyatso, recepcionado pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e, furtivamente, pelo presidente da República



Paraguai

Mobilização popular muda o governo

O povo paraguaio nas ruas foi o fator decisivo e surpreendente no mais recente episódio da crise política do país, um drama com vários capítulos que marca a passagem da fase ditatorial deixada por Alfredo Stroessner para a democracia. Afinal, dez anos sem Stroessner é ainda um tempo politicamente curto para superar a cultura de 35 anos seguidos de regime ditatorial.

A chapa vencedora nas eleições presidenciais do final do ano passado expressava bem as divergências existentes dentro da herança deixada pela ditadura. Estabeleceu-se compromisso altamente instável, com Raul Cubas na cabeça, representando o interditado general Lino Oviedo, e José Maria Ar-

gaña como vice, representando as correntes oficialistas antiovi-edistas.

O assassinato de Argaña, no fim de março, comprovou a profundidade das divergências. Seus desdobramentos — a renúncia de Cubas e seu asilo no Brasil, e o asilo do general Oviedo na Argentina, com perspectivas de extra-dição para julgamento — permitem prever novos lances de perigo para a democracia paraguaia ainda em reconstrução.

Devem-se destacar co-



mo muito positivos e decisivos a presença popular em protestos e confrontos nas ruas e o governo de união

nacional do presidente interino Luís Gonzalo Macchi, que convocou as oposições a integrar o ministério.

América Latina

Estrangeiro domina a indústria

A América Latina termina a década com crescimento industrial que favorece as filiais de firmas estrangeiras, enquanto o Estado desaparece progressivamente do setor produtivo.

Esta é a conclusão do estudo "Grandes Empresas e Grupos Industriais Latino-Americanos", coordenado pelo especialista Wilson Peres, da Comissão Econômica para a América Latina e o

Caribe (Cepal), baseado em pesquisas na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia e no México. O trabalho analisa a situação dos 100 maiores conglomerados dos cinco países entre 1990 a 1996.

As privatizações e as mudanças nas leis trabalhistas, desprotegendo o trabalhador, atraíram o capital estrangeiro para a região. As firmas estrangeiras aumentaram as vendas de 45,9%, em 1990, para 57,3% em 1996, enquanto as nacionais viram suas vendas reduzidas de 45,9% para 40,2%, e as estatais baixaram de 8,2% para apenas 2,5%.

Entre as empresas es-

trangeiras, o maior crescimento foi da indústria automobilística, forte na Argentina, Brasil e México, cuja participação nas vendas cresceu de 22,1 para 30,2%.

Na Argentina, diz o economista Roberto Bisang, 40 organizações controlam quase 700 grandes indústrias e respondem por 30% do valor da produção industrial e 20% do emprego.

Régis Bonelli, autor de um estudo no Brasil, assinou que quase 90% dos 300 maiores grupos econômicos privados têm controle familiar e se destacam tanto pelo interesse nas privatizações como pela internacionalização de suas atividades.

Colômbia

Desemprego

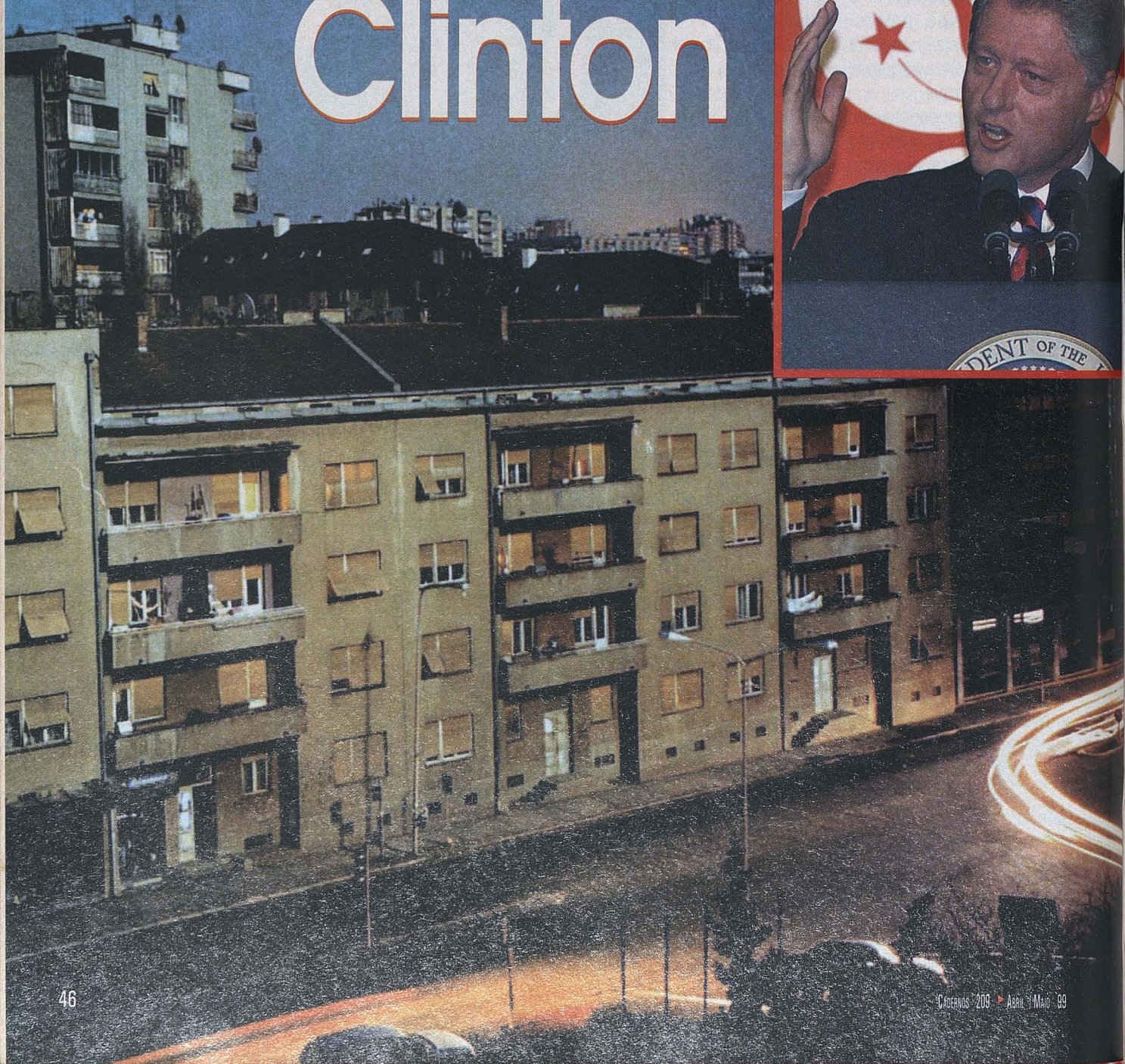
O desemprego na Colômbia está a caminho de 20% e mais de um milhão de pessoas não encontra ocupação, segundo pesquisa oficial. O desemprego afeta mais os grupos jovens: enquanto a taxa de homens de 15 a 19 anos desocupados subia até 31,8%, a de mulheres da mesma faixa etária era de 41,8%.

Entre as causas do alto índice de desemprego estão as altas taxas de juros adotadas pelas autoridades financeiras, inviabilizando os negócios.

EUROPA

Guerra de Kosovo

As bombas de Clinton





À margem da ONU e arrastando governos europeus a um desafio à legalidade internacional, os Estados Unidos restauram na Iugoslávia o velho estilo do imperialismo

Centenas de mísseis e de aviões no mais intenso bombardeio desde a Segunda Guerra Mundial.

Na foto à esquerda, rastros de mísseis passam no céu da capital do Kosovo, Pristina, em 24 de março, no começo do ataque aéreo da Otan contra alvos militares sérvios na Iugoslávia

Neiva Moreira

A mais remota referência histórica sobre Kosovo data de 1389, quando os sérvios foram derrotados pelos invasores otomanos e, embora perdendo a batalha, converteram o episódio em um marco fundamental da cultura nacional.

Nos seiscentos anos transcorridos, a história não parou. Foi marcada por muitos episódios relevantes, quase sempre envolvendo revoluções e guerras. Kosovo, com 10.887 km² e, agora, com cerca de dois milhões de habitantes, deu sua influente colaboração para que os Bálcãs fossem transformados no barril de pólvora da Europa.

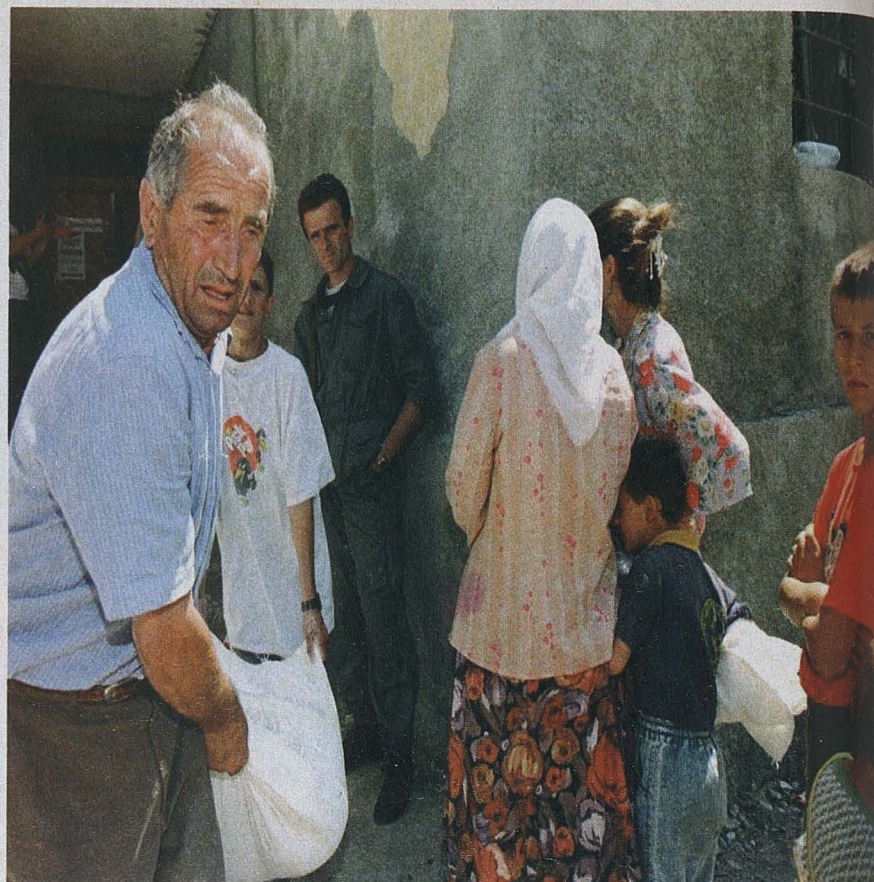
No bojo das grandes transformações do mapa europeu na primeira guerra mundial, Kosovo foi incorporado à Sérvia em 1913 e já a partir de 1945 passou a integrar a República Federativa da Iugoslávia, então forma-



da por seis repúblicas, como província autônoma dentro da Sérvia.

Sob a liderança do marechal Tito, que propiciou notáveis avanços na política de convivência dos turbulentos mini-Estados que integravam a Iugoslávia, Kosovo, ao conquistar o estatuto de região autônoma, atendia, mesmo que parcialmente, às aspirações de independência da grande maioria do seu povo, de origem albanesa.

Entre 1981 e 1989 o movimento pela independência avançou muito, culminando com a intervenção do exército sérvio e com uma sangrenta repressão. Na altura, a província autônoma de Kosovo, fronteira com a Albânia, era a mais pobre da federação iugoslava, com 50% de desemprego e um PIB de só US\$730 (enquanto o da Sérvia era de US\$2.200). Em março de 1989, o governo de Belgrado suprimiu o estatuto de autonomia, agravando a subversão interna e o estado de guerra.



Alguns fatos foram determinantes nesse período crucial. Um deles foi a declaração da independência de Kosovo em 1990, reconhecida pela Albânia, após um referendo clandestino.

Ibrahim Rugova, líder da Liga Democrática do Kosovo, foi eleito presidente da Nova República fundada clandestinamente. Rugova é o mesmo

que a propaganda norte-americana espalhou de que teria sido assassinado pelos sérvios e que, logo em seguida, apareceu na TV em entrevista com o presidente Slobodan Milosevic.

Outro fato decisivo nessa guerra secular foi o aparecimento do Exército de Libertação de Kosovo (ALK, na sigla albanesa) imbuído de um forte

O drama dos refugiados do Kosovo aumentou com a decisão da Otan de bombardear o seu território

sentimento nacionalista e que, armado pela Albânia e pelos serviços especiais norte-americanos, se converteu em uma poderosa força militar.

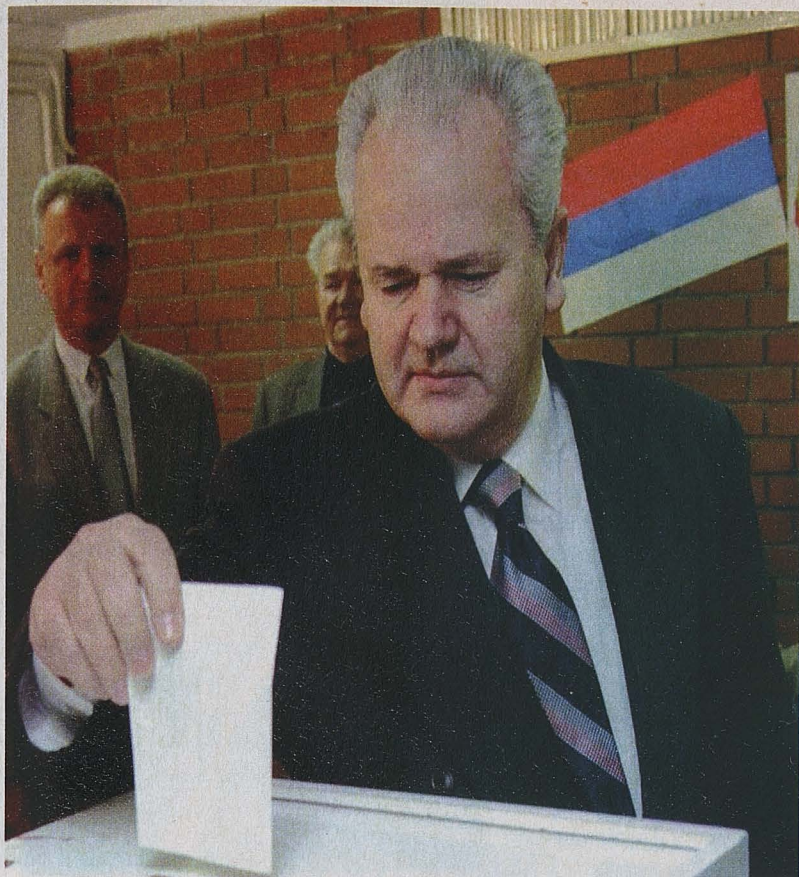
Esse quadro revela a complexidade do problema de Kosovo e de toda a geopolítica balcânica.

Não há dúvida de que o agravamento da atual crise deve-se muito à intransigência e à intolerância do governo de Slobodan Milosevic. Com Tito, apesar de sua determinação ideológica e do firme propósito de unir a Iugoslávia, a situação em Kosovo teria tido uma solução diferente.

A Grande Albânia

Kosovo não é o único foco de irredentismos que dilaceram os Balcãs, particularmente a Iugoslávia.

A Macedônia, que adota uma



Milosevic não mudou a sua política após a agressão militar da Otan e ainda conseguiu unificar os sérvios, enquanto a infra-estrutura da região era devastada

posição condescendente com os Estados Unidos, teve até agora uma razoável convivência com os sérvios e o seu governo enfrenta sérias dificuldades com a numerosa minoria da etnia albanesa, com graves e sangrentos episódios. Na universidade de predominância albanesa não-oficialmente reconhecida de Teto-vo, se divulgam mapas da Grande Albânia que inclui, além da República da Albânia, naturalmente com Kosovo, o sul da atual República de Montenegro, que com a Sérvia compõe a Iugoslávia, o ocidente da Macedônia e ainda avança sobre a Grécia, incorporando províncias gregas¹.

Esse quadro secular de lutas intestinas exigiria uma convivência pacífica de etnias e regiões conflitantes, de competentes e, sobretudo, pacientes soluções diplomáticas, como se tentou na Conferência de Rambouillet, na França. Ali se avançou muito e, com uma combinação inteligente e eficaz de concessões recíprocas e pressões internacionais é possível que se chegasse a um acordo.

Os albaneses, vencendo as resistências do seu exército guerrilheiro, já haviam assinado a minuta de acordo. Os sérvios a aceitaram, mas não concordaram que seu exército evacuasse Kosovo, substituído por 30 mil soldados da Otan. Havia uma fórmula que prometia sucesso. A Sérvia aceitaria o contingente internacional, se o mesmo fosse integrado por forte participação russa e ucraniana e uma redução do contingente norte-americano.

A diplomacia das bombas

O presidente Bill Clinton impôs de novo sua arrogante postura belicista, já em execução no Iraque. Recusou a iniciativa russa de ampliar o prazo da conferência por mais alguns dias, explorando as possíveis concessões de Belgrado.

Preferiu as bombas, numa das agressões mais absurdas do modelo clássico de imperialismo. Quatrocentos aviões e uma frota naval poderosa pas-

saram a destruir o país, matando e ferindo milhares de pessoas e arrasando não apenas objetivos militares mas também residências, fábricas e hospitais.

Essa estúpida demonstração de força - esperava o Pentágono - levaria ao desaparecimento da Iugoslávia e à submissão da Sérvia. Nem mesmo importantes assessores de Clinton acreditaram nisso e o Iraque é um exemplo dos nossos dias do fracasso dessa política.

Na Iugoslávia anterior à guerra de Kosovo, a opinião pública do país não era favorável ao governo. Novos partidos e movimentos estavam surgindo e se consolidando e a popularidade de Milosevic já havia baixado a 17 pontos.

A guerra mudou tudo isso. O país se uniu em torno do líder que passou a ter o apoio de todo o seu povo. O exemplo do jornalista e escritor Vak Draskovic é expressivo. Ele esteve preso e sofreu dura perseguição. Saindo da prisão fundou o Movimento de Renovação Sérvia, de oposição democrática, e foi eleito o seu presidente. Hoje é vice-primeiro-ministro do governo presidido por Milosevic numa espécie de gabinete de união nacional.

Em recente entrevista ao jornalista espanhol José Comas, enviado especial do *El Pais* a Belgrado, Draskovic, respondeu à pergunta se o ataque da Otan favoreceria a Milosevic.

Sim - respondeu - porque todo o povo está unido em defesa do país e Milosevic é o chefe de Estado. É como se todos os sérvios fôssemos um só. Lamento nos encontrarmos em guerra, porém não há um só sérvio que não esteja disposto a morrer pelo nosso país. O programa político do meu Partido continua sendo oposto ao do Partido de Milosevic, mas o Movimento de Renovação não está em oposição à Sérvia e a Kosovo. Cada centímetro de Kosovo

pertence à Sérvia. Em Kosovo e na Sérvia há lugar para todos os sérvios e os albaneses. Na Sérvia só não há lugar para o terrorismo albanês e para a Grande Albânia. Nosso lema tradicional é "antes cadáver do que escravo". Esse lema nos tem custado caríssimo em nossa história, porém não podemos mudar.

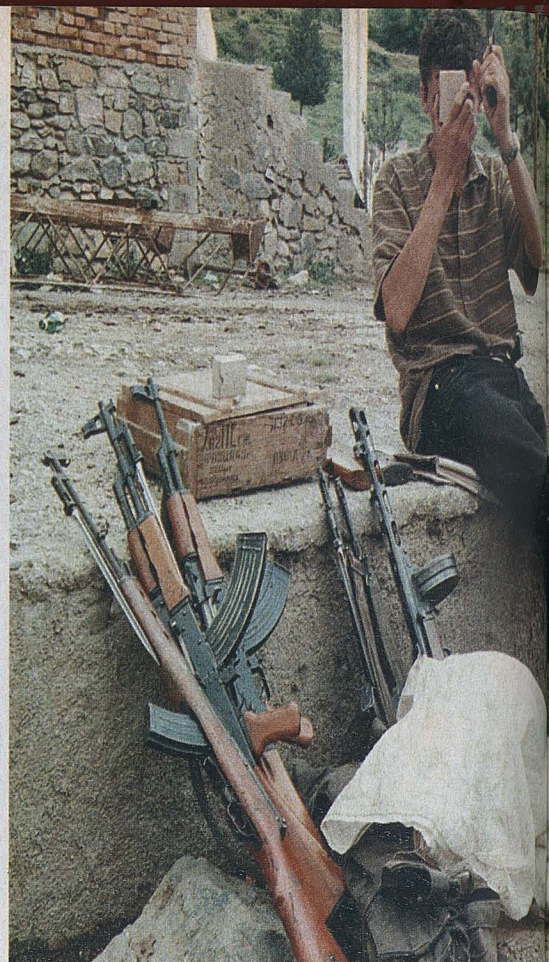
E depois?

O futuro político da Iugoslávia é incerto, mas o que não há dúvidas é de que as bombas de Clinton não modificarão o quadro étnico, geopolítico e estratégico da região e, mesmo se demolirem materialmente o país, a resistência sérvia continuará. A luta de Tito em anos da terrível resistência ao domínio alemão é o exemplo mais recente desse sentimento nacional.

O que ainda está claro é o preço que

os Estados Unidos e os seus aliados terão que pagar por esse genocídio.

Poucas vezes se viu na história moderna das guerras uma campanha de mídia tão intensa sobre o que consideram as brutalidades sérvias contra os kosovares. É evidente que a maioria dos episódios narrados são verídicos, mas o que ora se reclama no mundo e mesmo nos Estados Unidos é que não se inclua, nas versões oficiais sobre a tragédia do êxodo kosovar, a responsabilidade dos terríveis bombardeios da Otan à região. Parece que se deseja fazer crer que os ataques de centenas de aviões e dezenas de navios de guerra não obrigam às vítimas - como defesa elementar da vida - a decisão dramáti-



Brasil: cautela ou contradição?

A posição do Brasil no caso da Iugoslávia é considerada por uns como contraditória e para outros como cautelosa. Junto com os demais países do Grupo do Rio, o governo brasileiro emitiu, em 25 de março, no México, uma nota em que "se exorta a todas as partes que reiniciem o mais rápido possível as conversações tendentes a alcançar acordo integral e definitivo que logre restabelecer a paz firme e duradoura, baseada no respeito aos direitos humanos de todos os grupos étnicos e minorias nessa região assim como à integridade territorial dos Estados".

"Além do mais, o Grupo do Rio lamenta que se haja recorrido ao uso da força, sem observar o disposto nos artigos 53 (dispositivo primeiro) e 54 da Carta das Nações Unidas que


assinalam: "não se aplicarão medidas coercitivas em virtude de acordos regionais ou por organismos regionais sem autorização do Conselho de Segurança" e que "se deverá manter em todo o tempo o Conselho de Segurança plenamente informado das atividades empreendidas e projetadas de conformidade com os acordos regionais ou por organismos regionais com o propósito de manter a paz e a segurança internacionais."

Em outras palavras: o ataque à Iugoslávia não podia ter sido feito sem a prévia anuência do Conselho de Segurança e que deviam ser iniciadas urgentes conversações de paz, o que pressupõe suspender as ações de guerra.

Em 26 de março, a Federação

Russa, a Bielorrússia e a Índia, naturalmente com apoio da China, apresentaram ao Conselho de Segurança um projeto de resolução em que se declara que "o uso unilateral da força a que recorreu a Otan contra a República Federativa da Iugoslávia constitui uma ameaça para a paz e segurança internacionais." Requer que "o Conselho de Segurança seja informado sobre a marcha das negociações para um acordo político da situação em Kosovo (República Federativa da Iugoslávia) esperando dita informação".

Segundo a imprensa, o Brasil não figura entre os países que apoiaram esse projeto de resolução, que, na linguagem da ONU, preconizava a suspensão dos bombardeios.



Só o tempo dirá qual a real projeção da guerra de Kosovo e o seu peso no reordenamento das relações internacionais

ca de abandonar as áreas atacadas.

Opiniões e análises independentes acusam o governo norte-americano de ter limitado sua estratégia aos bombardeios, desconsiderando os múltiplos aspectos correlatos e as consequências locais e internacionais de situação criada.

Manifestações contrárias à guerra vêm ocorrendo em todos os países, envolvendo governos, instituições e personalidades, incluindo o Papa, e multidões que vão às ruas protestar. No auge da campanha a propósito da repressão sérvia em Kosovo, o *Jornal do Brasil* publicou em uma matéria sobre a guerra esse trecho bastante significativo: "Aumentam também, na imprensa européia, relatos de refugiados dizendo estar fugindo, não de ataques de forças militares ou policiais sérvios, mas de bombardeios da Otan que atingem suas regiões ou casas".

As críticas à Otan são crescentes, não apenas do ponto de vista técnico-militar - por não se preparar com antecipação para a possibilidade do ataque terrestre - como da ausência de um projeto eficaz para o pós-guerra.

O social-conformismo

Mas uma das consequências mais graves para a Europa foi o envolvimento na brutalidade do ataque aéreo de gover-

nos social-democratas em cujas plataformas eleitorais predominam as preocupações com a paz.

A primeira surpresa é o fato de o executor político dessa cruel aventura ser um socialista espanhol, de reconhecidas posições democráticas, o Sr. Javier Solana, secretário-geral da Otan, que considera "um dever impedir um regime autoritário de continuar a repressão a seu povo."

Essa é uma posição hipócrita, na mesma linha de conduta dos que justificam e fazem vista grossa ao massacre dos curdos na Turquia, mas bombardeiam o Iraque para evitar que o seu governo reprima os curdos.

E se a moda pegar? Os bascos deveriam ser bombardeados pela Otan porque querem se separar da Espanha? E os irlandeses? E os dissidentes da Córsega? E tantos irredentismos em diferentes países?

Além do silêncio cúmplice das Nações Unidas, o mais lamentável nesse quadro é a responsabilidade de governos social-democratas no crime que se pratica contra a Iugoslávia.

O primeiro-ministro britânico Tony Blair, a quem, com a sua malícia habitual, o Sr. Roberto Campos chama de "Margaret Thatcher de saias", tem abusado da televisão para tentar justificar a presença da Inglaterra nas agressões. Os outros dirigentes da social-democracia, Gerhard Schröder, da Alemanha, e Lionel Jospin, da França, têm tido posições omissas nas explicações. O Sr. Máximo D'Alema, primeiro-ministro da Itália, de cujo país levanta vôo a maioria dos aviões que atacam a Iugoslávia, tem sido mais discreto e se pronunciou pela suspensão dos bombardeios. Mas ficou por aí.

Em um notável artigo no *Le Monde Diplomatique*, um dos seus diretores, Ignácio Ramonet, sob o expressivo título de "Social-conformismo", questiona a posição desses líderes social-democratas. Diz ele: "Como os dirigentes social-democratas, herdeiros de Jean Jaurès² e

de uma longa tradição de legalismo internacional, podem ter chegado a esse ponto de ceder às pressões de Washington e embarcar em uma aventura guerreira sem a menor legitimidade internacional? Nenhuma resolução das Nações Unidas concernente a esta região autoriza explicitamente o recurso à força e não deu nenhum aval ao emprego das armas contra a Sérvia".

Quando um membro da organização terrorista "Mão Preta" assassinou em 1914 em Sarajevo o príncipe Francisco Fernando, do Império Austro-Húngaro, algum observador poderia encarar o crime como um episódio de tantos nos Bálcãs. Mas na verdade essa morte acabou se transformando no estopim para o início da Primeira Guerra Mundial, que desencadeou uma onda de transformações e novas crises na Europa.

Hoje, a grande preocupação nas chancelarias européias é a Rússia, com séculos de relações fraternas com os sérvios, ao ponto de discutirem a unidade das duas repúblicas. O apelo do presidente Boris Ieltsin à Otan de que não o forcem a entrar na guerra foi encarado como uma advertência grave, que poderá ter consequências imprevisíveis no futuro.

Por isso, em relação à Guerra de Kosovo, só o tempo poderá dizer qual a real projeção desse gravíssimo acontecimento e o seu peso na Europa e no reordenamento das relações internacionais. ■

¹Le Monde Diplomatique janeiro de 1999. Christofer Chiclet.

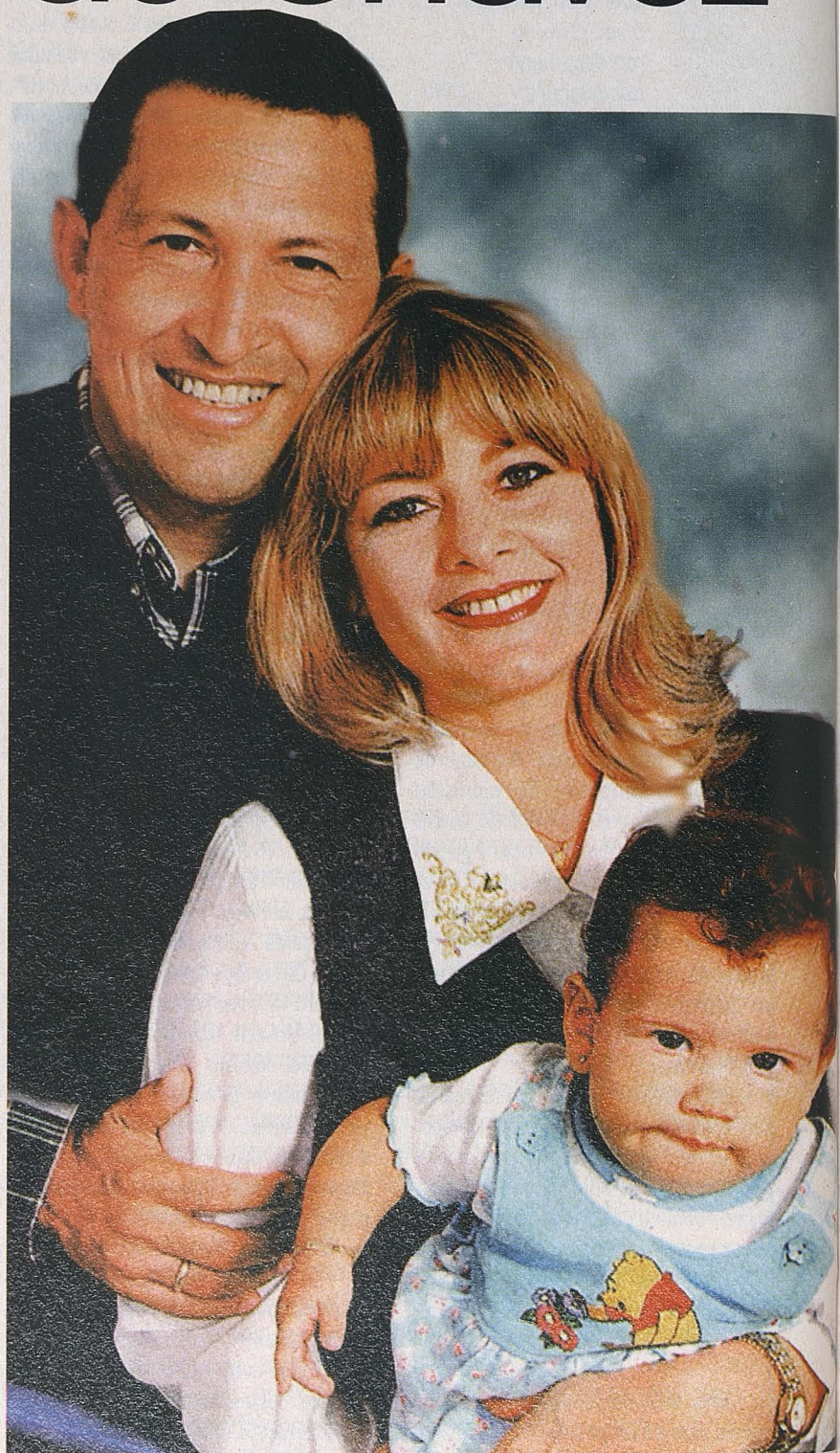
²Jean-Léon Jaurès, político francês que nasceu em 1859 e morreu em 1914. Defendeu sempre as causas humanistas e se converteu, nos quadros socialistas, em um vigoroso defensor dos interesses dos trabalhadores. Para ele a guerra é "fruto do imperialismo"

O furacão Chávez

A convocação da Constituinte e a mobilização das Forças Armadas e servidores públicos para atender as necessidades dos excluídos marcam os primeiros meses da administração do controvertido oficial que em 1992 se sublevou contra a corrupção

Héctor Escobar

Um visitante inadvertido que chegue hoje à Venezuela pode achar que aterrisou em destino errado: meio milhão de pessoas, como um exército de formigas, ocupam escolas, hospitais e estradas, do amanhecer ao pôr-do-sol. São militares e civis que responderam ao apelo de declarar guerra ao abandono de crianças e idosos, à miséria, às filas de espera de doentes nas emergências dos hospitais.



Durante a campanha Chávez explorou a imagem de carinhoso pai de família

País rico, povo pobre

A Venezuela é um dos países mais ricos do continente americano. Possui as maiores reservas petrolíferas comprovadas do Planeta, tem enormes jazidas de diversos minerais, abundantes rios e extensas costas marítimas.

Mas a economia nacional e, conseqüentemente, o povo estavam na ruína. Só para citar dois exemplos, a metade da população ativa trabalha no setor informal da economia e os serviços públicos estão em colapso pois o déficit no orçamento estatal - 9 bilhões de dólares, segundo as previsões para 1999 - obrigou o governo a drásticos cortes de despesas e deixou a administração pública quase paralisada.

Os preços do petróleo, principal fonte de divisas do país, caíram bruscamente (de 20 dólares o barril, há dois anos, aos 8 dólares atuais), a dívida externa é trinta por cento maior do que a renda nacional e muitas estatais foram privatizadas pelos últimos governos. No país se instalou o caos.

Daí a expectativa gerada em torno da figura de Chávez. "Reconhe-

ceamos a dívida externa e vamos pagá-la, mas não agora. Não podemos sacrificar mais o nosso povo", argumenta o novo presidente. "Se querem a miséria, privatizaremos", responde aos que defendem as privatizações.

E em relação à política externa, ele diz: "Queremos aprofundar os laços com nossos irmãos da América, nossos aliados naturais. Com o Brasil, a Colômbia, o Equador, com todo o Caribe. Queremos ingressar no Mercosul junto com o bloco dos países da Comunidade Andina, se for possível. Se não, faremos como faz a Bolívia, seremos aliados por conta própria."

No Congresso, as antigas forças políticas - Ação Democrática, Copei, Convergência, Proyecto Venezuela e a Causa "R" - são majoritárias e estão aliadas a personalidades hoje independentes, como o próprio Carlos Andrés Pérez, que voltou ao Congresso, eleito senador, após sair da prisão. Juntos, ensaiam jogadas para tentar impedir, ou pelo menos adiar, as decisões do governo.

A convocação foi feita pelo novo presidente dos venezuelanos, Hugo Chávez Frías, conhecido popularmente como "comandante Chávez", em 27 de fevereiro deste ano, data de sua posse. Qualificando a democracia representativa venezuelana de atrasada e desumana, Chávez também declarou "estado de emergência" no país. Mas, ao contrário da suspensão das garantias individuais, assegurou que, na Venezuela de hoje, o estado de emergência visa assegurar os direitos civis - saúde, educação, segurança pessoal - aos que nunca tiveram direito algum, aos despossuídos. "Trata-se de um estado de emergência social", assinalou.

Setenta mil militares, homens e mulheres, do comandante-em-chefe aos soldados, enfermeiros, engenheiros, técnicos de todo tipo, somados a oitenta mil servidores públicos (funcionários dos ministérios de Defesa, Saúde, Agricultura, Infra-estrutura e Família) e milhares de civis voluntários formam um verdadeiro exército que está participando da primeira etapa do Projeto Bolívar 2000. Inicialmente prevista para durar 120 dias, na verdade essa importante mobilização, que adotou o nome do grande herói da independência e da integração latino-americana, não tem data para finalizar.

A meta é reduzir a lista de pacientes à espera de diferentes tipos de operações. Dos setenta mil militares que participam no plano, quarenta mil são especialistas da área de saúde e foram encarregados de dar suporte às campanhas preventivas contra doenças epidêmicas

e assistência à mulher. São, ainda, responsáveis pela infraestrutura hospitalar.

Além de médicos e cirurgias de emergência, as pessoas pobres estão recebendo medicamentos de forma gratuita.

Um dos primeiros resultados da mobilização foi a realização de uma triagem da população de rua e o seu recolhimento a albergues especiais, onde recebem alimentos, atenção médica e hospedagem. A situação de cada um deles é estudada para se encontrar uma

solução, que passa pela reintegração ao lar, se possível.

A união de todos

O presidente tem recebido muitas críticas, por estar tirando os militares dos quartéis. A todas elas ele responde: "Não estou militarizando o país. Estou convocando à união de todos para tirar o país da difícil situação em que se encontra. Convoco as crianças, os homens e as mulheres a se unirem a nós. As Forças Armadas têm que ser

o motor, junto com a população do desenvolvimento nacional." Hoje, há militares construindo auto-estradas, escolas, hospitais, cultivando a terra. A justificativa é a falha da democracia venezuelana em dar resposta às demandas sociais. "Em um país como o que herdamos, não há tempo para brincarmos de democracia. Devemos reinventá-la", disse Chávez.

"Temos incríveis índices de 80% de pobreza e 39% de pobreza extrema; 15% de de-

semprego¹; 37% de desnutrição infantil. Isto constitui um crime; mas não é hora de lamentações.

Vamos enfrentar essa situação e derrotá-la. O Projeto Bolívar 2000 se encarregará disso."

O presidente tem uma explicação ideológica para a sua determinação de engajar as Forças Armadas na luta social: "Sou um militar civilista, um cidadão soldado, de orientação profundamente democrática. Porém,

Uma Constituinte todo-poderosa

Por determinação do presidente Hugo Chávez, a projetada Assembléia Constituinte - o seu grande compromisso de campanha, que conta com o apoio de 70 por cento da população - terá plenos poderes. A convocação será aprovada por maioria simples daqueles que concorram às urnas. Os únicos limites da Assembléia - que em seis meses deverá ter pronta a chamada Constituição do ano 2000 - são os valores e princípios da história republicana do país e o respeito aos tratados internacionais e aos compromissos do Estado.

Seus 103 membros, três deles indígenas, a serem eleitos de forma nominal, também deverão respeitar os direitos humanos fundamentais e as garantias democráticas.

Entre o que se supõe que são passos em direção ao aperfeiçoamento democrático, há um surpreendente retrocesso, que inclusive contraria a doutrina de equilíbrio de gênero vigente na

Venezuela: não há nenhuma quota preestabelecida para a participação de mulheres entre os constituintes. "O machismo tem estado presente na fase preliminar da convocação; esperamos que suceda o contrário com os resultados da Assembléia", comentou Nora Castañeda, dirigente da Coordenação de Organizações da Mulher.

A nova Carta vai substituir a Constituição mais duradoura do país, a de 1961, que regeu o modelo político desde o restabelecimento da democracia em 1958.

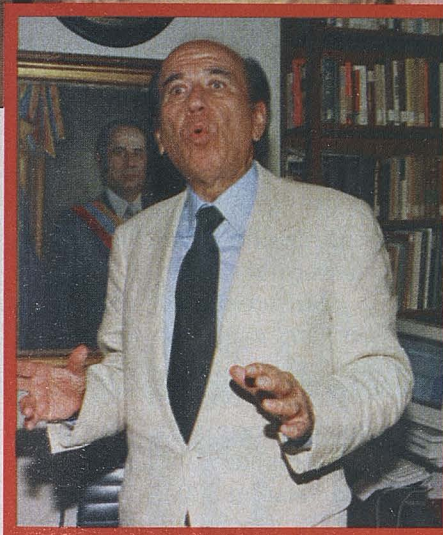
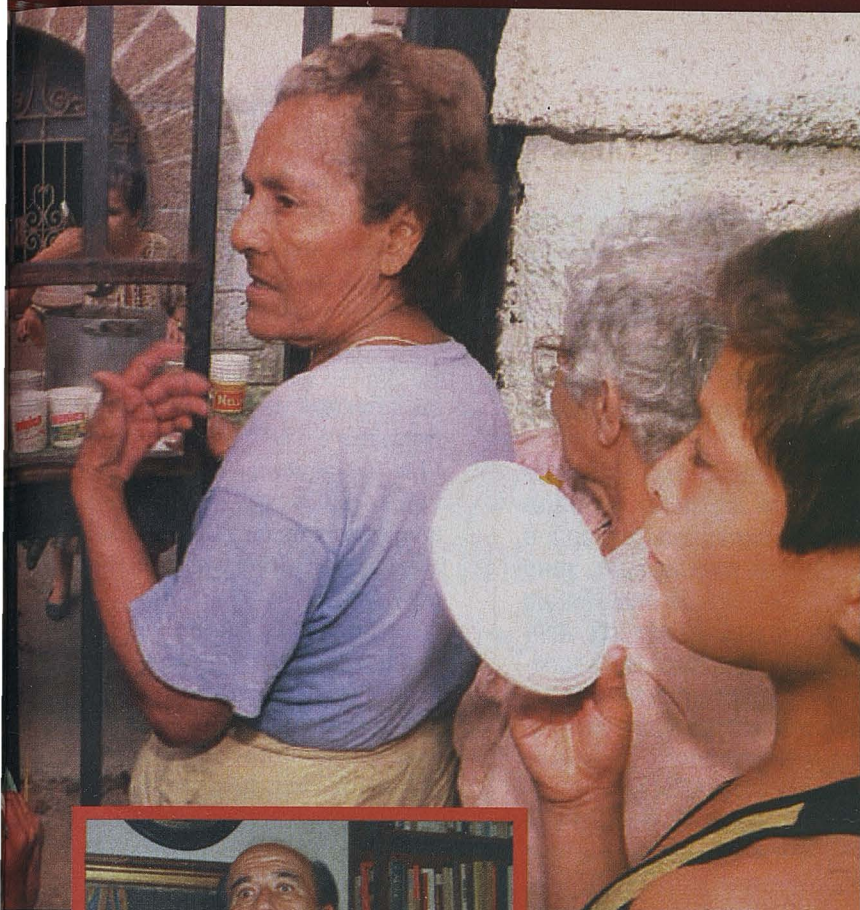
Não está previsto que, durante os seis meses de seu funcionamento, a Constituinte dissolva o Congresso instalado em 23 de janeiro passado, mas poderá limitar suas funções.

No entanto, uma vez promulgada a nova Carta Magna, à semelhança do que tem acontecido em outros países, inclusive na vizinha Colômbia, o Congresso atual provavelmente será dissolvido. Novas eleições legislativas seriam convocadas.

O 'impeachment' do ex-presidente Carlos Andrés Pérez, levou o então presidente Caldera a libertar Chávez, que se lançou candidato e venceu a eleição ao ser identificado com os mais excluídos

rejeito de forma terminante a pretensão de impor aos militares a condição de apolíticos. Não podem ser apolíticos, pois são cidadãos de uniforme. Política é uma palavra que vem do grego, *polis*, a cidade, a vida em coletivo. O que não podem é ter militância partidária. Nós estamos impulsionando desde o Palácio de Miraflores (o palácio presidencial), a palavra de ordem que os generais da independência levantaram há 140 anos, por terra e homens livres, eleições populares, igualdade, justiça e democracia".





Constituinte

Os ventos de mudança que sopram na Venezuela estão fazendo tremer o arcabouço político. Alguns observadores comparam a situação com a Itália do auge da "Operação Mãos Limpas". Lá, os partidos políticos tradicionais não conseguiram sobreviver. Na Venezuela, não parecem em condições de resistir.

Pela primeira vez na sua

história, o país terá um referendo nacional para a instalação de uma Assembléia Constituinte. Os velhos partidos, a Ação Democrática (social-democrata) e o Copei (democrata-cristão) que têm a maioria no Congresso, tentaram impugnar o decreto do presidente, mas fracassaram. A Suprema Corte o considerou constitucional. Assim, os

venezuelanos irão às urnas para decidirem si desejam ou não a instalação de uma Assembléia Constituinte, cujas decisões seriam inapeláveis, como desejava Simón Bolívar.

O novo Parlamento possivelmente terá uma única Câmara. As Assembléias Legislativas (estaduais) poderão desaparecer e as Câmaras Municipais poderão funcionar (e, conseqüentemente pagar salários aos vereadores) so-

mente três meses ao ano, como na Colômbia.

Com a convocação da Constituinte fala-se em uma "refundação" da República. E entre as propostas para a Quinta República há uma novidade: o mandato de todos os funcionários eleitos do Estado poderá ser revogável. Se a idéia for aceita, do presidente da República aos juízes, passando pelos parlamentares, todos os ocupantes de cargos eletivos no Estado poderão ser destituídos.

Tudo indica que, com a Constituinte, a Venezuela vai pôr em ação o "poder moral", corpo supremo e soberano, de decisões inapeláveis, proposto inicialmente pelo libertador Simón Bolívar, durante a Constituinte de Angostura, em 1819 (ver quadro).

O mandato presidencial poderá ser encurtado dos cinco anos atuais para quatro anos, com possibilidade de reeleição. Acompanhando a mudança, seria criado o cargo de vice-presidente, que não existe na Constituição atual, ou de primeiro-ministro.

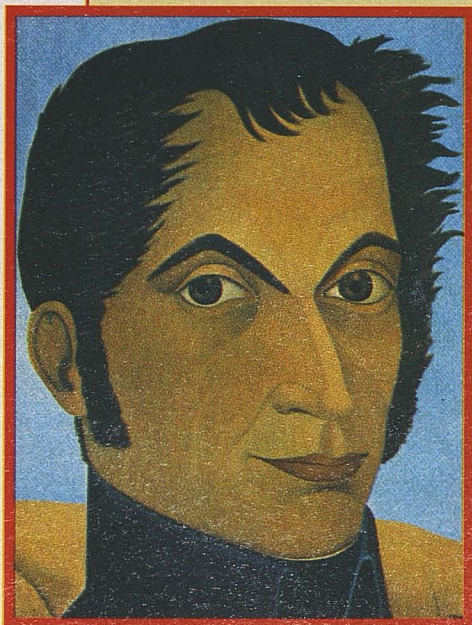
As raízes do furacão

Os antecedentes da atual situação estão na rebelião de um jovem tenente-coronel - comandante do Batalhão de Blindados - contra o governo legalmente constituído de Carlos Andrés Pérez, em 4 de fevereiro de 1992. Ele acusava o chefe de Estado de corrupção e entrega das riquezas nacionais. Com o *impeachment* do presidente Pérez dois anos mais tarde, sob o cargo de corrupção, o seu sucessor, Rafael Caldera, se viu forçado a anistiar e libertar da

AS IDÉIAS DE BOLÍVAR

Eu me encontro entre os seres mais favorecidos pela Providência, já que tive a honra de reunir os representantes do povo da Venezuela neste augusto Congresso, fonte da autoridade legítima, depósito da vontade soberana e árbitro do destino da nação".

Com essas palavras, Simón



Bolívar, o libertador de cinco nações sul-americanas e fundador da Bolívia, abriu o Congresso Constituinte que devia redigir a Carta Magna da II República da Venezuela, em 15 de fevereiro de 1819, em Angostura, hoje Cidade Bolívar.

"Meditando sobre o modo efetivo de regenerar o caráter e os costumes que a tirania e as guerras nos legaram, senti a necessidade de inventar um poder moral, tirado da Antiguidade e daquelas leis esquecidas que sustentaram por um tempo a virtude entre os gregos e os romanos", disse o libertador Simón Bolívar.

O poder moral da República proposto por ele residia em um presidente e quarenta membros, eleitos entre "os pais de família que mais se tivessem distinguido na educação de seus filhos, e muito particularmente no exercício das virtudes públicas". Sua autoridade seria independente e absoluta. Não haveria apelação de seus juízos e os seus membros se intitulariam pais da pátria.

O Poder Moral de Bolívar e que o atual governo venezuelano quer recriar, dispõe de uma segunda Câmara, dedicada à formação da cidadania e à educação das crianças e dos jovens.

prisão o "Comandante Chávez" (cuja pena era de 30 anos).

Assim, seis anos depois da rebelião, o jovem comandante (hoje com 44 anos) formado em Ciências Políticas pela Universidade Central da Venezuela, voltou à cena política com a força de um furacão. Se lançou

candidato à presidência com um movimento político embrionário, formado fundamentalmente por seus ex-companheiros de armas, que o seguiram no levante anticorrupção.

Aos poucos Chávez começou a ser identificado como

símbolo do descontentamento popular e sua candidatura cresceu. Em resposta, os dois partidos majoritários, inimigos tradicionais, se uniram em torno da mesma candidatura. Do seu lado ficaram, também, a grande imprensa e o sistema financeiro. Mas ele ganhou com 56% dos votos. E, hoje, as pesquisas apontam mais de 80% de apoio aos primeiros meses de seu governo.

Uma das iniciativas de maior impacto foi a de doar o salário de presidente e transformá-lo em bolsas de estudos para os melhores alunos. "Tenho uma pensão, de militar aposentado, que é suficiente para minha família", justificou.

A seguir, transformou a casa de veraneio da Presidência da República em uma creche e eliminou os guarda-costas de ministros e altos funcionários e mais de 500 automóveis e telefones celulares.

Mil servidores públicos que serviam a empresários e dirigentes políticos do antigo regime voltaram às suas funções originais. Dos 1.200 membros da guarda presidencial, ficaram 300.

Os demais foram deslocados para o Projeto Bolívar 2000.

1 Só na indústria, em 1998, mais de 60 mil trabalhadores perderam o emprego e desde o começo de 1999, nos diferentes setores, foram demitidas 50 mil pessoas, segundo dados da Confederação Nacional das Indústrias.

O lendário chefe das
Farc, Manuel
Marulanda, fala sobre
a troca de prisioneiros
e a negociação
entre a guerrilha e
o governo

Não queremos um novo Vietnã

Manuel Marulanda Vélez, mais conhecido como "Tirofijo" (Tiro Certeiro), lidera há mais de quarenta anos a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), tendo vivido desde então na clandestinidade. Ele é um mito, não apenas no seu país mas também no resto da América Latina. Dado muitas vezes como morto, na verdade ele sempre esteve nas montanhas da Colômbia, dirigindo o hoje poderoso movimento revolucionário que dialoga com os Estados Unidos e coordena as conversações de paz com o governo de seu país.

Esse "currículo" o transforma em um dos homens mais assediados pela imprensa internacional, mas ele raramente concede entrevistas. Abrindo uma exceção, ele rece-

beu no seu acampamento a jornalista Mariela Guerrero, da revista *Alternativa*, da Colômbia. Nas suas respostas, Manuel Marulanda explica como o movimento guerrilheiro vê o diálogo recentemente instalado com o governo e as motivações políticas que levaram as Farc a pegar em armas.

Aborda, ainda, um tema controverso e chave para o futuro da Colômbia, a questão das plantações de coca e papoula (matéria-prima da heroína) sem se recusar a responder à acusação de que a guerrilha obterá parte de seu financiamento das próprias drogas.

Trata-se de um depoimento de inegável importância para se entender a Colômbia de hoje, que **cadernos do terceiro mundo** reproduz com exclusividade.

O senhor era, junto com o presidente Andrés Pastrana, a principal figura da reunião de San Vicente, em fevereiro passado, quando se instalava o diálogo entre o governo e a guerrilha. O mundo todo, através das câmaras das TVs lá instaladas, aguardava o senhor. Mas o senhor não apareceu. Por quê?

MM — Ficamos sabendo que agentes dos comandos militares foram enviados para fazer um reconhecimento do terreno e procurar locais adequados para instalar franco-atiradores. Foram escolhidos alguns lugares altos, a ambos lados da Igreja, em frente à praça. Tiveram pouca sorte com o plano, porque alguém deles nos informou de tudo. Nos mostrou em detalhe, inclusive com mapas, como o plano estava desenhado. Podiam eliminar Pastrana e eu; não haveria nenhum problema.

Você acredita que alguém poderia tê-lo matado em San Vicente, rodeado de milhares de seus homens?

MM — No meio do povo é muito difícil detectar quem é pistoleiro. É difícil saber quem está sendo pago para isso e disposto também a morrer. Então o melhor é prevenir-se.

Estava convencido de que iam matá-lo?

MM — Fizemos isso com tantos companheiros... Não tenho nem direito de duvidar muito.

O que é essencial para se tratar nas mesas de diálogo?

MM — O importante é que se abriu uma frente política para buscar soluções para a crise social. Sobre essa base vamos trabalhar. Vamos ver em que resulta tudo isso. Se não resultar em nada, não entraremos em acordo e certamente esse capítulo se encerrará. Em primeiro lugar está a elaboração da agenda e a participação do povo.

Não se supõe que a negociação é entre os rebeldes e o governo?

MM — Os governos anteriores e este mesmo querem que seja entre rebeldes e governo, e que ninguém mais saiba do que estamos tratando. Mas nós queremos discutir diante do povo.

Como?

MM — Que na mesa estejam representados os partidos, os Poderes do Estado, a sociedade civil e todos os interessa-

dos em encontrar uma saída política para o conflito. Isso é o que temos dito. São os operários que têm que dizer qual é o seu problema e como acham que pode ser solucionado. Os camponeses têm que ser ouvidos sobre o problema da terra. Os estudantes devem estar representados. E da mesma forma com todos os segmentos sociais. O diálogo deve ocorrer diante do país e não às suas costas.

Não lhe parece muito ampla a agenda de negociação?

MM — Não. Trata-se de resolver todos os problemas. Para dar um exemplo, na mesa vamos expor o problema dos empréstimos nacionais e internacionais e o controle do dólar, temas extremamente complicados. E isso vai criar um problema, porque está em questão o poder econômico. Não podemos continuar admitindo que os empréstimos para os trabalhadores sejam a juros de 30 e até 40 por cento.

O governo vai ceder em todos esses pontos?

MM — Sabemos que a discussão será dura. Vamos discutir com o grande capital, que é preciso controlar. Mas não podemos permitir que o povo continue morrendo de fome, sem casa, sem transporte, sem teto, sem educação nem saúde, enquanto uns poucos possuem grandes fortunas. Isso tem que mudar. Não vai ser fácil, porque é o confronto com um Estado que nunca quis, nem quer hoje, ceder em nada.

A troca de prisioneiros é importante para as Farc?

MM — Sobre esse assunto devemos dar uma breve explicação. Como é notório, na Colômbia o confronto interno não é de agora, já tem anos. Em toda ação, na tomada de um povoado, em uma inspeção, ou o que seja, nossas forças capturam soldados. Temos como provar que há muitos anos viemos capturando policiais e soldados. Mas sempre que os capturávamos, conversávamos com eles e depois os mandávamos embora, com a incumbência de se apresentarem à polícia. Atualmente, o desenvolvimento da nossa infra-estrutura nos permite mantê-los detidos e em boas condições.

Qual é a sua proposta a respeito?

MM — Como neste país não existe uma lei que mencione a troca de prisioneiros, porque se trata de uma luta interna, propomos que o Parlamento faça um estudo e aprove uma lei de troca. Se não obtivermos uma solução política através do



“Não podemos permitir que o povo continue

morrendo de fome, sem casa, sem transporte, sem educação nem saúde, enquanto uns poucos possuem grandes fortunas”

diálogo, o confronto continuará. E também a captura de soldados; é natural. É preciso então achar uma solução para todos os prisioneiros: para os que eles capturam e para os que nós capturamos. Não é possível que alguns permaneçam detidos por 30 anos lá, e, outros, 30 anos aqui.

Por que a saída tem que ser uma lei?

MM — Já nos disseram: se quiserem fazemos um intercâmbio. Mas nós queremos uma lei. Nunca se sabe... O governo fala de paz, mas quem nos garante que, com a instalação do diálogo, em três meses já haja paz e condições de entregar os prisioneiros? Fazamos uma lei independente das conversações.

Enquanto isso, o que vai acontecer com os soldados?

MM — Estamos em condições de mantê-los o tempo que for preciso, e já temos cerca de 300 detidos.

E se não for possível a solução jurídica?

MM — Nós ficamos com os soldados.

E o que ocorre se o processo demorar?

MM — O número dos detidos vai aumentar. Eles, em um momento, levam oito, dez civis e afirmam: “prendemos 20 guerrilheiros e, dentre eles, um comandante graduado”. Em outra região levam 15 ou 20 e dizem: “capturamos 30 guerrilheiros muito importantes, culpados de tudo o que se passou neste país.” Mas, na verdade, a população civil é a que está sendo aprisionada. Guerrilheiros, têm muito poucos.

O tema dos paramilitares é parte da agenda?

MM — É um dos problemas a ser tratados. Vamos ver como o governo vai se colocar, porque os paramilitares são do Estado. Temos o caso do Batalhão de Caçadores. Os membros do Batalhão saíam uniformizados de um lugar chamado Los Pozos e acampavam. No dia seguinte, vestiam roupas civis, se deslocavam para uma estrada próxima e surgiam como paramilitares. Isso ocorre em todo o país.

Por que demorou tanto a instalação do diálogo?

MM — Durante a campanha eleitoral tornamos claro à



Os delegados das Farc, Fabian, Joaquin e Raul Reyes acenam ao lado do presidente Andrés Pastrana (3D), do presidente do Congresso, Fabio Valencia, e a ex-chanceler María Emma Mejía, em San Vicente del Caguán

opinião pública que estávamos dispostos a conversar tanto que se desocupassem cinco municípios e se desmontasse o paramilitarismo. Não podíamos aceitar a condição deles de dialogar em meio à guerra.

Era preciso poder conversar sem que os aviões nos pasassem por cima e caíssem bombas sobre nós, ali. O primeiro passo foi a desocupação com o compromisso de que dentro da área não haveria confrontação armada.

O presidente Pastrana aceitou a desocupação e a realizou. Mas vocês não ficaram satisfeitos. Por quê?

MM — Desocuparam La Uribe, Vista Hermosa, Mesetas e La Macarena, mas não São Vicente. Com um pretexto qualquer ficaram ali. Disseram que seria a residência do presidente da República, a sede de seu governo para os diálogos. Que iam deixar alguns interlocutores supostamente desarmados, que não tinham relação com o Exército. Inicialmente disseram que eram 130, mas nos demos conta de mais de 200. E os comandantes da Quinta Divisão e do Exército afirmaram que se manteriam ali por dignidade. E começou o desentendimento.

Como se resolveu o problema?

MM — Finalmente saíram os tais interlocutores. Estavam tão “desarmados” que foi preciso mandar-lhes helicópteros, caminhões e alguns aparatos mais. Viu-se nos noticiários os interlocutores “desarmados”...

Por que o governo acabou retirando os soldados?

MM — Sentiu uma pressão muito grande. Pastrana se comprometeu com um eleitorado de seis milhões de votos que lhe exige isso.

Há muitos dentro e fora da Colômbia que acham que vocês não estão interessados em fazer a paz...

MM — Nós somos os maiores interessados. Que bom seria se pudessem vir aqui o Banco Mundial, a Igreja, vir todo mundo, para ver como estamos trabalhando e de que precisamos. O governo infelizmente não concorda com isso.

Estariam dispostos a submeter-se a um processo de reintegração?

MM — Nós não estamos lutando para que nos dêem uma bolsa de estudo, uma casa ou um carrinho, não. Não se trata disso. Trata-se de que se produzam mudanças em benefício de um povo que vem sendo violentado há muitos anos. O povo compreende a nossa reivindicação. O fato da guerrilha ter crescido a nível de todo o território demonstra isso.

O que acontecerá se o diálogo fracassar?

MM — Estamos abertos a outras possibilidades. Independente do que se consiga na mesa de negociações, estamos prontos a continuar defendendo as nossas bandeiras.

Nesse caso, a guerra continua?

MM — Isso é o que quero esclarecer. Há um espaço para conversar. Vão dizer: bem, estão conversando, no entanto há confrontação. Isso é o que existe até agora. Mas, se avançarmos dentro da plataforma mínima de reivindicações de forma sustancial, então será já possível pensar em um cessar-fogo. Mas enquanto isso, não há meio.

E sobre que bases fariam esse cessar-fogo?

MM — Ainda não chegamos a nenhum ponto de acordo que o permita. Essa é a questão.

As Farc pretendem ser consideradas como forças beligerantes?

MM — Na verdade nós somos a autoridade em uma grande parte do território nacional. Você vai a uma delegacia de polícia, chegam dois guerrilheiros e o delegado lhes diz: tenho um problema e necessito de sua ajuda para resolvê-lo. A autoridade nesses territórios é a guerrilha. Os prefeitos não trabalham enquanto não conversem com a guerrilha sobre como

deve ser o seu governo. Na prática, nós somos outro governo dentro do governo. Por isso estamos buscando o reconhecimento como força beligerante.

O que significaria para as Farc serem reconhecidas como força beligerante?

MM — Enquanto não tivermos esse status para poder estabelecer relações com o governo, não podemos aceitar certas intervenções de organismos internacionais.

A propósito, o recente encontro entre o porta-voz das Farc, Raúl Reyes, e representantes do governo dos Estados Unidos na Costa Rica despertou muitas suspeitas. A posição das Farc a respeito da política norte-americana se alterou?

MM — As Farc quiseram mostrar ao mundo e também aos norte-americanos que não vivem do negócio das drogas. E que estão dispostas a convidá-los a vir à Colômbia para que vejam as razões pelas quais os camponeses fazem esses cultivos. Para que vejam por eles mesmos que essas pessoas não têm outra alternativa.

Nós os convidamos a ir a Magdalena Medio, à região do Castaño, a Córdoba, a todas as regiões onde há cultivos, não só de coca, mas de papoula. A imprensa só mostra os cultivos do sul do país, mas há outros territórios imensos de produção de matéria-prima para a droga.

Falou-se que vocês podem ajudar a solucionar o problema da coca. Como seria?

MM — Para o governo erradicar a droga, tem que elaborar um plano de desenvolvimento para os camponeses. É a nossa única reivindicação. Milhares de camponeses, que não têm nenhuma proteção do Estado, vivem da droga. Os traficantes tiram proveito deles. Por isso já exortamos o governo a elaborar planos que permitam erradicar a coca com base na troca desse cultivo por outros. Eu disse aqui ao camarada Raúl (Reyes): homem, proponha aos organismos internacionais que, se confiarem em nós, depositem uma verba e nós nos comprometemos a acabar com o cultivo de coca em tal município.

Como se pode acabar com esses cultivos?

MM — Conseguindo um grupo de agrônomos muito bons que digam o que se pode produzir ali, se arroz, cacau, milho, algodão, etc. De acordo com a orientação deles, iniciá-los, com essa verba, a substituição dos cultivos de



“Nós somos a autoridade em uma grande parte do território nacional.

Os prefeitos não trabalham enquanto não conversam com a guerrilha. Nós somos outro governo dentro do governo”

droga por outros. Quando o segundo começar a produzir, o outro também já terá terminado. Não é usando balas ou lançando bombas sobre os camponeses, nem queimando suas sementeiras e deixando a terra estéril que vão conseguir nada. Eles querem nos convencer de que nós temos que erradicar os cultivos. Não. É o governo que tem que assumir a sua responsabilidade. Nós não somos governo ainda. Quando formos, o faremos.

E enquanto isso, tiram proveito dos cultivos ilícitos?

MM — Ah, sim, dizem que é disso que nós vivemos. Inclusive a política oficial é de que acabando com a coca, vão acabar conosco. Como se essa fosse a nossa base revolucionária. Em todos os documentos do governo se afirma isso. Mas as raízes do movimento guerrilheiro não estão na coca e sim nos problemas sociais, econômicos e políticos deste país.

Que interesse têm os Estados Unidos nesse processo?

MM — Nós dissemos que o fenômeno do narcotráfico não diz respeito só aos países produtores, como a Colômbia, mas principalmente aos consumidores. E entre eles, um dos maiores são os Estados Unidos. Na medida em que os EUA entendam isso, terão que rever a sua política de enviar dinheiro aos militares, ao Exército e à polícia colombiana para uma luta que não se trava contra o narcotráfico, mas que é, na verdade uma intervenção nos assuntos internos do nosso país. Isso é o que esperamos. Queremos evitar que a Colômbia se transforme em um novo Vietnã.

De que forma?

MM — Que a Colômbia possa desenvolver seu próprio plano econômico e social e que as organizações internacionais deixem os colombianos resolverem seus próprios problemas.

Vocês vão tornar a se reunir com representantes do governo norte-americano?

MM — Sim, quando se considere necessário.

No Congresso dos Estados Unidos houve fortes críticas à reunião dos representantes de Clinton e das Farc. Não acha que foi um encontro bastante incomum?

MM — De certo modo, sim. Eles mesmos frisaram que não é usual para seu governo reunir-se com organizações

insurgentes como a nossa. E nós ainda nem havíamos começado a discutir com o governo. Sabemos que não foi fácil tomar essa decisão, mas isso também nos leva a pensar que dentro do Departamento de Estado há um setor que considera necessário ver com mais realismo o que acontece no mundo.

Para nós também não foi fácil tomar a decisão de falar com os representantes da nação que manteve todos os nossos povos submetidos e que continua impondo políticas nesse sentido. Mas o fizemos, estamos satisfeitos de ter conversado com eles e queremos continuar essas relações.

Vocês disseram que pensam em criar um novo grupo político chamado Movimento Bolivariano. Que tipo de associação será?

MM — Quando conseguirmos neste país alguns acordos que realmente sejam positivos, temos que aparecer como uma grande força de massas para ir à praça pública. Será um movimento político surgido de uma organização armada. O movimento surgiu nas estradas, nos povoados, em todos os lugares onde há muito povo, defendendo a nossa plataforma.

Participarão abertamente de um processo eleitoral?

MM — O Movimento Bolivariano terá que ser clandestino até que se dêem as condições para agir legalmente.

Como estão as relações das Farc com o Exército de Libertação Nacional (ELN)?

MM — São boas, ainda que não muito estreitas. Na verdade, um pouco

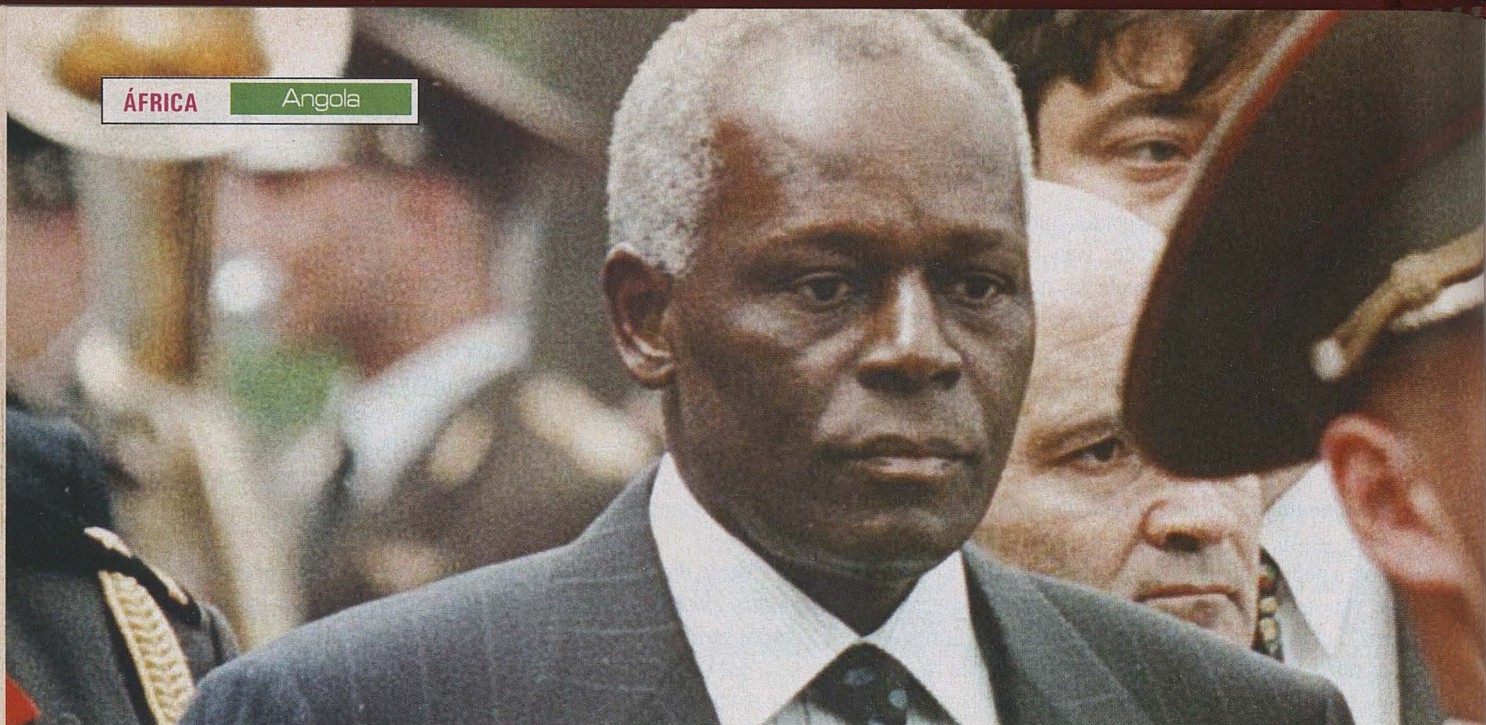
frias. Atualmente lhes propomos o que chamamos de princípio solidário de ação: que quando eles estejam lutando nós os ajudemos e vice-versa. Estamos buscando pontos de convergência com eles.

Vocês não acham que o socialismo fracassou? Que tipo de modelo desejam para a Colômbia?

MM — Em primeiro lugar, quando tomaremos o poder, nem que mudanças se terão produzido no mundo nesse momento. Mas queremos para os colombianos uma sociedade que tem que recolher todas as experiências do campo socialista. É bom pegarmos todas as experiências, boas e ruins, partindo do fato de que a Colômbia é muito diferente de todos os outros países com experiências socialistas. Estando já quase no século XXI, as Farc não podem repetir erros que outros tenham cometido. ■

“O narcotráfico diz respeito aos países consumidores. Na medida em que os EUA entendam isso, terão que rever a sua política de enviar dinheiro aos militares colombianos”





O presidente Dos Santos (dir.) acusou a Unita de trair os compromissos do Acordo de Lusaka e mergulhar o país na guerra

Modernas armas compradas no mercado negro com dinheiro dos diamantes facilitaram à Unita o lançamento de ofensivas militares que levaram esse rico país africano a afundar mais uma vez no conflito interno

De novo, a GUERRA

Maria da Graça Lima

O sonho dos angolanos de viver em paz depois de 22 anos de conflito acabou. O Protocolo de Lusaka - assinado na capital zambiana em novembro de 1994 pela União Nacional para a Independência Total de Angola, Unita, e o governo do MPLA - foi rompido por Jonas Savimbi e o rigor da guerra se faz sentir novamente. Com o governo e a Unita enfrentados no campo de batalha, organizações religiosas e não-governamentais acreditam ser iminente uma crise humanitária no país.

No Norte, as sabotagens e os ataques armados da Unita tinham provocado, até dezembro, mais de meio milhão de refugiados internos e centenas de mortes. Mas foi em dezembro que começou a grande ofensiva da Unita nas províncias de Bié e Huambo. Mais de vinte mil de seus homens participaram das operações, utilizando tanques, blindados, canhões e artilharia de longo alcance.

Os rebeldes controlam a maior parte das províncias de Uíge e Malange

- incluindo áreas ricas em diamantes, cuja exploração ilegal explica as cifras colossais que foram utilizadas na compra de armamento - e não abrem mão do controle militar sobre essa região. Aliás, os planos de Savimbi não se limitam à exploração dessas ricas províncias: tomando as cidades de Cuito (em Bié) e Huambo, ele almeja avançar para outras províncias e controlar finalmente Luanda.

Fontes do governo acreditam que o armamento pesado utilizado na ofensiva foi comprado nas ex-repúblicas soviéticas (na Ucrânia, principalmente), nos círculos remanescentes do *apartheid* sul-africano e em países africanos como Burkina Faso, Ruanda e Uganda.

O presidente Dos Santos reagiu à ofensiva não só com medidas no plano militar - onde o governo afirma controlar a situação - mas de ordem política. Promoveu profunda reforma no Executivo, eliminou o cargo de primeiro-ministro e criou a Comissão Permanente do Conselho de Ministros para gerir os aspectos sociais e econômicos da crise.

O novo gabinete tem como ministro da Defesa o até então governador da província de Huila, Kundi Payhama. O presidente afirmou que a nova equipe estava assumindo em uma fase crucial da vida do país, quando "é necessário destruir de uma vez por todas a máquina de guerra de Savimbi, como foi expresso por unanimidade pela Assembleia Nacional. Em outras palavras, fazer a guerra pela conquista da paz".

Violações

O Acordo de Lusaka previa que uma parte dos efetivos da Unita devia ser integrada nas Forças Armadas e na Polícia Nacional; que todos os territórios ocupados pela Unita deviam ser devolvidos ao governo e que os 70 deputados de Savimbi (eleitos na consulta popular que o líder rebelde desconheceu) retomariam suas cadeiras no Congresso. O chamado Governo de Unidade e Reconciliação, seria, assim, um governo de coalizão.

Mas, há vários anos, o governo angolano vem denunciando que Jonas Savimbi se recusava a entregar as armas e abandonar as áreas sob o seu controle. Em carta dirigida a Annan em novembro de 1998, Dos Santos assinalava que Savimbi ainda controlava 30 mil efetivos, apesar dos vários planos da ONU para desarmar os rebeldes e brindá-los com cursos de capacitação para o retorno menos traumático à vida civil. O presidente afirmava, ainda, que a "conduta e atitude de Savimbi não mudarão nunca", e deixava entrever que seria iminente alguma reação drástica de seu governo, cansado do jogo sujo de Savimbi.

De fato, apesar de a ONU ter declarado em 1997 que a Unita estava "totalmente desarmada", em março de 1998 as ações militares desencadeadas por Savimbi já atingiam quase todas as províncias do país. Um oficial da Unita capturado em dezembro na cidade de Cuito, Boaventura Vito Chingucado, afirmou que Savimbi começou a reorganizar-se militarmente e a aumentar seus efetivos em 1996 e que fazem parte de suas tropas "mercenários brancos que falam russo, possivelmente ucranianos".

Os capacetes azuis da ONU foram impotentes diante das manobras dos rebeldes. Fontes diplomáticas assinalam que foi triste e até patética a cerimônia realizada em Luanda, no começo de março, de despedida da Missão de Observação em Angola (Monua).

Em cumprimento à decisão do Conselho de Segurança da ONU, todos os efetivos saíram do país diante da ruptura dos acordos de Lusaka pela Unita e do reinício da guerra. Mais um fracasso das missões de paz da organização mundial, que vem a se somar aos graves questionamentos sobre a sua atuação no Iraque.

O embaixador de Angola em Portugal, José Patrício (ver matéria coordenada), denunciou que a Missão de Observação mostrou ser "de uma ineficiência extrema, para uma organização que afirmava gastar um milhão de dólares por dia em Angola". O diplomata disse não entender por que a ONU não

agiu no sentido de neutralizar a Unita, e acusou os Estados Unidos de serem complacentes com Jonas Savimbi.

Washington vetou recentemente no Conselho de Segurança um novo pacote de sanções da ONU à Unita, recomendado pelo enviado especial da organização a Angola, após a derrubada de dois aviões em dezembro em território controlado por Savimbi.

Uma resolução anterior do Conselho de Segurança tinha apontado a responsabilidade da Unita no agravamento da situação em Angola. "O fato de os rebeldes não terem honrado os compromissos do tratado de paz foi a principal causa da crise", afirmava o documento. A moção tinha sido redigida por Estados Unidos, Portugal e Rússia, os países mediadores do conflito.

As dissidências

No seio da Unita não há unanimidade em torno das posições intransigentes e belicistas de Savimbi. Prova disso foi o lançamento em setembro do ano passado de uma nova agrupação política, a Unita-Renovada, por parte de parlamentares do grupo rebelde.

A Unita-Renovada foi aceita pelo governo angolano como legítima participante do processo de paz e os seus dirigentes foram recebidos pelo presidente Dos Santos.

Ao mesmo tempo, o Parlamento angolano determinou que Savimbi deixasse de ser considerado interlocutor no processo de paz, perdendo o *status* especial de que dispunha.

Eugenio Manuvakola, antigo secretário-geral da Unita, passou a ser o interlocutor oficial. O outro líder da Unita-Renovada é Martiers Correia Victor, ex-sub-secretário-geral da organização. Através da nova agrupação Manuvakola e Martiers buscam promover a democratização da Unita. "O belicismo de Savimbi é fonte de crise permanente no país. A democratização da Unita é uma prioridade nacional", assinalou Manuvakola.



O presidente da França, Jacques Chirac visitou em Angola os campos minados, responsáveis pelas sérias mutilações de cinco em cada dez habitantes do país

Segundo o dirigente, após a iniciativa, "em todas as províncias milhares de soldados começaram a abandonar as trincheiras". Para ele, é hora de a comunidade internacional ajudar Angola a encontrar uma vertente econômica que permita absorver na produção esses milhares de militares e populares.

O chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama, disse estar atento aos elementos no seio da Unita que defendem a reconversão num partido político enquadrado no espírito do Protocolo de Lusaka. E acrescentou que Portugal se dispõe a cooperar estreitamente com Angola.

A Unita contou no passado com apoio do regime de minoria branca da África do Sul e dos EUA, mas os seus antigos aliados já não existem ou se afastaram do líder rebelde - denunciado na própria África pelo "genocídio" que promoveu em décadas de guerra civil.

Savimbi parece ter virado refém da lógica militar que ele mesmo incentivou. E poucos acreditam que tenha condições de sair vitorioso.

Desfazendo preconceitos

Anos de anotações de um observador-chave da diplomacia angolana dão como resultado um livro com revelações sobre o difícil processo de aproximação entre Angola e Estados Unidos

Micaela Ramada

O teste é fácil. Procuramos acompanhar durante alguns dias o noticiário internacional - na grande imprensa, no rádio e na TV - e comprovaremos que quase não há informação a respeito dos países do Terceiro Mundo. Pior é o resultado se formos procurar a origem da informação divulgada. Descobriremos que, salvo exceções, tem origem na Europa ou nos Estados Unidos. Nesse cenário, é relevante o papel desempenhado pelo jornalista angolano José Gonçalves Patrício, atual embaixador em Portugal, que lançou recentemente um documentado livro - *Angola-Estados Unidos, os caminhos do bom senso* - com a história do relacionamento político e diplomático entre seu país e Washington.

Patrício foi escolhido em 1991 pelo presidente Dos Santos para chefiar a Missão Permanente de Observação de Angola junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo da missão era, na verdade, construir as bases para a normalização das relações entre Estados Unidos e Angola.

Nessa altura, Patrício já cultivava o hábito de fazer anotações de tudo o que a sua função-chave de assessor do

chefe de Estado de uma nação em guerra lhe permitia acompanhar.

"Quando percebi a importância das transformações que vivia o meu país, comecei a escrever diariamente a respeito desses acontecimentos. Aliás, o meu trabalho junto ao presidente sempre tinha exigido fazer anotações, o que me motivou a sistematizar essa informação e apresentá-la em um livro".

Lançado há poucos meses, o trabalho mostra o processo de normalização de relações entre o governo do MPLA e a superpotência, sob a ótica dos angolanos. Tratou-se de "uma verdadeira batalha, como diz Patrício na orelha do livro, que culminou em maio de 1993 com o reconhecimento de Angola pela administração Clinton.

"Não me considero um historiador. Procurei dar uma contribuição para que a memória coletiva de Angola não se dilua. Tenho consciência de que a questão angolana foi registrada para a História unicamente a partir dos escritos e avaliações de estrangeiros. Isso, do meu ponto de vista, era uma limitação grave. Era preciso que os angolanos tomassem consciência também das suas responsabilidades. Muitos de nós tivemos o privilégio de sermos protagonistas de momentos de grande relevância para a História contemporânea do nosso país."

Quando chegou a Washington, Patrício dedicou-se a estudar o sistema político norte-americano. Para Angola era fundamental conhecer a estrutura do poder dos Estados Unidos e, aliás, ele dedica um capítulo do livro a essa matéria. "Tínhamos que conhecer o terreno que estávamos a pisar para, a partir daí, estabelecer um plano de ação. A desconfiança mútua era grande; nos olhávamos através das lentes desfoçadas da propaganda e era preciso encarar a nova realidade."

Por causa da Guerra Fria, os Estados Unidos marginalizaram Angola, mesmo quando já tinham estabelecido um diálogo com a ex-União Soviética. "Não só Angola como outros países africanos foram sacrificados durante a Guerra Fria pela lógica da confrontação dos dois blocos", denuncia.

O preconceito foi cedendo lugar ao respeito mútuo e em poucos anos os Estados Unidos passaram a desempenhar o papel de mediadores nas negociações que conduziram ao acordo entre Angola, Cuba e África do Sul. Assinado em 22 de dezembro de 1988, na Ilha do Governador em Nova Iorque, o acordo fez com que "os Estados Unidos percebessem que estavam a lidar com um governo responsável, capaz de adotar posturas flexíveis, que foram decisivas para se chegar ao consenso".

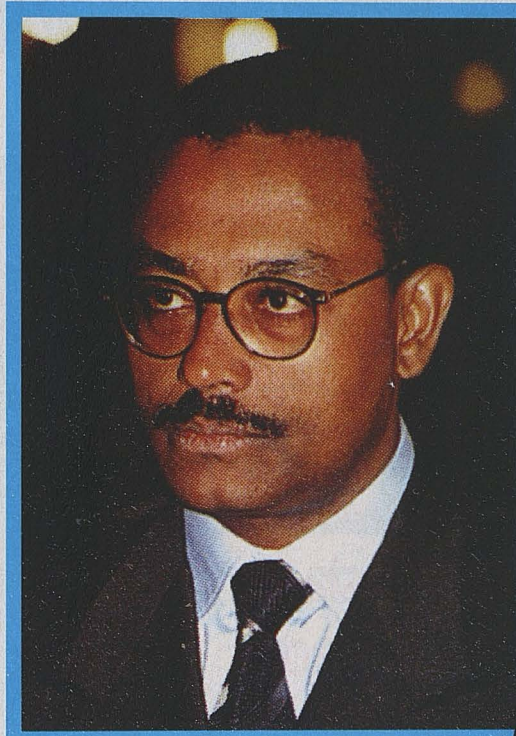
A partir daí, tudo foi mais fácil. Era a época da administração Reagan e um dos articuladores da política externa norte-americana era o professor Chester Crocker. Ele desenvolveu a chamada política de engajamento construtivo que tinha como eixo fundamental o *linkage*. Segundo essa política, em troca da retirada das tropas do governo racista sul-africano do sul de Angola, o governo de Luanda concordaria com a retirada do contingente militar cubano.

Ambas retiradas, por sua vez, eram a condição para definir-se um calendário de implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da

ONU sobre a independência da Namíbia. "Foi uma negociação complexa, mas permitiu desanuviar a situação na África Austral", diz o diplomata.

Geoeconomia

Patrício considera que hoje a geoe-



José Patrício, embaixador de Angola em Portugal

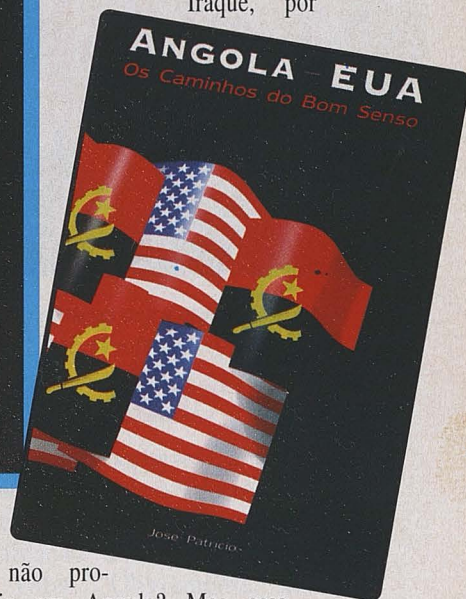
conomia tem um papel preponderante na diplomacia. Os Estados Unidos conhecem melhor que ninguém as potencialidades e riquezas da África Austral e não é por acaso que a região foi definida como uma das locomotivas do desenvolvimento para o próximo milênio.

"A situação em nosso país é complexa", assinala o jornalista. Ele acredita que é hora de o Conselho de Segurança das Nações Unidas aplicar novas sanções contra a Unita. "Elas não são um fim, mas um meio para levar a Unita a agir com bom senso".

Patrício pergunta com que base logística consegue a Unita continuar a

guerra: "Alguém a está ajudando. Esse é um tema sobre o qual a ONU deveria refletir", assinala. "Há muita complacência por parte da comunidade mundial em relação a um homem como Jonas Savimbi, que insiste em andar na contramão da História."

Patrício lembra que o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, quando do conflito entre os Estados Unidos e o Iraque, sublinhou que a diplomacia assentada na firmeza produz resultados muito eficazes. "Se produziu no Iraque, por



que não produziria em Angola? Mas essa firmeza não se aplica à Unita. São dois pesos e duas medidas? Isso não faz parte dos estatutos da ONU", denuncia.

Apos a assinatura do Acordo de Bicesse entre o governo do MPLA e a Unita, em 1991, em Portugal, foram realizadas as primeiras eleições em Angola. O MPLA venceu, mas a Unita, apesar de ter eleito uma boa bancada parlamentar, questionou os resultados, considerados limpos e justos pela ONU. Em 1992, a Unita voltou à guerra. Novas iniciativas de paz desembocaram na assinatura dos Acordos de Lusaka, em 1994, que deveriam ter posto fim às ações militares da Unita. Mas, não foi assim. ■

Momento de definições

Pressões externas e internas e o fortalecimento constante da resistência timorense levam o governo da Indonésia a aceitar a possibilidade da independência

Beatriz Bissio



O presidente da Indonésia, Bacharuddin Yusuf Habibie, marcou a data de 1º de janeiro do ano 2000 como prazo limite para se dar solução ao problema de Timor Leste, ex-colônia portuguesa invadida pelas tropas de Jacarta em 1975. E, perante representantes da Câmara de Comércio e Indústria de seu país, a-

firmou que se alguém lhe pedisse a opinião, "diria que o melhor é outorgar a Timor Leste a independência".

"Foi um ato de coragem", reagiu José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz e porta-voz da resistência timorense. Mas advertiu que as palavras devem ir acompanhadas de medidas concretas, entre elas a desmilitarização do território (incluindo o desarmamento dos grupos paramilitares e das milícias pró-

indonésias) e a retirada das tropas de ocupação.

"Pela primeira vez, há uma mudança real na postura de Jacarta", reconheceu o chanceler da Indonésia, Ali Alatas.

O governo indonésio autorizou a ONU a implementar um sistema de "consulta direta" que permita ao povo de Timor Leste optar entre "autonomia ampla" e "independência total". A pedido de Jacarta, a "consulta" não será chamada de referendo. Tra-



As pressões populares em prol do referendo em Timor Leste crescem na própria Indonésia, cujo governo usa a prisão do líder independentista Xanana Gusmão (foto à esquerda) como elemento de negociação com a resistência timorense

ta-se de uma questão tática, já que existem setores do governo preocupados com o precedente que criaria para outros territórios da Indonésia - que mostram "tendências secessionistas" - a realização de um referendo em Timor Leste. Temem - mesmo sabendo que se trata de situações diferentes - que se a ex-colônia portuguesa obtiver a independência ou a autonomia, províncias como Aceh, Irian Jaya, Bali e as Molucas poderão pressionar por acordos similares, levando à desintegração das mais de 13.000 ilhas que formam a Indonésia.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, defende a tese da realização da consulta em julho

ou agosto, para que as novas autoridades possam assumir até o início do ano 2000. A ONU deverá buscar os meios para que possam votar não só os timorenses do território anexado mas também os exilados na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e em Portugal.

O chanceler Alatas calcula que entre 600 mil e 800 mil pessoas que vivem em Timor Leste são possíveis eleitores e que há outros 30 mil eleitores timorenses espalhados pelos quatro cantos do Planeta. Esse fato vai criar problemas logísticos para a missão da ONU de cadastramento de eleitores.

Aliás, esse é um tema que suscita apreensões entre os na-

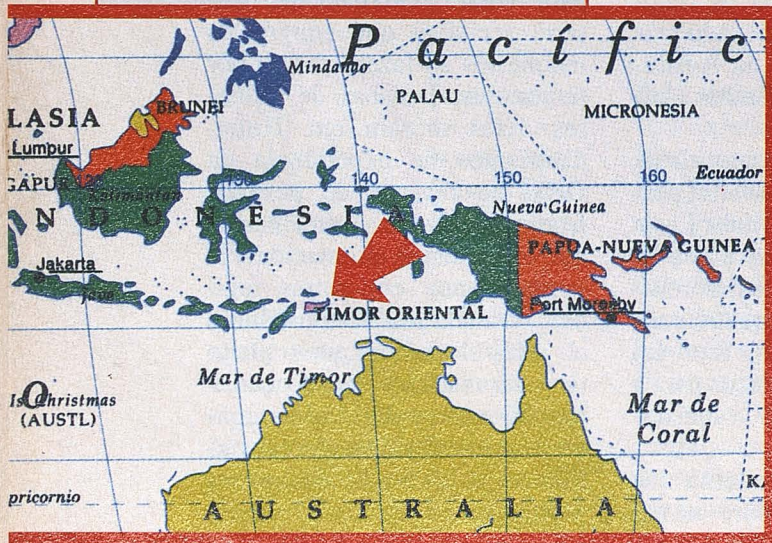
cionalistas timorenses: a transparência no processo de registro dos eleitores, com a correta identificação dos adultos aptos para votar. "Obviamente, não seria aceitável que emigrantes indonésios se fazem passar por timorenses. Dezenas de milhares deles moram em Timor. Confiamos na experiência da ONU no registro de pessoas, fruto de consultas semelhantes que o organismo internacional já supervisionou em outras regiões," assinala José Ramos Horta.

Mas ele lembra que o pleito deve ser realizado sem coação, e isso só será possível se se concretizar a retirada das forças militares e a libertação dos presos políticos.

Timor Leste foi colônia de Portugal até dezembro de 1975, quando tropas indonésias invadiram o arquipélago do Mar de Java para evitar que o movimento independentista assumisse o poder diante da retirada das forças coloniais. O território foi formalmente anexado pela Indonésia em junho de 1976, como 27ª província do país.

Quando foi invadido, a população de Timor Leste era de 650 mil pessoas, mas a repressão indonésia provocou, segundo fontes do CNRT, uns 200 mil mortos: quase um terço da população. As mortes foram consequência tanto da repressão como das doenças e a fome.

O agravamento da situação em Timor Leste deteriorou ainda mais a já deficiente assistência sanitária. Segundo o médico norte-americano Daniel Murphy, que dirige um programa de desenvolvimento sanitário no arquipélago, 62% dos timorenses apresentam um quadro de desnutrição, com uma média de 50 mortes por dia em consequência dessa situação.



Crescem as manifestações por Xanana, o Nelson Mandela timorense

As autoridades de Jacarta ainda não definiram a extensão do conceito de "autonomia ampla" que estão oferecendo aos timorenses, mas se supõe que equivale à liberdade em todos os terrenos menos na diplomacia, defesa exterior e assuntos financeiros. Nos rascunhos da proposta que circularam oficialmente, abria-se uma única exceção, no terreno diplomático: dava aos timorenses a possibilidade de optar por integrar formalmente a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A defesa exterior seria feita pelas Forças Armadas indonésias, mais conhecidas pela eficácia para conter conflitos internos do que pela atuação em relação a perigos externos. Daí as dúvidas quanto ao papel que teriam os militares indonésios caso a população timorense optasse pela autonomia.

A preocupação agora é evitar mais derramamento de san-

gre nos meses prévios ao referendo. Militantes da resistência denunciaram que Jacarta entregou armas aos grupos favoráveis à integração com a Indonésia. Segundo o comando militar indonésio, os defensores da anexação do território estão de fato recebendo armas, "mas essa medida é temporária e destina-se apenas a protegê-los de provocadores".

Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência de Timor (CNRT) e líder máximo da Fretilin, responsabilizou a Indonésia de espalhar a idéia de que a violência entre os seus compatriotas é inevitável. Segundo Xanana, com pouca sutileza Jacarta está buscando demonstrar que Timor Leste deve escolher "entre autonomia ampla e banho de sangue amplo". A Indonésia sempre justificou a sua presença militar em Timor alegando que a independência provocaria uma guerra civil. "Agora necessita das suas previsões se cumpram a qualquer preço", denunciou Xanana.

"Desde a invasão militar e posterior anexação pela Indonésia em 1976, até setembro do ano passado, os integracionistas jamais se sentiram ameaçados. Por que agora o estariam?", perguntou o líder independentista.

Em sua primeira visita à Indonésia desde a queda do ditador Suharto em maio de 1998, a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, se entrevistou com Xanana Gusmão. Ele foi autorizado a deixar a prisão domiciliar em que cumpre pena, para o encontro no Ministério do Exterior indonésio.

Durante os 35 anos que ficou no poder, o ditador Ali Suharto (1966-1998), recebeu apoio dos Estados Unidos, que fizeram vista grossa à invasão da colônia portuguesa, em 1975. Washington alegava que a independência de Timor Leste, sob o comando da Fretilin de Xanana, serviria à expansão do comunismo na Ásia.

Xanana, hoje com 52 anos, foi condenado em 1992 a prisão perpétua e, depois, teve a pena rebaixada para 20 anos de prisão. Foi acusado de atentar contra a segurança do Estado.

O recente relaxamento de sua prisão - ele foi transferido do presídio de segurança máxima de Cipinang, em Jacarta, para uma residência particular onde cumpre prisão domiciliar - faz parte das concessões indonésias diante da pressão internacional.

Kofi Annan tem defendido a idéia de que "a libertação de Xanana Gusmão pode ser uma peça-chave na solução do conflito que já dura 23 anos em Timor Leste. O chanceler Alatas, por sua vez, assinalou que "Xanana Gusmão só poderá ser libertado como parte de um acordo geral".

Na verdade, todos sabem que Xanana será o primeiro

presidente da nação, se Timor Leste obtiver a independência, um cenário a cada dia mais provável. Há muito que Xanana vem sendo comparado a Nelson Mandela, que, após a sua libertação, se converteu na figura-chave da negociação que levou ao fim o regime do *apartheid*.

Cresce o apoio à independência

Madeleine Albright disse durante a sua estada na Indonésia que é a favor do envio de tropas de paz da ONU a Timor para garantir a transição pacífica de poder na ex-colônia portuguesa. "A presença internacional deve ter como objetivo não simplesmente separar Timor Leste da Indonésia mas sim garantir sua coesão e viabilidade futura", afirmou, manifestando preocupação com o fato de o Exército indonésio estar armando as milícias timorenses con-

trárias à independência.

Nos dias em que a diplomata norte-americana visitava Jacarta, nas ruas de Dili, a capital de Timor Leste, centenas de pessoas partidárias da independência protestavam contra a Indonésia, acusando-a de insultar a violência.

Nas últimas semanas, a pressão interna sobre Jacarta para que conceda a independência a Timor Leste também está aumentando. Amien Rais, líder do opositor Partido do Mandato Nacional e um dos principais candidatos indonésios nas eleições presidenciais de 7 de junho, reconheceu durante recente visita a Nova Iorque que "a maioria do povo de Timor Leste deseja a independência" e adiantou que, se resultar eleito, dará a independência tão rápido quanto possível, se essa for a vontade expressa na consulta popular. E libertará imediatamente

Último momento

Quando esta edição estava fechada, a onda de violência em Timor Leste se agravou. Novos assassinatos cometidos em Dili pelos grupos para-militares pró-Indonésia provocaram um verdadeiro massacre de cidadãos que defendem a independência.

O primeiro-ministro da Austrália, John Howard, acusou as tropas de Indonésia de ter fracassado no dever de conter os crimes e o premier português, António Guterres, foi mais direto: disse que a Indonésia era culpada pelas mortes. Enquanto isso, a ONU está sendo pressionada a enviar tropas a Timor Leste, para conter a violência e assegurar um clima de convivência que permita a realização da consulta popular em julho. O presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos dias do massacre se encontrava em Lisboa, disse que o Brasil poderá enviar tropas a Dili, como parte de uma força de paz na região.

Xanana Gusmão, a quem definiu como "o verdadeiro líder do povo de Timor Leste".

Diante desse cenário, a violência pode ser a única justificativa a ser acenada pelos setores mais duros do governo da Indonésia para recuar nas concessões que os seus representantes vêm fazendo nas negociações com Portugal, acuados pela crise interna e as crescentes pressões internacionais.

Jakarta não ignora que os timorenses confiam a cada dia menos nas autoridades de ocupação - representadas fundamentalmente pelo aparato repressivo - e que na mesma proporção desse desgaste aumentam a influência e a credibilidade do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT).

Combatendo há décadas pela independência, o CNRT atuava na clandestinidade. Mas, com a abertura política na Indonésia, após a queda de Suharto, abriu um escritório em Dili em meados de 1998. Segundo o coordenador-geral do CNRT, Domingos Soares, as pessoas vão a esse escritório para pedir ajuda perante todo tipo de problemas.

Vasco Jacinto Ximenes, por exemplo, procurou o CNRT e

O futuro do petróleo

A possível independência de Timor Leste preocupa as companhias de petróleo e gás que têm interesses nas ricas jazidas da plataforma marítima do arquipélago, situadas entre o norte da Austrália e a Indonésia.

Em agosto de 1998, pouco após a renúncia do ditador indonésio Ali Suharto, um representante da maior companhia mineira australiana visitou sigilosamente Xanana Gusmão, então detido na prisão de segurança máxima de Jakarta. E que tema poderia ter suscitado essa visita a não ser o Tratado de 1989, que dividiu a riqueza da plataforma marítima de Timor, estimada em bilhões de dólares, entre Austrália e Indonésia?

Várias companhias estrangeiras exploram as jazidas do local, e os maiores ganhos provêm dos três trilhões de pés cúbicos de gás de Bayu Undan.

A resistência de Timor Leste sempre afirmou que, se chegasse ao poder, respeitaria os contratos existentes. Mas sabe que a independência daria ao novo governo de Dili o direito a renegociar o Tratado com as autoridades australianas e com as multinacionais para obter uma participação maior nos benefícios.

Os planos dos nacionalistas são estabelecer uma sólida economia agrícola para alimentar a população e ainda obter divisas com as exportações de café e a pesca, além de explorar o veio estratégico do turis-

mo. Mas observadores diplomáticos assinalam que as receitas obtidas com a exploração dos recursos petrolíferos e minerais da plataforma marítima de Timor, estimados em até 11 bilhões de dólares, seriam vitais para o Estado independente.

O orçamento anual de Timor Leste está calculado em 150 milhões de dólares, quase totalmente procedentes de Jakarta. Mas, como é óbvio, a Indonésia já afirmou que a independência significaria o fim imediato do apoio financeiro de seu país. Assim, Timor Leste, que só arrecada uns poucos milhões de dólares através de impostos, dependerá em grande medida, pelo menos durante os primeiros tempos, do apoio internacional.

Em entrevista à revista Asiaweek, o Nobel da Paz José Ramos Horta, vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, assegurou que Canadá, Estados Unidos e países europeus já se comprometeram a apoiar financeiramente Timor Leste independente.

Durante a sua visita a Jakarta, o chanceler australiano Downer também prometeu que Canberra brindaria a Timor Leste uns 100 milhões de dólares em subsídios anuais, caso venha a se separar da Indonésia. É provável que soldados, policiais e civis australianos sejam enviados a Timor Leste no começo do próximo ano como espinha dorsal de uma força de paz das Nações Unidas para ajudar a manter a ordem e reconstruir a infra-estrutura civil do país.

não as autoridades "apropriadas" quando foi atacado e roubado por três desconhecidos. "Não procuramos nem a polícia nem os militares porque não fazemos nada", disse Ximenes, que é estudante universitário e perdeu 800 dólares, além de ter sofrido lesões graves, no assalto de que foi vítima.

Ximenes denunciou o seu caso ao CNRT porque suspeita que seus agressores tiveram motivações políticas. Ele e mais cinco pessoas foram atacadas quando regressavam da localidade de Bacau e acha que os que o roubaram buscavam intimidá-

lo para que não falasse sobre a tensa situação que se vive naquele lugar, devido aos enfrentamentos entre partidários da anexação e defensores da independência. "Acho que não querem que pessoas alheias a essa área saibam o que está acontecendo. Por isso atacam qualquer visitante", afirmou.

"O povo não considera os integracionistas capazes de resolver problemas individuais nem comunitários", afirmou I-sabella da Costa Pereira, presidenta da Comissão para as Vítimas da Violência e Pessoas Desaparecidas (Kontras). "O



Bacharuddin Yusuf Habibie:
posição dúbia diante das pressões

CNRT é cada vez mais popular aqui", assegura Francisco da Costa Gutierrez, do Grupo de Estudos sobre Timor Leste.

Nos últimos meses a violência recrudesciu no território. Kontras informou sobre pessoas desaparecidas por causa de suas vinculações com a resistência armada.

Xanana se reuniu em 11 de março com João da Silva Tavares, a quem Alatas definiu como "o principal representante da facção armada do movimento integracionista". No encontro, ambos os líderes acertaram um cessar-fogo e o compromisso de buscar uma solução pacífica para as suas diferenças. Mas não é o que está acontecendo. Membros da milícia pró-

Madeleine Albright encontrou Xanana



José Aparecido: 'Uma posição atuante'

O jornalista José Aparecido de Oliveira, ex-ministro da Cultura e ex-governador do Distrito Federal, foi também embaixador do Brasil em Portugal. Distinguiu-se como idealizador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e continua muito atento aos acontecimentos nessa área. Tem sido um dos mais ativos lutadores internacionais pela causa da independência de Timor Leste.

Quando se divulgaram as notícias sobre o agravamento da situação naquele território, com a ameaça de a Indonésia devolver à prisão o seu líder, Xanana Gusmão, José Aparecido divulgou uma nota em que ressalta a luta daquele povo pela independência, enfrentando a violência da repressão indonésia.

Sobre a posição do governo brasileiro, ele faz as seguintes considerações: "Infelizmente, as previsões pessimistas se confirmam: Xanana Gusmão continua preso, em domicílio oficial. A situação em Timor deteriorou-se recentemente, havendo indicações de que pode levar a novos conflitos civis. O chanceler indonésio, Alatas, em recente visita a Moçambique, reconhecendo a existência de fortes resistências à ideia de independência de Timor Leste, em certas áreas do governo, instou o líder Xanana Gusmão a abandonar a exigência de presença permanente das Nações Unidas em Timor Leste, no período das consultas, o que é um mau sinal.

O interesse do Brasil em Timor Leste não se situa na linha de nossas melhores tradições diplomáticas, em obediência a princípios de direito internacional consagrados, como se baseia no fato de partilharmos a mesma língua e origens lusas comuns.

Itamar Franco, com a sua experiência e sensibilidade, quando embaixador em Lisboa,

manifestou a firme solidariedade do Brasil ao povo de Timor Leste, e o Itamaraty até hoje mantém essa orientação, que se traduz em apoio nas Nações Unidas. O reconhecimento da importância do papel do Brasil foi testemunhado, também, pelo convite a mim dirigido para pronunciar a laudatio do bispo Dom Ximenes Belo, quando da outorga do título de Doutor Honoris Causa àquele ilustre prelado e Prêmio Nobel, da Universidade de Évora, em Portugal, no ano passado.

É importante que a comunidade internacional se mantenha atenta e vigilante na defesa de uma solução para Timor vinda da vontade do seu povo, expressa livremente em eleições ou referendo, com acompanhamento e presença das Nações Unidas.

A participação das Nações Unidas e da comunidade internacional, esta através de observadores, deve iniciar-se antes mesmo das eleições, na fase dos preparativos, e prosseguir algum tempo depois, a fim de que possa assegurar a lisura do processo decisório.

Não se deve permitir que, aproveitando-se da crise do Kosovo - que está ocupando a atenção da Europa, dos Estados Unidos e das Nações Unidas - a questão de Timor seja colocada na penumbra, e que se afrouxem as pressões sobre o governo da Indonésia com vistas ao cumprimento do compromisso de garantia de livre manifestação da vontade do povo timorense, na escolha dos destinos de sua terra.

É crescente entre nós o sentimento de que o Brasil deve manter posição cada vez mais atuante nos esforços para dar solução à questão de Timor, fazendo valer a livre vontade do seu povo, inclusive por estar em jogo seu prestígio como país de língua portuguesa com maior população no mundo."

Indonésia massacraram no começo de abril mais de vinte civis, segundo fontes da Igreja.

Como consequência do ataque, Xanana exortou os seus seguidores a tomarem novamente as armas e promoverem uma "insurreição". E denunciou a tentativa de Jacarta de "solapar a possibilidade de uma solução pacífica". Trata-se, sem

dúvida, de um retrocesso. Mas, na comunidade internacional existe a convicção de que o processo em Timor Leste no rumo de uma solução avançou até um ponto que o torna irreversível. A um altíssimo custo em vidas e sofrimentos, mais cedo do que tarde, os timorenses terão assegurado o direito de escolher o seu destino. ■

Punição por heresia

M. Venugopala Rao

A Iugoslávia está sofrendo o castigo do qual conseguiu escapar na época de seu grande líder, Josip Broz, mais conhecido como Tito. Castigo, em primeiro lugar, por ter rompido com a União Soviética de Stálin. E em segundo, por recusar-se a se tornar um "vassalo dos norte-americanos" (era esse o destino previsto pelos stalinistas).

Os muçulmanos de origem albanesa do Kosovo são, neste ano de 1999, meras peças de um jogo de poder, revivido hoje pelas grandes potências européias e que se alastra há vários séculos, pelo controle da região dos Bálcãs. O quadro ficou mais complexo ainda com o colapso soviético e a fragmentação da Europa Oriental.

Os kosovares encaram agora sua extinção virtual entre o impulso expansionista da aliança militar do Atlântico Norte, a Otan, em sua terra natal e a última resistência sérvia para manter sua soberania e assumir o *status* de potência independente na região.

Parte da frota russa no Mar Negro deslocou-se para o Adriático, para "ficar de olho" na armada dos EUA - que bombardeia a terra natal dos sérvios. O quadro mostra lições perigosas à Índia e ao Paquistão.

Enquanto os russos apresentam sérios problemas de segurança com os EUA, a Otan expande suas fronteiras, com o objetivo de manter a Rússia do lado oriental de uma linha traçada entre Sttetin (Polônia) e Trieste (Itália).

A China, por sua vez, está preocupada com os planos norte-americanos de montar um sistema estratégico de mísseis no Extremo Oriente, que possa neutralizar os mísseis de Beijing de longa distância.

Embora empobrecida, a Rússia

Ter ousado em não se alinhar aos EUA nem aos soviéticos pode ter sido audácia "excessiva", que até hoje marca o destino da Iugoslávia e da Índia

ainda tem uma capacidade de defesa razoável, que põe os Estados Unidos e seus aliados em guarda. Rússia e China estão tentando recuperar o terreno perdido em novas estratégias de defesa na Ásia Central e Oriental. Índia e Paquistão estão, assim, sob a mesma pressão de entrar em alianças estratégicas, formais ou não.

Uma proposta russa para que Índia, Rússia e China componham uma tríplice parceria, deveria ser possível e trabalhada. Os três possuem sociedades multiétnicas e multidemográficas. Isso, sugere-se, os ajudaria a fazer frente ao Japão, no Oriente, e aos Estados Unidos e à Europa, no Ocidente.

Washington deve estar informado sobre a natureza desses contatos. Índia e Paquistão não podem, portanto, desconsiderar as possíveis pressões norte-americanas por uma base nessa região.

Os casos de Cachemira e Kosovo são semelhantes. Assim como Kosovo, as potências ocidentais, especialmente os EUA e a Grã-Bretanha, estão interessados em Cachemira há muito tempo.

As pressões não diminuirão até que Índia e Paquistão aprendam a resolver por eles mesmos as questões bilaterais. Devem aprender, como Tito aprendeu a duras penas, a lidar racionalmente com a oferta inicial proposta por Rússia e China e a não se tornarem marionetes dos Estados Unidos. Devem aprender também que, mesmo na mais suscetível

das diplomacias, uma certa dose de transparência ajuda. Tito entendeu que "nada de bom pode ser feito através do terror", como ele disse para uma delegação de Kosovo, em março de 1951.

Ele falava do terror stalinista, mas também estava ciente do terror dos norte-americanos e de seus aliados. O mesmo deveria se aplicar aos *partizans* kosovares.

A idéia de uma Federação Balcânica cogitada inicialmente antes da Primeira Guerra Mundial e revivida pela Iugoslávia de Tito - para evitar que a área se tornasse uma arena de conflito dentro da Europa, foi abafada por objeções soviéticas e anglo-americanas.

A proposta de Nehru para algum tipo de federação asiática, em 1947, foi posta a pique pela China e pela manipulação anglo-americana dos pequenos países asiáticos recentemente livres.

O Movimento dos Países Não-Alinhados como base para a paz, a autodeterminação e a auto-suficiência econômica tomaram forma quando Tito encontrou-se com Nehru em 1954. Ambos declararam a sua adesão ao não-alinhamento como política oficial.

De fato, a primeira semente do não-alinhamento, definida na reunião de Belgrado de 1961, tornou a política mais substancial, nas palavras de Nehru, como "um esforço de criar uma espécie de 'terra sem guerra' entre os blocos militares e para providenciar uma mesma base para a cooperação numa conferência de paz".

A falha do movimento em viver coletivamente à altura desses objetivos é uma importante razão para o desespero que domina hoje esses países. ■

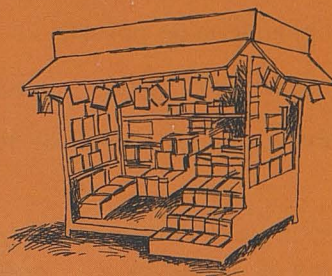
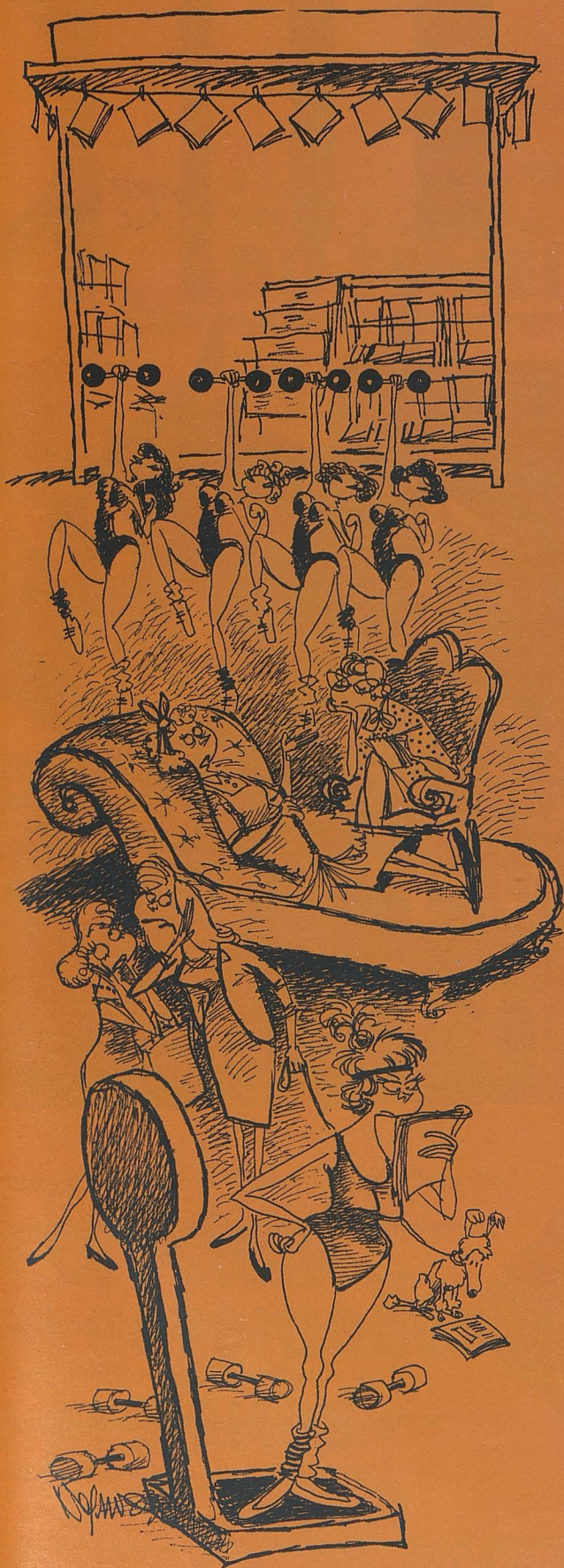
O jornalista indiano M. Venugopala Rao é especializado em temas internacionais

ACADEMIA DE GINÁSTICA, CONSELHEIRA FAMILIAR E CENTRAL DE FOFOCAS. MAS PODE CHAMAR DE BANCA DE REVISTAS.

A banca de revistas é o seu portão de embarque para uma vida mais saudável.

Lá estão as dietas, os cuidados e exercícios que vão mexer com você. Lá estão as reportagens que vão aumentar seu jogo de cintura e os debates que vão alargar os horizontes da família. Mas lá também estão os bastidores da televisão, as fofocas do momento e as amenidades para você relaxar, por que ninguém é de ferro. Entre numa banca e sinta-se à vontade para saber de tudo!

O jornaleiro ficará feliz com sua visita.

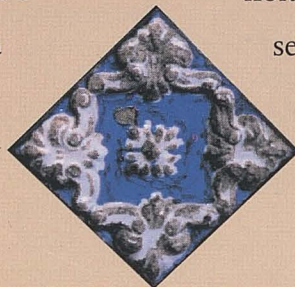


ANER ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE REVISTAS

SÃO LUÍS



Ela é francesa, holandesa, portuguesa, índia e africana, mas, acima de tudo, é de natureza mágica. Ela mora nos casarões coloniais, guardada por uma serpente encantada, bordada de azulejos, feita de poesia, vestida de sol e de mar por todos os lados. E esconde segredos, que são mistérios de



noites cheias de lendas. Ela é linda, dançando seus ritmos e cores, ao som dos tambores e matracas, de toadas que são declarações de amor dos poetas que escrevem a sua história. Ela é uma ilha, que o tempo, inspirado em um sonho divino, chamou São Luís.



PREFEITURA DE
SÃO LUÍS